

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTA – RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Flamarion Dutra Alves

Santa Maria, RS, Brasil

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTA – RS

por

Flamarion Dutra Alves

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. Vicente Celestino Pires Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2006

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS
RURAIS EM CANDIOTA – RS**
elaborado por

Flamarion Dutra Alves

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Vicente Celestino Pires Silveira
(Presidente/Orientador)

Dr. Enéas Rente Ferreira (UNESP- Rio Claro)

Dra. Vera Maria Favila Miorin (UFSM)

Dr. Pedro Selvino Neumann (UFSM)-Suplente

Santa Maria, 23 de novembro de 2006.

DEDICO ESTE TRABALHO A MINHA MÃE (IN MEMORIAN).

AGRADECIMENTOS

A UFSM e ao CPGE_xR pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa e garantir o acesso gratuito ao ensino superior.

A CAPES pelos 12 meses de bolsa de estudo, sem esse auxílio dificilmente conseguiria terminar a pesquisa.

Ao professor Vicente Silveira, pela paciência, amizade e pelo conhecimento transmitido, que me ajudou na elaboração da dissertação.

A minha família, os presentes e os ausentes que de alguma forma me mostraram o caminho a seguir.

A Janisse Viero, além de colega e suas contribuições para minha vida acadêmica, foi uma pessoa muito presente nesse período, com certeza é uma amizade que vai ficar para sempre.

Aos meus amigos que sempre estiveram presentes, Michele, Udirlei, Vinicius e tantos outros da Geografia que estiveram e estão do meu lado.

Agradecer todo pessoal da EMATER de Candiota, Hulda, Paulo, Humberto, Beta, Luciane e Natália, que me receberam de braços abertos, além de sempre estarem dispostos a ajudar percorrendo todo município souberam ser grandes amigos.

E todas pessoas de Candiota que me ajudaram nessa pesquisa.

*O Bom Combate é aquele que é
travado em nome dos nossos
sonhos; foi transportado dos
campos de batalha para dentro de
nós mesmos.
(PAULO COELHO)*

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTA – RS

AUTOR: FLAMARION DUTRA ALVES

ORIENTADOR: VICENTE CELESTINO PIRES SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 23 de novembro de 2006.

Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da territorialização dos assentamentos rurais no município de Candiota, localizado na região sul do Rio Grande do Sul. A discussão inicial parte do processo de ocupação territorial do Rio Grande do Sul, na qual se inicia as diferenças regionais, de um lado a grande propriedade na região sul do estado e de outro a pequena propriedade na parte norte-nordeste do estado. O processo de modernização na agricultura, a partir de 1960, agravou as desigualdades socioeconômicas causando o aumento do êxodo rural, concentração de terras e renda. Esse processo levou ao surgimento de movimentos sociais no campo, que reivindicavam a distribuição de terras e a desconcentração fundiária. No fim da década de 1980, começa a se implementar assentamentos rurais em Candiota ocasionando uma diminuição na contração fundiária e aumentando o dinamismo socioeconômico no espaço rural do município. Em 2006, Candiota conta com vinte e cinco assentamentos com 693 famílias que alteraram e geram uma nova dinâmica no município.

Palavras-chaves: Questão Agrária, Assentamentos Rurais, Candiota, Territorialização.

ABSTRACT

Dissertation of Master degree
Post-Graduation in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

TERRITORIALIZATION IMPACTS OF RURAL SETTLEMENTS IN CANDIOTA-RS

AUTHOR: FLAMARION DUTRA ALVES

ADVISER: VICENTE CELESTINO PIRES SILVEIRA

Date and Defense's place: Santa Maria, 23 of November of 2006.

This study analyzes the impacts of rural settlements territorialization in the Candiota County, located in the south region of the Rio Grande do Sul. The topic starts from the territorial occupation of Rio Grande do Sul state that begins with regional differences, one side the great property in the south region and another one, the small property in north-northeast region of the state. The modernization process in agriculture, from 1960, amplifies the social-economical difference causing the increase of the rural exodus, land and income concentration. Consequently, begins social movements in the rural areas, which demanded land distribution and agrarian structure modification. In the end of the decade of 1980, it establishes rural settlements in Candiota causing a reduction in the agrarian concentration and increasing the social-economical dynamism in the rural area of the County. In 2006, Candiota has twenty and five rural settlements with 693 families. They had modified and generate a new dynamics in the County.

Key-Words: Agrarian questions, Rural settlements, Candiota, Territorialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Abordagem não-sistêmica de análise.....	20
FIGURA 2 - Abordagem sistêmica ou enfoque sistêmico de análise.....	22
FIGURA 3 - Unidades de análise sistêmica no objeto de estudo.....	25
FIGURA 4 - Processo de Modernização da Agricultura.....	69
FIGURA 5 - Resultados da análise sistêmica.....	114
GRÁFICO 1 - Evolução da população rural e urbana no município de Candiota,1993-2005.	31
GRÁFICO 2 - Precipitação anual na região de Bagé no período de 1993-2005.....	35
GRÁFICO 3 - Percentual de cada Mesorregião na população total no período 1920-2002, no Rio Grande do Sul.....	47
GRÁFICO 4 - Número de imóveis rurais e área ocupada em estratos no Brasil, 2003.....	66
GRÁFICO 5 - Porcentagem da área ocupada por estratos em Candiota 1996 -2006.....	93
GRÁFICO 6 - Porcentagem de estabelecimentos por estrato de área, Candiota 1996 -2006..	94
GRÁFICO 7 - Número de propriedades conforme a classificação do INCRA no município de Candiota-RS.....	97
GRÁFICO 8 - Área ocupada conforme a classificação do INCRA no município de Candiota-RS.....	97
GRÁFICO 9 - Distribuição temporal dos assentamentos rurais em Candiota, 1989-2002.....	99
GRÁFICO 10 - Evolução dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em Candiota, 1993-2005.....	106
MAPA 1 - Localização do município de Candiota, RS.....	30
MAPA 2 - Temperatura média anual no Rio Grande do Sul.....	33
MAPA 3 - Precipitação média anual no Rio Grande do Sul.....	34
MAPA 4 - Altitude do Estado do Rio Grande do Sul.....	35
MAPA 5 - Localização da Mesorregião Sul, Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul.....	37
MAPA 6 - Evolução do processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul.....	44
MAPA 7 - Localização das famílias assentadas pela reforma agrária (1970-80-90-2001), RS.....	81
MAPA 8 - Localização dos municípios com assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.....	83
MAPA 9 - Origem das famílias assentadas em Candiota.....	101

ORGANOGRAMA 1 - Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul - Dinâmica Regional.....	53
QUADRO 1 - Comparação das obras de Kautsky, Lênin e Chayanov acerca da questão agrária.....	63

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Valor Adicionado da Agropecuária e PIB Total, em mil reais, no município de Candiota, 1996-2003.....	32
TABELA 2 – População total e participação percentual de cada Mesorregião do Estado no período de 1920-2002.	46
TABELA 3 - Número e área de pequenas propriedades da Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, entre 1940 a 1995-1996.....	50
TABELA 4 – Tamanho médio dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul e na Mesorregião Sul no período de 1940-1996 (em hectares).....	51
TABELA 5 – Número de imóveis rurais e área ocupada em estratos no Brasil, 2003.....	65
TABELA 6 – Área das propriedades, em hectares, no município de Candiota-RS (1996-2006).	94
TABELA 7 – Número de propriedades no município de Candiota-RS (1996-2006)	95
TABELA 8 – Estrutura fundiária em Candiota conforme a classificação do INCRA, 2006...	96
TABELA 9 – Número de assentamentos rurais, área ocupada, famílias, origem e órgão de ATER em Candiota.....	98
TABELA 10 – Escolas municipais e estaduais no município de Candiota.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica.
CGTEE - Companhia de Geração Térmica e Energia Elétrica.
COOPERAL - Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados LTDA.
COPTEC - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos.
COSULATI - Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios.
CRM – Companhia Regional de Mineração.
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
FEE – Fundação de Economia e Estatística.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário.
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento.
PIB - Produto Interno Bruto.
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.
PROCERA - Programa de Crédito Espacial para Reforma Agrária.
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Classificação do INCRA sobre módulo rural e módulo fiscal.....	123
ANEXO B - Fotos do município de Candiota.....	126
ANEXO C - Programas de Crédito e Financiamento.....	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 - METODOLOGIA.....	19
1.1- A Metodologia Sistêmica nas Ciências Humanas.....	19
1.2. Procedimentos Metodológicos.....	26
1.3 - Caracterização da área estudada.....	29
1.3.1. - População.....	29
1.3.2. - Economia.....	32
1.3.3. - Aspectos Físicos de Candiota.....	32
2- A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA: ALGUNS ELEMENTOS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS.....	36
2.1. Processo de evolução da ocupação e colonização do Estado do Rio Grande do Sul.....	37
2.2. Discussões sobre a desigualdade regional no Estado do Rio Grande do Sul.....	44
2.2.1. Estrutura Fundiária.....	49
3- AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NA AGRICULTURA E A QUESTÃO AGRÁRIA.....	55
3.1. - Contribuições Teóricas dos Clássicos Rurais sobre a Questão Agrária e o Capitalismo no Campo.....	55
3.1.1. - A superioridade da grande propriedade na obra de Kautsky.....	55
3.1.2. - A desintegração do campesinato de Lênin.....	58
3.1.3. - A Unidade Econômica Camponesa de Chayanov.....	60
3.1.4. - Discussões sobre campesinato e agricultura familiar.....	61
3.2. - Modernização da Agricultura Brasileira: do Complexo Rural ao Complexo Agroindustrial (CAI).....	64
3.2.1. - Estrutura Fundiária.....	64
3.2.2. - Modernização agrícola e aumento das desigualdades sociais e econômicas no espaço rural.....	67
3.3. – As transformações capitalistas no campo gaúcho com a criação dos Complexos Agroindustriais.....	73
4 - ASSENTAMENTOS RURAIS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO.....	78
4.1 - O Assentamento Rural como Território Conquistado.....	78

4.2 -Territorialização dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul.....	79
4.3 - Espacialização dos Movimentos Sociais no Campo.....	84
4.4 - O Conceito de Território e (Des)-(Re)-Territorialização.....	85
5- OS IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTA-RS: NOVOS AGENTES E NOVAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS.....	92
5.1 - Estrutura fundiária e a territorialização: processo histórico de ocupação.....	92
5.2 -. Aspecto Cultural e Tecnológico.....	100
5.3 - Aspectos Socioeconômicos e Políticos	102
5.3.1 - Educação e Saúde.....	107
5.4 - Aspecto Ambiental	108
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	115
ANEXO A	123
ANEXO B.....	126
ANEXO C.....	133

INTRODUÇÃO

A ocupação populacional realizada, em um espaço, trás mudanças de diversas ordens: social, econômica, cultural entre outras. Esse processo de transformação do espaço é consequência de diversos motivos, que nem sempre são analisados sistematicamente, o resgate histórico vem contribuir para a verificação da origem das transformações.

O processo de colonização e ocupação realizado no estado do Rio Grande do Sul não foi homogêneo no que se refere às etnias, estrutura fundiária e atividades agropecuárias. Porém, o caráter concentrador na Mesorregião Sul permaneceu intacto, com suas grandes propriedades e vazios demográficos, barrando a possibilidade de desenvolvimento econômico e social para a maioria da população dessa região.

A modernização na agricultura brasileira ocorrida a partir da década de 1960, trouxe uma gama de mudanças para o campo e no Rio Grande do Sul não foi diferente, havendo uma expansão das atividades agrícolas de *commodities*, principalmente soja e trigo no planalto gaúcho, situado na Mesorregião Norte do Estado que favoreceu a expansão da grande propriedade mecanizada ocupando cada vez mais o espaço que pertencia à pequena propriedade. A exclusão dos pequenos agricultores no planalto gaúcho a partir da década de 1960, agravou o êxodo rural e o consequente “inchaço” urbano em alguns municípios. A exclusão rural criou ainda uma demanda por terra, ou seja, a luta pela reforma agrária ficou cada vez mais acentuada com o surgimento de movimentos sociais do campo, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Assim, as transformações no campo devido à modernização da agricultura, disputa pela reforma agrária e a diminuição da concentração fundiária no campo brasileiro entraram com força no debate da questão agrária surgindo à importância de estudos com relação à reforma agrária e os resultados obtidos, após a instalação dos assentamentos rurais. Quais os impactos sociais, econômicos, culturais entre outros nos territórios conquistados?

A pesquisa teve como local de análise o município de Candiota, no Rio Grande do Sul, no qual apresenta um total de vinte e cinco assentamentos rurais, onde a estrutura fundiária municipal se caracterizou historicamente pela grande

propriedade, e hoje, contrasta com um elevado número de pequenas propriedades. Nesse sentido, surge a importância da análise no município de Candiota para proporcionar reflexões acerca da reforma agrária e da agricultura familiar.

Assim, este trabalho teve como Objetivo Geral:

- Analisar os impactos dos assentamentos rurais nas dinâmicas socioeconômicas no município de Candiota, Rio Grande do Sul.

E como Objetivos Específicos:

- Verificar a causa e as conseqüências do processo de desigualdade regional no Rio Grande do Sul;

- Analisar as transformações da modernização na agricultura no campo gaúcho e as implicações aos pequenos agricultores;

- Verificar os processos de territorialização do espaço ocorridos com as instalações dos assentamentos rurais.

No primeiro capítulo, será abordada a metodologia utilizada na pesquisa, o enfoque sistêmico de Bertalanffy (1975) e de Morin (1977), no qual buscam compreender os fatores históricos, questões sociais, econômicas, ou seja, uma inter-relação entre os elementos e suas disputas internas no sistema. Assim, os fenômenos devem ser estudados dentro de um contexto, não mais separadamente. Nesse sentido, a busca de compreender o processo de ocupação do Rio Grande do Sul (a gênese da grande propriedade e da desigualdade), a questão agrária e a modernização na agricultura (a ênfase da desigualdade) e a origem dos movimentos sociais no campo e dos excluídos do processo e posteriormente, uma breve análise dos impactos nas cidades, como conseqüência do êxodo rural.

No segundo capítulo, serão analisados os processos de ocupação territorial no estado do Rio Grande do Sul e as desigualdades regionais dentro do estado. Dando ênfase à concentração fundiária na Mesorregião Sul e ao processo de exclusão dos pequenos agricultores da Mesorregião Norte devido à mecanização da agricultura nessa região.

A discussão sobre a questão agrária e as transformações capitalistas na agricultura serão trabalhadas no terceiro capítulo, onde se buscou nos clássicos rurais da questão agrária, Kautsky, Lênin e Chayanov, um aporte teórico, juntamente com a literatura brasileira de Caio Prado Júnior, José Graziano da Silva, Müller entre

outros, e o aprofundando também nos trabalhos realizados sobre a questão agrária e a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul e suas conseqüências para o campo gaúcho.

No quarto capítulo, serão traçadas reflexões com relação aos assentamentos rurais e a territorialização do espaço. Uma discussão sobre a ocupação do espaço e, por conseguinte sua territorialização, uma visão da territorialidade e as definições geográficas pertinentes nos estudos sobre movimentos sociais, ocupações do espaço e a importância dos assentamentos rurais para um desenvolvimento rural.

No quinto capítulo, serão discutidos os resultados obtidos da pesquisa realizada no município de Candiota-RS, nos vinte e cinco assentamentos rurais e seus impactos socioeconômicos no território. As novas dinâmicas ocorridas no município com a instalação dos assentamentos rurais e os reflexos nos indicadores sociais, econômicos, culturais entre outros.

No último capítulo abordar-se-á reflexões sobre a instalação de assentamentos rurais e questão agrária, tendo como base os resultados obtidos na pesquisa realizada em Candiota, e as sugestões e propostas para a agricultura familiar, além de questões relativas à estrutura fundiária e suas conseqüências para o espaço rural e urbano.

1- METODOLOGIA

Ao pesquisar realidades cada vez mais dinâmicas e complexas se faz necessário aplicar instrumentos de análise que permitam abordar uma variedade de aspectos e informações. Buscou-se uma metodologia a qual permitiu uma observação do todo e dos elementos que o compõem e as inter-relações entre esses elementos. Sendo assim, através da metodologia sistêmica ou enfoque sistêmico de Bertalanffy (1975) e de Morin (1977) atingiu-se os objetivos propostos anteriormente.

Inicialmente, considera-se uma breve explicação sobre a metodologia sistêmica, sua importância e aplicações em ciências humanas, e em seguida os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa realizada no município de Candiota-RS, com relação aos impactos dos assentamentos rurais analisados de modo sistêmico.

1.1- A Metodologia Sistêmica nas Ciências Humanas

A utilização da metodologia sistêmica é fundamental para a compreensão dos diversos fenômenos da sociedade. Sua origem data no ano de 1945 com a *Teoria Geral dos Sistemas (TGS)* de autoria do Ludwig von Bertalanffy (1901-1972), no qual essa teoria foi reforçada e bastante utilizada na II Guerra Mundial, quando as equipes trabalhavam interdisciplinarmente, com profissionais de várias áreas do conhecimento, para solucionar os complexos problemas daquele período. Nesse contexto, a TGS emergiu como uma ferramenta adequada para lidar com as diversas complexidades e as idéias comuns às várias áreas do conhecimento.

Porém, Bertalanffy (1975) menciona como antecedentes das idéias sistêmicas a 'filosofia natural' de Leibniz, as idéias de Nicolau de Cusa sobre a coincidência dos opostos e a dialética de Hegel e Marx.

A investigação priorizou uma análise ampla da realidade, com diversos aspectos. A ciência precisa de um enfoque sistêmico para diagnosticar a realidade humana, pois como disse Bertalanffy (1975) sobre as duas grandes mudanças ocorridas na sociedade contemporânea e que por essas mudanças surge a necessidade desse enfoque:

Um é o *desenvolvimento tecnológico*, que permite um domínio da natureza nunca antes realizado, e deveria abrir caminho para aliviar a fome, doença, a superpopulação, etc. a que a humanidade esteve anteriormente exposta. O outro fator é a *natureza global* de nossa civilização. As anteriores eram limitadas por fronteiras geográficas e compreendiam somente grupos limitados de seres humanos (BERTALANFFY, 1975,p.271)

Dentro dessa realidade, muda-se o padrão das análises que antes eram feitas em categorias separadas e isoladas (Figura 1), conforme afirmou Bertalanffy (1975, p.71) a “ciência parecia ser analítica, isto é, a divisão da realidade em unidades cada vez menores e o isolamento de cadeias causais individuais”, isso fez com que se pensasse em um método que mudasse a forma de pesquisar o mundo.

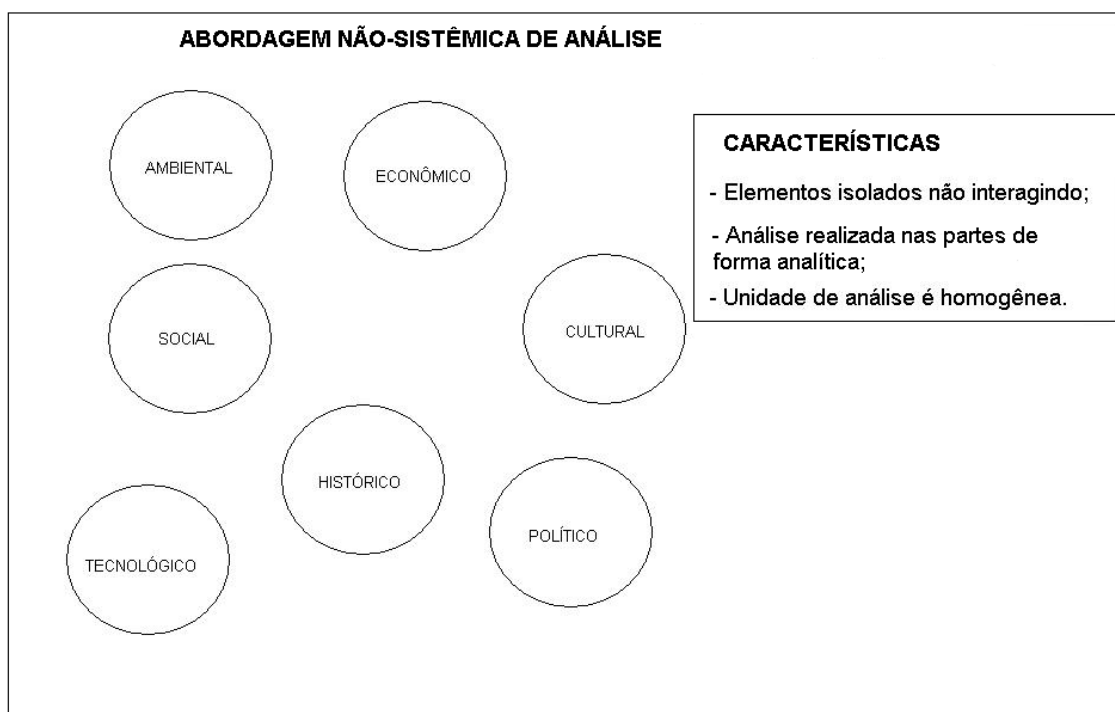


Figura 1- Abordagem não-sistêmica de análise.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

A teoria de Bertalanffy (1975) se baseia em um método de análise sistêmico, integrando as partes, ou seja:

(...) A tendência ao estudar os sistemas como uma entidade e não como um aglomerado de partes está de acordo com a tendência da ciência contemporânea que não isola mais os fenômenos em contextos estreitamente confinados, mas abre-se ao exame das interações e investiga

setores da natureza cada vez maiores (ACKOFF¹, 1959 apud BERTALANFFY, 1975, p.25)

A partir dessas mudanças no enfoque do método de investigação, esta pesquisa norteia-se pela metodologia sistêmica que busca a análise de diversas categorias em forma integrada (Figura 2). Cada elemento apresenta vários sub-sistemas, e esses devem ser analisados entre si em simultaneidade, suas interferências mútuas e suas ligações². A ação de um sub-sistema pode provocar uma reação em outro sub-sistema, direta ou indiretamente que por sua vez recebe influência de outro sub-sistema de seus elementos ou de outro elemento.

O sistema é composto por elementos ou também chamados de unidades que estão em constante transformação ou em processo de formação, essa metamorfose ou morfogênese dos elementos são denominados por *organização*³. Os elementos interagem entre si, em um processo de trocas ou de lutas, essa dinâmica dentro do sistema é denominada de inter-relações.

¹ ACKOFF, R.F. **Games, Decisions and Organization**. General Systems, 145-150, 1959.

² Ver mais sobre *ligações* em Morin (1977 p.125).

³ Ibid. Capítulo II e Bertalanffy (1975, p.73-75)

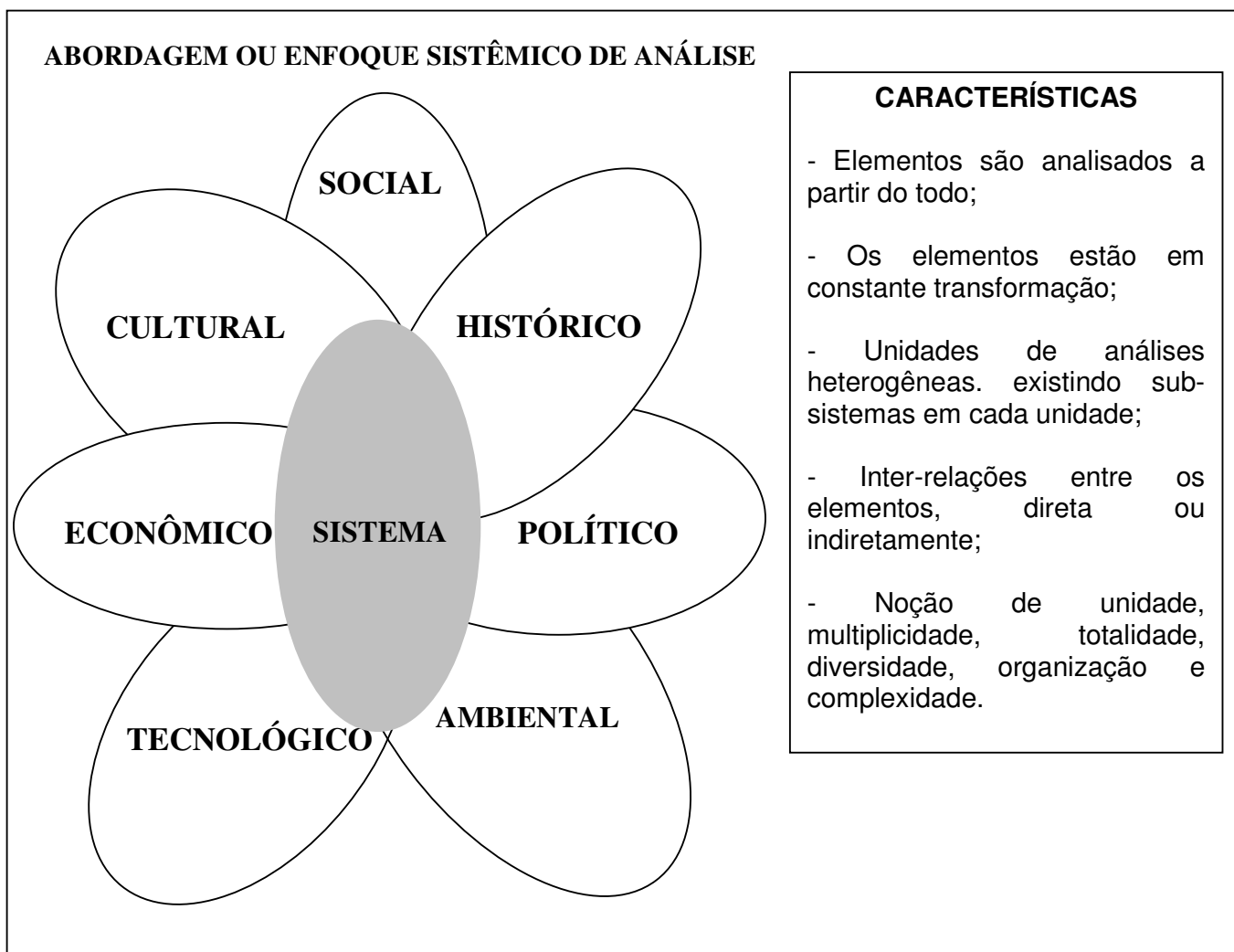


Figura 2- Abordagem sistêmica ou enfoque sistêmico de análise.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Ao analisar o objeto de estudo deve-se discuti-lo a partir do todo, para isso é fundamental verificar as interações existentes entre os elementos, conforme Morin (1977, p. 101) “A idéia de inter-relação remete para os tipos e as formas de ligação entre elementos ou indivíduos, entre estes elementos / indivíduos e o todo”. Assim, o sistema é uma “unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos” (Morin, 1977, p.100).

Cada unidade do sistema recebe uma imposição, restrições ou sujeições para seu desempenho total, essas advertências fazem com que os elementos percam ou inibam suas qualidades ou propriedades (MORIN, 1977).

Assim, o enfoque sistêmico baseia-se na análise do processo de organização de cada elemento e nas inter-relações entre eles, ou seja, a idéia do todo passa pelas riquezas das interconexões, das interfaces entre os elementos, e não do

número de elementos, não sendo um mero agregado, amontoado ou soma de partes. Desse modo, Bertalanffy (1975) descreveu a Teoria Geral dos Sistemas onde é:

Necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo (BERTALANFFY, 1975, p.53).

Bertalanffy ainda descreve o sistema como sendo uma “totalidade que se baseia na competição entre os seus elementos e pressupõe a luta entre as suas partes” (BERTALANFFY, 1968, p.66 apud MORIN, 1977, p. 117). O sistema é complexo devido as suas interconexões, nesse sentido Morin afirma que:

A complexidade surge, portanto no seio do uno ao mesmo tempo como relatividade, relacionalidade, diversidade, alteridade, duplicidade, ambigüidade, incerteza, antagonismo, e na união destas noções que são umas em relação às outras, complementares, concorrentes e antagônicas (MORIN, 1977,p.141).

Morin (1977) trabalhou com a tese da análise sistêmica para os diversos fenômenos da natureza sendo de ordem (econômico, ambiental, cultural, social, etc) e propôs que os elementos não devem ser analisados de forma isolada uns dos outros e sim analisando suas inter-relações, pois há uma complexidade organizada entre os elementos.

Por esses motivos vistos, a utilização da metodologia sistêmica é peça-chave para o conhecimento da realidade de uma sociedade, pois os conhecimentos globais e históricos são importantes para a análise local de um município, como no caso de Candiota.

Visto esta parte teórico-conceitual da metodologia sistêmica⁴ entre esses dois autores, Bertalanffy (1975) e Morin (1977) percebe-se o grande número de variáveis que podem ser averiguadas (Figura 3). Aqui se discutirão os seguintes elementos:

1. Processo histórico de ocupação do Rio Grande do Sul e suas conseqüências:

⁴ Existem vários autores que estudam a teoria da metodologia sistêmica como Ackoff (1959), Churchman (1972), Simon (1965), além de Bertalanffy (1975) e Morin (1977).

- Etnias;
- Estrutura Fundiária;
- Atividades Econômicas;
- Desigualdades Socioeconômicas.

2. Modernização no campo e suas conseqüências:

- Aumento da produtividade e dos financiamentos agrícolas;
- Integração Agropecuária-Indústria;
- Concentração de renda;
- Êxodo rural;
- Desaparecimento da pequena propriedade;
- Surgimento dos movimentos sociais.

3. Assentamentos Rurais e suas conseqüências:

- Redistribuição fundiária;
- Colonização de áreas antes inabitadas;
- Infra-estrutura local;
- Transformações no Ecossistema Natural;
- Oportunidade da melhoria de vida.

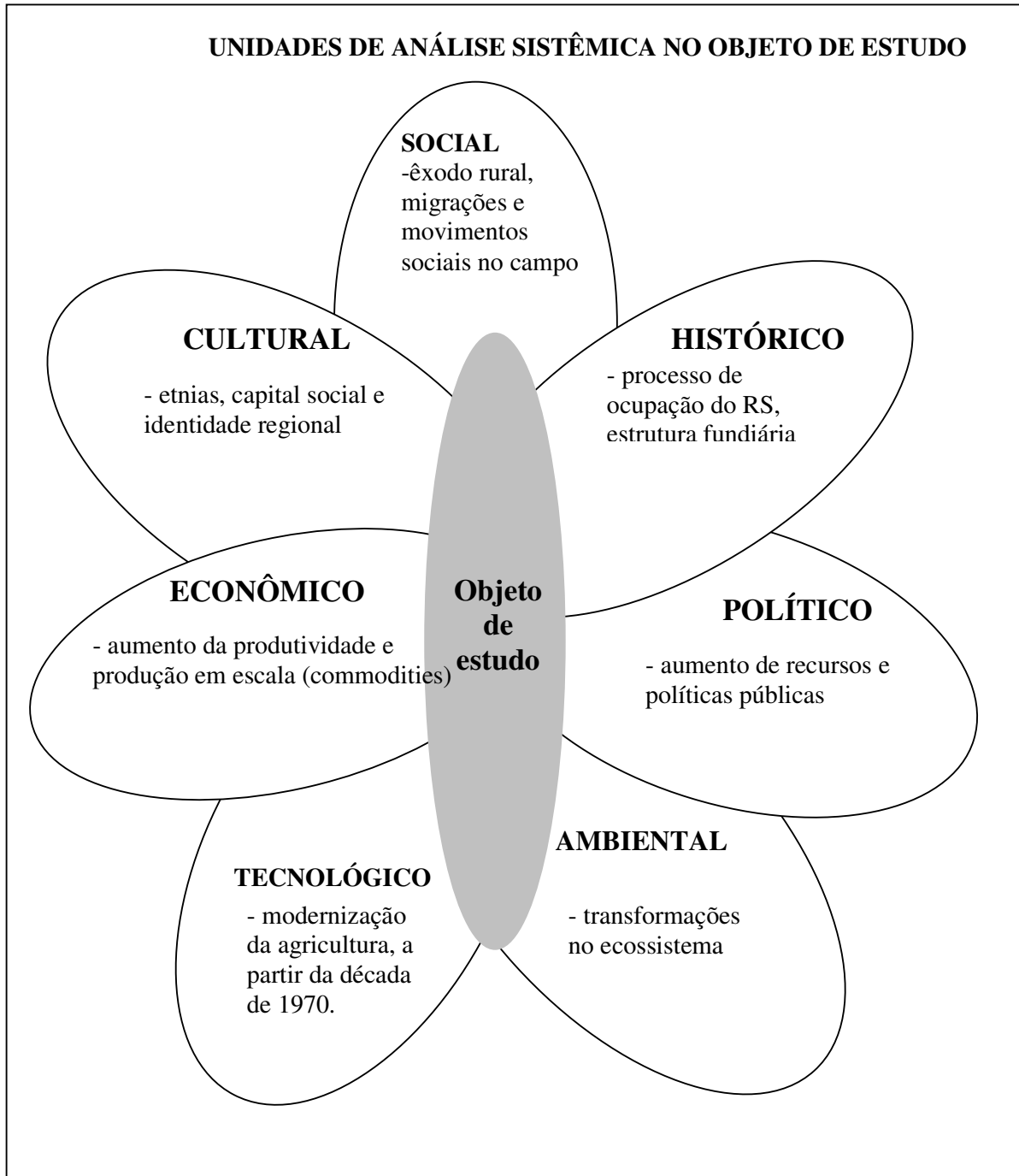


Figura 3- Unidades de análise sistêmica no objeto de estudo.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

1.2. Procedimentos Metodológicos

Para a realização da pesquisa seguiram-se etapas.

Primeiramente, foi feita uma revisão bibliográfica acerca dos assuntos a serem estudados como metodologia sistêmica, questão agrária, processo de evolução da ocupação do Rio Grande do Sul, assentamentos rurais os processos de territorialização do espaço, ou seja, a criação de uma base teórico-conceitual a fim de fundamentar o debate proposto nesta dissertação.

Conforme (FAO / INCRA, 1997, p.17) “a análise global de uma região deve iniciar pela coleta e tratamento dos dados já existentes”. Aqui se incluem documentos históricos, estatísticos e cartográficos existentes em uma primeira tentativa de correlacionar as diferentes variáveis.

Em seguida, a busca de dados estatísticos e informações referentes ao município de Candiota e Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, onde Candiota está inserido, junto ao IBGE, FEE, INCRA e Prefeitura Municipal de Candiota. As informações dos assentamentos rurais de Candiota foram coletadas junto a EMATER-Candiota e EMATER-Bagé.

A pesquisa junto ao município de Candiota para a coleta de dados sobre estrutura fundiária, assentamentos rurais, tipos de produção, educação, saúde, infraestrutura, segurança, assistência técnica e outros indicadores socioeconômicos foram realizadas nos dias 2, 3, 4 e 5 de maio e de 15 a 19 do mesmo mês de 2006, com o auxílio da EMATER-Candiota no transporte e nas informações, e das Secretarias Municipais de Candiota.

Esta outra etapa da investigação baseou-se na pesquisa qualitativa, com a coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas, junto a informantes qualificados de diferentes setores da sociedade, para a captação de informações sobre as mudanças ocorridas após a inserção dos assentamentos rurais no município de Candiota. Além de entrevistas com dois assentados: o primeiro assentado que reside desde 1989 no primeiro assentamento do município, e o outro assentado residente desde 2002.

A escolha dessa etapa em ser de forma qualitativa teve como princípio, a riqueza de detalhes adquiridos em entrevistas não estruturadas, a opção do informante em relatar o que sente naquele momento, não ficando restrito a opções pré-determinadas. A respeito da principal característica da pesquisa qualitativa

(PATTON, 1986 apud ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998,p.131) afirmam que:

é o fato de que estas seguem a tradição 'compreensiva' ou interpretativa...estas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.

Desse modo, "O processo de pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve na interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente" (TRIVIÑOS, 1987, p.137). Sendo de ordem qualitativa supõe o contato direto e contínuo do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada por um trabalho intensivo de campo, para isso buscou-se fazer entrevistas com representantes de cada elementos ou unidade do sistema propostos na pesquisa.

O material obtido nas coletas de dados nessas pesquisas são predominantemente descritivos e rico em descrições de pessoas, citações, acontecimentos; incluindo transições de entrevistas e depoimentos. Citações são freqüentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são importantes. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

Para a coleta das informações em pesquisas qualitativas Triviños (1987) ressalta que a entrevista semi-estruturada é um dos principais meios que o investigador dispõe. Conforme esse mesmo autor, a entrevista semi-estruturada é entendida como:

(...) aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Assim, a entrevista semi-estruturada não tem um rigor quantitativo e estruturado, permitindo deste modo que o entrevistador faça as necessárias adaptações no desenvolvimento da entrevista e da investigação. De um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem uma ordem

rigidamente estabelecida para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998).

A utilização de entrevistas semi-estruturadas para a obtenção de dados mais precisos é o procedimento adotado nesta investigação, que conforme Gil (1999), a entrevista pode ser definida como uma técnica onde o investigador apresenta-se frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter os dados que interessam à pesquisa. Sendo esta uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das ciências sociais.

A respeito do número de entrevistados, a rigor, não existe necessidade de definir uma amostra, porque o que importa é o significado de uma informação para a situação avaliada e não a quantidade de informantes que repetem essa mesma informação ou o número de vezes em que ela aparece. Anexar transcrições completas de parte das entrevistas, para que o leitor possa ter acesso ao chamado “material bruto” e tirar suas conclusões, também pode funcionar como estratégia a ser empreendida nessa mesma direção (DUARTE, 2002).

Com relação ao número de entrevistados e das variáveis a serem analisadas, será realizado um estudo sobre os itens relevantes a pesquisa que se inserem na metodologia proposta, pois como afirma Claval (1978) a respeito das informações coletadas em uma pesquisa:

Os dados indispensáveis para apreender a totalidade do espaço da atividade são tão numerosos que é ilusório esperar, um dia, colhê-los a todos: no fim seriam necessários tantos inquiridores para anotar deslocções e atividades quantas há na sociedade. O estudo é conduzido sob forma de uma amostragem que evita torná-lo demasiado pesado (p.25-26).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a profissionais de órgãos públicos de assistência técnica (EMATER de Candiota), Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Ação Social e Meio Ambiente, Cooperativas dos Assentados da Reforma Agrária e do Ex-Prefeito que assumiu no primeiro ano de emancipação e que governou por oito anos o município de Candiota. Essas entrevistas visam consultar as iniciativas tomadas junto aos assentamentos rurais, e identificar as mudanças ocorridas no sistema socioeconômico municipal após a implantação desses.

A entrevista semi-estruturada aplicada também junto a famílias dos assentamentos rurais que foram implantados no ano de 1989 e no ano de 2002, para uma análise da mudança ocorrida aos primeiros, suas dificuldades iniciais e a condição atual de vida.

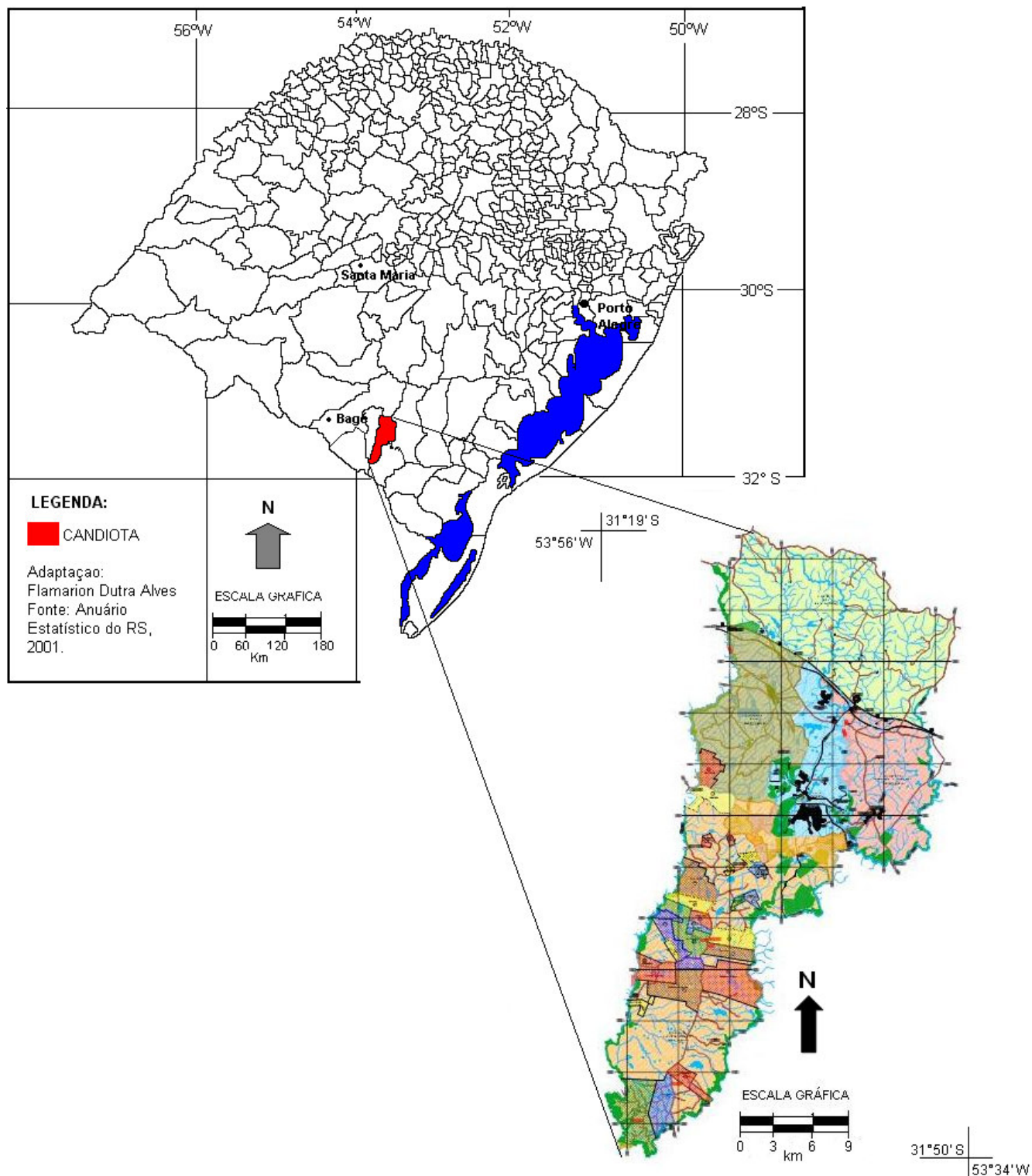
1.3 - Caracterização da área estudada

A escolha do município de Candiota para ser o objeto de estudo se deve por esse município estar localizado na região da Campanha Gaúcha, local onde predominam as grandes propriedades rurais, além desse município contar com a presença de vinte e cinco assentamentos rurais, no qual ocupam 16,3% da área municipal. Desse modo, surge à importância de analisar os impactos territoriais e socioeconômicos dos assentamentos rurais em Candiota.

1.3.1. - População

O cenário da pesquisa tem como universo o município de Candiota (Mapa 1), localizado no sul do Rio Grande do Sul. Candiota têm uma área de 1.275,92 km², correspondendo 141 km² de zona urbana e 1.134 km² de zona rural, apresentando uma população de 9.368 habitantes (IBGE, 2006), sendo que 5.787 habitantes residem na zona rural e 3.581 na zona urbana (Gráfico 1), e apresentando uma densidade demográfica de 7,34 hab/ km². Em Candiota, os vinte e cinco assentamentos estão localizados na região central e ao sul do município.

Emancipado em 24 de março de 1992 foi constituído por áreas pertencentes aos municípios de Bagé e Pinheiro Machado tendo 930 km² originalmente, porém, a partir de 1994 iniciou-se na localidade de Jaguarão Grande, que fazia parte do município de Hulha Negra, um processo de anexação daquela localidade para Candiota, pela proximidade da sede do município vizinho e sem uma identidade histórico-cultural com Hulha Negra, essa área foi anexada a Candiota em 1º de maio de 1996, aumentando em 345,84 km² a área territorial de Candiota.



Mapa 1 - Localização do município de Candiota, RS.

No ano de emancipação de Candiota, cerca de 62% da população vivia no espaço rural, e em 2005 esse padrão ainda permanece semelhante, com 61% da população residindo no espaço rural.

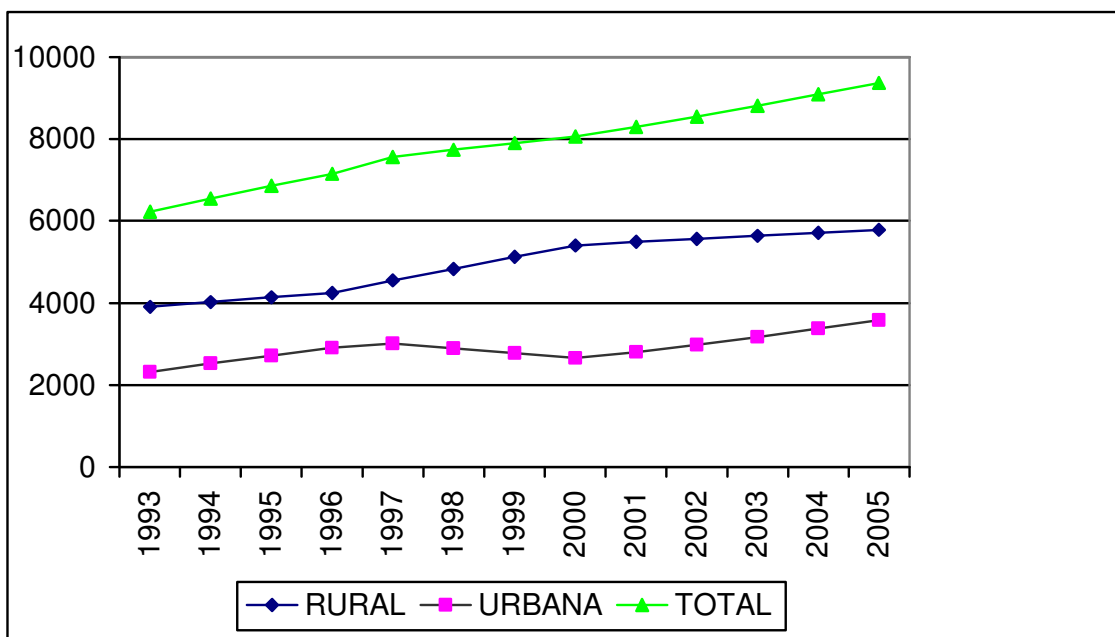


Gráfico 1- Evolução da população rural e urbana no município de Candiota, 1993-2005.
Fonte: IBGE, Censos Demográficos, FEE.

Candiota apresenta cinco núcleos urbanos dispersos entre si, dificultando uma integração desses. Há o núcleo de Seival, no qual é o povoado mais antigo do município, distante 13,7 Km da sede. Originário da Capela Santa Rosa de Lima, desenvolvido no auge da charqueada de Santa Rosa, e estabelecido devido à estação ferroviária.

A sede do município fica no núcleo de Dario Lassance, desde 1992, ano de emancipação Político-Administrativa do Município, e que ampliada a partir da necessidade da empresa Companhia Riograndense de Mineração (CRM), alojar seus funcionários, que diariamente trabalham na mineração de Carvão, utilizado como matéria prima para a Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CGTEE).

Outro núcleo denomina-se Vila Residencial, criada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), para alojar os funcionários da Usina Termelétrica Candiota I, hoje desativada. Distante a 5 km da sede do Município. O quarto núcleo do município é a Vila Operária construída pela CEEE para abrigar os trabalhadores

da fase B da Usina Termelétrica Presidente Médici, distante a 10 km da sede. E por fim, o quinto núcleo de destaque no município é a Vila João Emílio é o mais recente, surgido a partir de loteamento residencial, distante 7,2 km da sede (EMATER, 2006).

Existem ainda, outros pequenos núcleos habitacionais como, Vila Iraí, Vila São Simão e Vila Engenheiro Guimarães.

1.3.2. - Economia

A economia de Candiota tem como característica a grande influência da indústria local, movida pelas jazidas de carvão que são exploradas para a geração de energia elétrica pela Companhia Riograndense de Mineração, Companhia Estadual de Energia Elétrica e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica.

Por esse motivo, a participação da indústria na economia local é acentuada e assim, o Produto Interno Bruto (PIB) do município é um dos maiores do Rio Grande do Sul (Tabela 1).

Tabela 1- Valor Adicionado Bruto (VAB) e PIB Total, em mil reais, no município de Candiota, 1996-2003.

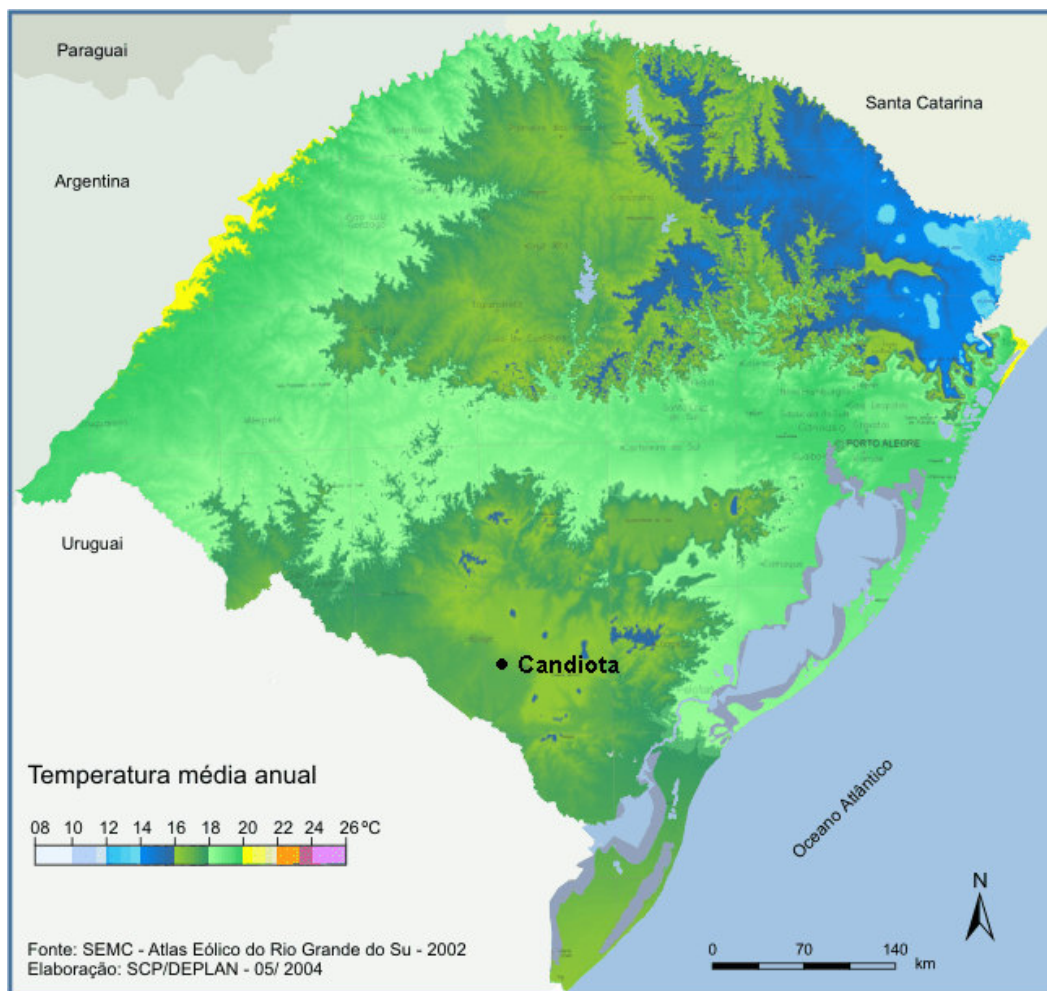
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
VAB	8.022	8.202	11.805	11.805	12.032	12.738	15.558	22.109
agropecuária								
VAB	31.601	31.454	31.956	22.502	22.656	27.890	44.749	32.638
serviços								
VAB	34.634	26.636	25.980	39.144	36.790	74.146	99.456	104.100
indústria								
VAB	74.257	66.292	69.741	73.451	71.478	114.774	145.763	158.847
TOTAL								
PIB TOTAL	78.575	70.249	73.283	81.032	82.137	128.784	159.309	172.901

Fonte: FEE.

1.3.3. - Aspectos Físicos de Candiota

Candiota está situado entre a latitude 31° e 32° Sul, apresentando o Clima subtropical úmido, com verões quentes, tipo Cfa segundo classificação de Koopen. A

temperatura média anual é de 17,2° C (Mapa 2), sendo a média do mês mais quente 24,2° C em fevereiro e a média do mês mais frio 12,2° C em julho. A temperatura máxima absoluta registrada foi de 45° C e a mínima -2,0° C (EMATER, 2006).

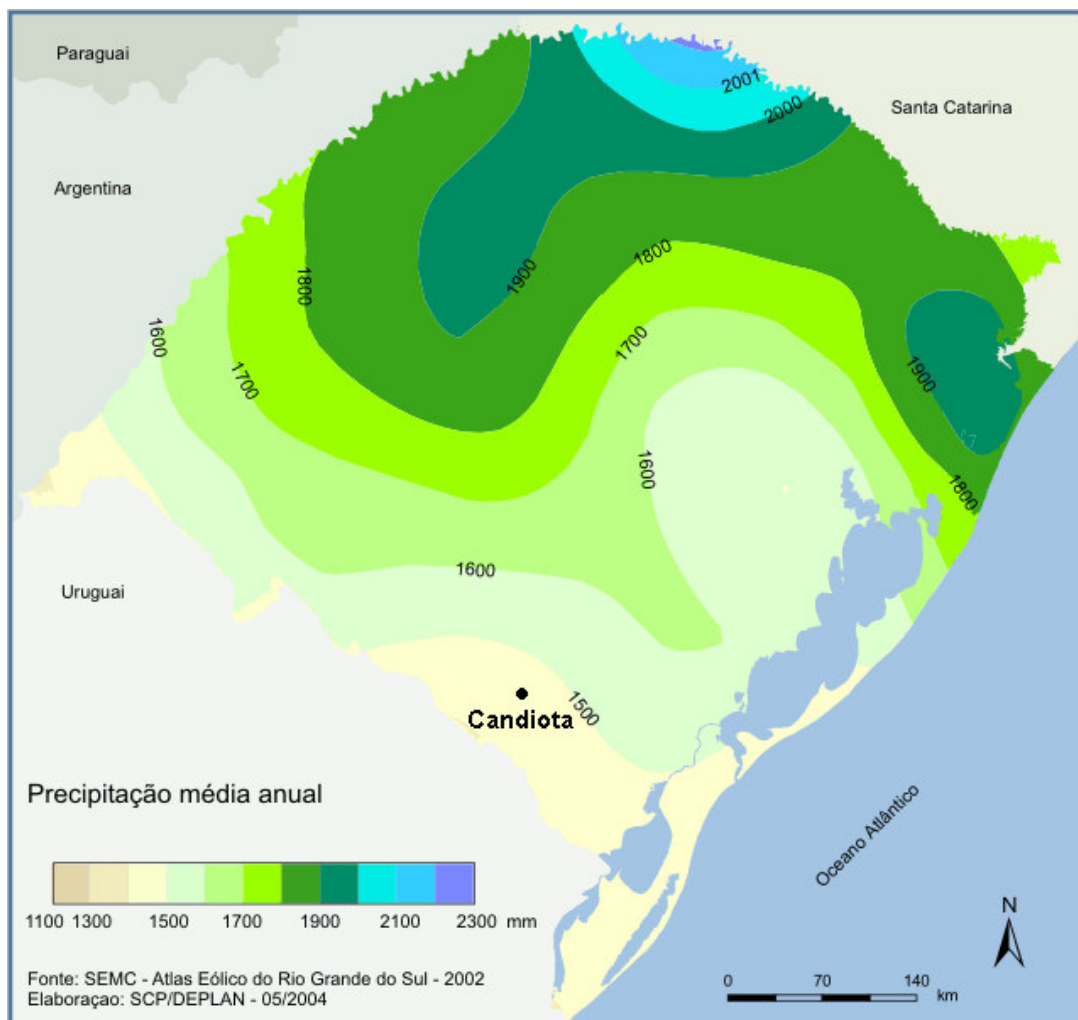


Mapa 2 - Temperatura média anual no Rio Grande do Sul.

A formação de geadas no município, frequentemente ocorre no período de abril a outubro, incluindo-os. As geadas mais severas verificam-se de junho a agosto, em geral.

As estações do ano são bem definidas com verões quentes e secos, e invernos frios e chuvosos. A média pluviométrica anual é de 1.404 mm. São comuns períodos de estiagem, principalmente na primavera/verão, intensificados pela alta taxa de insolação e ventos constantes. O município de Candiota está situado na

região de menor índice pluviométrico do Rio Grande do Sul, no qual varia de 1400 mm a 1500 mm (Mapa 3).



Mapa 3- Precipitação média anual no Rio Grande do Sul.

São freqüentes períodos de estiagem na Região da Campanha (Gráfico 2), inclusive com precipitação inferior a 1000 mm no ano dificultando a produção agropecuária que necessite um consumo regular de água. Além de índices próximos a 1000 mm por ano, outra situação típica nessa região é a irregularidade das chuvas, com longos períodos sem precipitação.

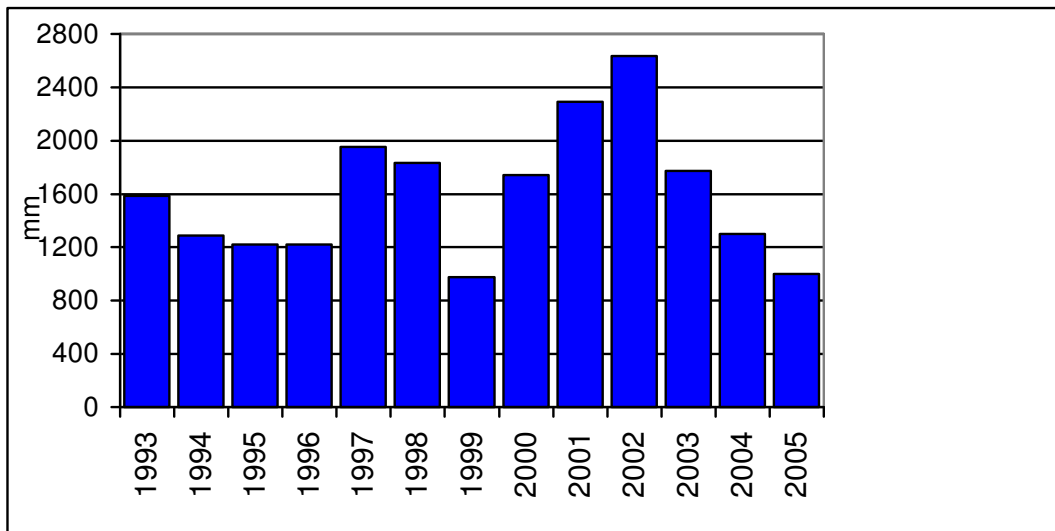


Gráfico 2 - Precipitação anual na região de Bagé no período de 1993-2005.
Fonte: Defesa Civil do RS. Disponível em: <www.defesacivil.rs.gov.br>

O município de Candiota está localizado ao Sul do Planalto Sul-Riograndense⁵ e também ocupa uma porção da Depressão Periférica Sul-Riograndense, por isso sua altitude varia de 80 a 260 metros (Mapa 4).



Mapa 4 - Altitude do Estado do Rio Grande do Sul.

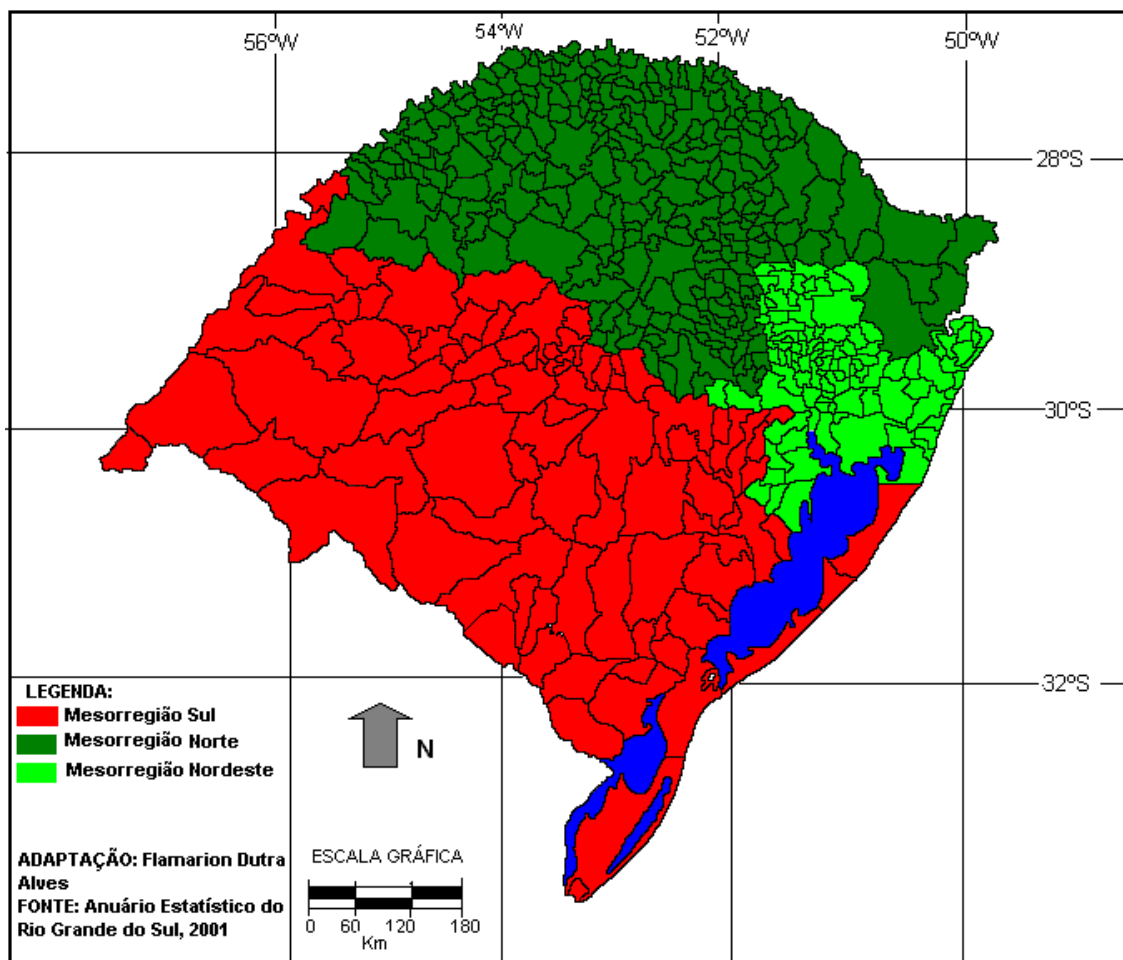
⁵ Chamado também de Serra do Sudeste ou Escudo Cristalino Sul-Riograndense.

2- A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA: ALGUNS ELEMENTOS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

Neste capítulo serão analisadas as desigualdades regionais do Rio Grande do Sul dando enfoque ao processo histórico da ocupação territorial e as atividades econômicas presentes, principalmente a agropecuária, buscando relacionar com a estrutura fundiária. O objetivo de mostrar a evolução da ocupação territorial do Rio Grande do Sul visa identificar os tipos de estrutura fundiária existentes nos municípios, em especial da Mesorregião Sul fazendo um paralelo com os da Mesorregião Norte e Nordeste do Estado (Mapa 5).

Alonso et. al. (1994) propõem, a subdivisão do estado em três Regiões: A Sul, onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz. A Norte, predominantemente agrária, caracterizada pelas pequenas e médias propriedades, onde a produção inicialmente diversificada cedeu espaço para as lavouras mecanizadas de trigo e soja. E a última região, a Nordeste, que se caracteriza pela presença de vários setores industriais, além de grandes concentrações urbanas. Estas duas últimas constituem a chamada Metade Norte do Rio Grande do Sul.

A ocupação do território gaúcho ocorreu em etapas, no qual diferentes agentes colonizadores, em épocas distintas, se inseriram no espaço gaúcho determinando as várias culturas existentes no estado do Rio Grande do Sul. Esta diferença de colonização trás consigo uma bagagem de atributos como, atividades econômicas praticadas, densidade demográfica, tamanho das propriedades, sistemas produtivos entre outros, caracterizando diferentes formas de exploração do espaço. Assim, esta primeira parte trará as etapas da evolução da ocupação do território gaúcho contrapondo a questão fundiária do Estado.



Mapa 5. Localização da Mesorregião Sul, Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul.

2.1. Processo de evolução da ocupação e colonização do Estado do Rio Grande do Sul

A ocupação do território gaúcho pelos europeus deu-se no século XVII, por volta de 1626, através dos jesuítas a serviço da Coroa Espanhola. A porção noroeste do Rio Grande do Sul, hoje denominada Missões, foi o local onde os padres jesuítas fundaram os primeiros núcleos estáveis no espaço sul-rio-grandense, no qual os índios¹¹ foram os primeiros habitantes, sobre esse assunto Roche (1969, p.28) descreve que os “jesuítas reuniram os índios em reduções onde praticavam a agricultura”, e ainda introduziu os gados bovino e ovino, dando início à

¹¹ Guaranis, Charruas e Guaianas (FORTES, 1981).

atividade pecuária. Dessas reduções surgiram os Sete Povos das Missões¹² tornando-se um centro econômico importante tendo como atividades à produção de erva-mate, extração de couro e pecuária.

Dessa forma, a primeira etapa da ocupação do território gaúcho foi realizada pelos padres jesuítas em favor da coroa espanhola fazendo dos índios força de trabalho especializada. O que atraiu o interesse dos Bandeirantes vindos de São Paulo que buscavam escravos para as empresas e para agricultura lá existente, dizimando assim, esta sociedade que havia sido estabelecida no território gaúcho (QUEVEDO DOS SANTOS, 1993).

Um século após a ocupação espanhola ocorre à portuguesa, na qual, se inicia a constituição da dinâmica socioeconômica do Rio Grande do Sul a partir do primeiro quarto do século XVIII, com a distribuição de sesmarias nas áreas de fronteiras com Argentina e Uruguai. Sobre as sesmarias Martins (1997, p. 13-14) crê que este sistema era desigual e injusto, pois somente as pessoas que fossem “brancas, puras de sangue e católicas” poderiam receber a posse de um título de sesmaria. Então, “o acesso a terra estava interdito aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros e aos judeus”.

Esta foi à estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para garantir a posse e defesa das terras localizadas ao sul de sua colônia, constituindo alojamentos de acampamentos militares e construções de fortes, assim como, a distribuição de sesmarias (com área de até 13.068 ha) a pessoas de prestígio e, ou militares de maior patente sendo profundamente segregador, raramente atenderam ao caráter social da distribuição das terras (COSTA, 1988).

Desse modo, a Metade Sul foi a primeira a ser ocupada a partir do século XVII por imigrantes ibéricos e aventureiros paulistas, formando uma estrutura fundiária de grandes propriedades de pecuária extensiva, através de doações de sesmarias provocando uma pobreza estrutural pela restrição de acesso a terra para a maioria da população que vagava pelos pampas à busca de uma ocupação (TORRONTEGUY, 1994).

Muitos autores (Brum, 1987; Costa, 1988; Pesavento, 1997) vêem na doação de sesmarias e na expansão da pecuária, os marcos na formação da estrutura

¹² No total, foram 30 povos missioneiros. Destes, sete localizavam-se no Rio Grande do Sul, 13 no Paraguai e 10 na Argentina. Os Sete Povos das Missões foram: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. (SEHN e ILHA, 2000)

fundiária gaúcha, como a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, levando em conta a extensão de terras e escassez de elementos povoadores.

Na metade do mesmo século, com o intuito de ocupar o território, a Coroa Portuguesa envia centenas de famílias açorianas a porção sul do Estado. Estas famílias sofrem dez anos de abandono e penúria, os que sobreviveram receberam propriedades rurais. Estas propriedades, chamadas “datas”, eram de tamanho menor, aproximadamente 900 hectares e se destinavam à agricultura, com o objetivo de diversificar a produção pastoril, principalmente a produção do trigo, para abastecer a Colônia (BRUM, 1987).

Assim essas duas frentes foram as primeiras a ocuparem a Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, o que delineou a formação sociocultural dessa região, baseada na atividade pecuária em propriedades de grandes extensões territoriais.

Segundo Heidrich (2000), a Campanha gaúcha é o território mais expressivo da Metade Sul e que ocupa grande parte de sua totalidade regional se caracterizando pela atividade pastoril, concentração fundiária e índice de densidade demográfica pouco significativo. Nas reflexões do autor, trata-se de um espaço regional situado no sudoeste do Rio Grande do Sul, tendo como característica principal a presença de campos nativos, os quais particularizam a paisagem como sendo o Bioma do Pampa Gaúcho. Nele a ocupação humana, aproveitando os recursos do meio ambiente desenvolveu a economia da pecuária de corte utilizando-se de sistema de produção extensivo e extensivo-intenso.

Os pedidos e concessões de sesmarias para a formação de estâncias ocorreram durante o século XIX, fazendo com que as terras antes devolutas ficassem legais, formando a propriedade privada. Os maiores beneficiados eram os tropeiros e os militares reformados que recebiam terras como gratificação por serviços prestados. As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares. Porém, existiam estâncias com 30 léguas. A primeira concessão foi feita em 1732 e por volta de 1803 à Campanha gaúcha já estava totalmente repartida entre aproximadamente 500 grandes proprietários. Acrescenta-se a isso a forma não democrática de distribuição das sesmarias. Quem não possuísse propriedade, de acordo com a legislação portuguesa, não poderia receber sesmaria.

Dessa forma, os menos favorecidos não tinham o direito de receber direitos de propriedade, autenticando o predomínio do latifúndio e as fortes barreiras para o acesso a terra. Com isso, a posse de uma sesmaria constituía em poderes econômicos, sociais e políticos. Em torno do grande proprietário reuniam-se os que trabalhavam sob suas ordens, os que necessitavam de sua proteção, até mesmo os que tinham medo de sua força (ROCHE, 1969).

A partir da metade do século XIX, a Mesorregião Sul era a região de maior dinamismo da economia do Estado, pois ela articulava-se com a economia do centro do país através do fornecimento de charque, alimento consumido pelos escravos e pelas camadas mais pobres das populações urbanas.

Sobre o charque no Rio Grande do Sul:

Viabilizou economicamente a efetiva ocupação do território gaúcho e ajudou a construir a prosperidade em Pelotas, núcleo onde se encontrava o maior número de charqueadas, e de Rio Grande, porto através do qual o produto era exportado, que eram os principais centros urbanos da região Sul (ALONSO e BANDEIRA, 1990, p.71).

A sociedade constituída pela pecuária e pelo charque na Mesorregião Sul caracterizava-se pela concentração da propriedade e da renda, existindo um reduzido número de assalariados, já que a pecuária não exigia grande contingente de mão-de-obra. Assim, a grande propriedade concentrada na posse de poucos proprietários e a forma como se organizou o trabalho gerou duas classes bem distintas e fortemente hierarquizadas: a dos estancieiros (proprietários) e a dos peões (dependentes). Alguns milhares de grandes proprietários eram donos de terras e utilizava nas estâncias de criação o trabalho dos peões, além de escravos para os serviços domésticos, no trabalho pesado das charqueadas predominava o braço escravo (BRUM, 1987).

Ao abordar a ocupação nas áreas de fronteira do Rio Grande do Sul, Caio Prado Júnior diz que:

No início do século XIX, estabelecem-se as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (3 léguas, equivalentes

a 108 km², para cada concessionário), formam-se propriedades mostruosas (PRADO JÚNIOR, 1985, p.96-97).

A apropriação militar da terra, como se assistiu, foi acompanhado da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento de sua camada senhorial, ou seja, o fortalecimento dos pecuaristas tendeu a se expressar também no plano político-administrativo (PESAVENTO, 1997).

Desse modo, o estabelecimento das primeiras propriedades instaladas no território gaúcho foram realizadas de formas desiguais, privilegiando poucas pessoas, geralmente militares e tropeiros, além dessas propriedades terem uma área muito grande, associadas à atividade pecuarista, estes fatores vieram a ocasionar uma pequena densidade demográfica na região sul do Rio Grande do Sul, formando “lacunas” entre uma cidade e outra.

A doação de sesmarias no Brasil cessa-se a partir da Lei de 1822, levando a intensificação da posse e a aglutinação desordenada das terras por particulares paralelamente aos objetivos de povoamento e de defesa do território, surgiu a necessidade de adequarem-se as províncias à reorganização geral da economia brasileira, que se conduzia pelas novas diretrizes do capitalismo internacional. E para atender a este princípio econômico ocorreu a política imigratória cujos objetivos básicos eram os de criar o trabalho livre nas áreas de produção para a exportação e de um mercado interno consumidor, além de contribuir com o povoamento estratégico de regiões periféricas.

Com base em uma nova política imigratória, fundada nas linhas do capitalismo internacional, o Rio Grande do Sul em 1824¹³, recebe a primeira leva de imigrantes alemães (total de 38 indivíduos) no município de São Leopoldo. Cada família recebeu um lote de 77 hectares como livre propriedade, isenção de qualquer tipo de imposto ou prestação de serviço pelo prazo de dez anos. A partir de 1851, estes lotes diminuíram de 77 para 48,4 hectares e, em 1889, para 25 hectares, esta unidade era chamada de “lote colonial” (ROCHE, 1969).

Estes imigrantes provenientes da Alemanha vieram de seu país, no qual vivia uma situação de tensão social, com o intuito de povoar áreas antes desabitadas (formação de colônias) e que produzissem gêneros alimentícios necessários para o consumo interno do Brasil. O primeiro fluxo de imigrantes deu em 1824, o segundo

¹³ De 1824 a 1830, chegaram ao Rio Grande do Sul cerca de cinco mil (5000) imigrantes alemães.

em 1845, em todo o século XIX foram criadas 142 colônias no Rio Grande do Sul, principalmente no Vale dos Sinos (QUEVEDOS DOS SANTOS e TAMANGUEVIS, 1990).

A outra fase de colonização do território gaúcho vem com os imigrantes italianos no final do século XIX, 1875, no qual tem-se início a última etapa de povoamento do Rio Grande do Sul, onde estes imigrantes:

Vão se localizar nas terras devolutas do Império, situadas na encosta superior do Planalto. A vinda dos imigrantes está ligada ao processo de substituição da mão-de-obra e a política de imigração e colonização do Governo Imperial (GIRON, 1980, p.47).

Giron (1980, p. 51-52) explica que os processos de emigração da Itália ocorreram devidos aos “excessos populacionais, esgotamento de terras, as crises agrícolas, a política fiscal, o desflorestamento, a política comercial”.

Os imigrantes italianos até o início do século XX, já chegavam a aproximadamente oitenta e quatro mil colonos (84.000), esses se concentraram em pequenas propriedades nas áreas do Planalto, porções norte e nordeste do Estado. Assim colonizava-se para ocupar vazios demográficos, para firmar a ocupação de terrenos. Coloniza-se para abrir e proteger a navegação de rios, defender fronteiras, aumentar a produção de gêneros que estão em míngua e finalmente até para dirigir a atividade de certas classes. A colonização assim encarada compreende diversas formas e aproveita diversos elementos (AZEVEDO, 1975).

Portanto, no século XIX, o Rio Grande do Sul foi influenciado pelo processo de assentamento da imigração européia, inicialmente alemã (1824), e posteriormente italiana (1875), alocadas principalmente na região nordeste do território gaúcho. Como efeito, esta área tornou-se mais dinâmica, embora a pecuária praticada no sul do Estado continuasse tendo uma forte influência no setor econômico e político. A diversificação industrial e a crescente urbanização do eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, tornou esta região distinta da área de agricultura diversificada do norte do Rio Grande do Sul, tornando-a mais atrativa aos empreendedores.

O norte do Rio Grande do Sul foi povoado basicamente através da ampliação das áreas coloniais alemãs e italianas, e da chegada de novos grupos étnicos a partir de 1900, como Russos, Poloneses e Suíços. A produção diversificada das

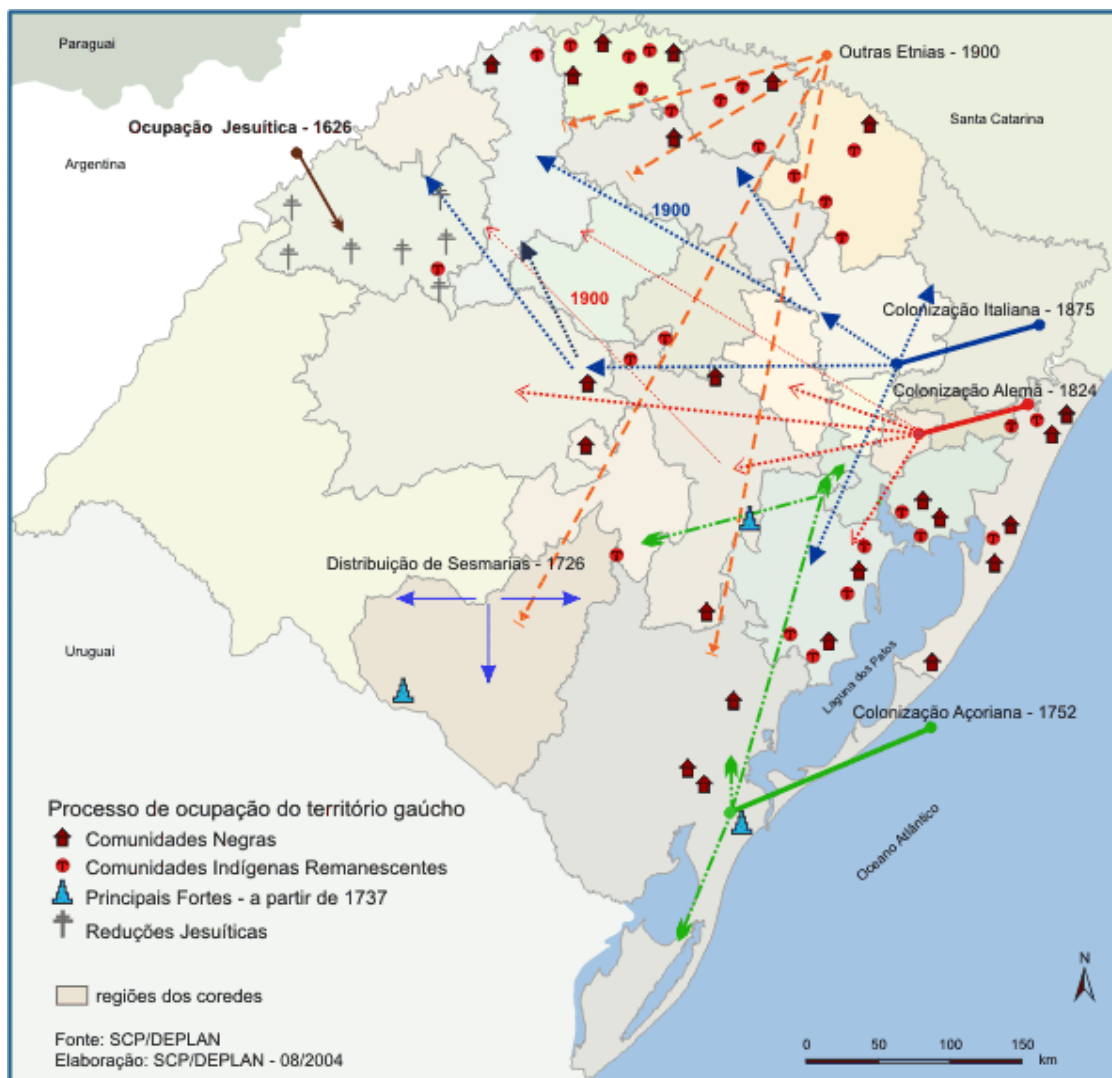
pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada resultando uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. Assim a colonização ítalo-alemã se concentrou na Metade Norte¹⁴ do Estado no qual foi ocupada principalmente por agricultores familiares e artesãos a partir de meados do século XIX, e posteriormente por seus descendentes, caracterizando uma estrutura fundiária baseada na agricultura familiar em pequenos lotes (BROSE, 1999).

Assim, a ocupação do Estado do Rio Grande do Sul dividiu-se em etapas (Mapa 6), a primeira ocorrida na Mesorregião Sul se caracterizando pela grande propriedade, distribuição de renda mais concentrada, pecuária e baixa densidade demográfica, resultando em núcleos urbanos mais distantes uns dos outros. A outra etapa de ocupação foi realizado na Mesorregião Nordeste e Norte se caracterizando pela pequena propriedade, produção diversificada (policultura), distribuição de renda menos concentrada e densidade demográfica mais elevada, resultando em uma proximidade dos municípios.

Generalizou-se a idéia de que as diferentes formas de ocupação do território sul-rio-grandense aliado a fatores de origem étnica da colonização, foram determinantes da dicotomia do desenvolvimento entre a Metade Sul e Norte. Isto se deve muito às comparações que foram realizadas, entre as diferentes formas de ocupação das duas regiões. Na Metade Sul a formação de propriedades com grandes extensões de terra e a origem luso-brasileira dos primeiros habitantes foi condicionante, já na Metade Norte, o processo de ocupação se deu através de pequenas áreas coloniais constituídas basicamente por colonizadores imigrantes alemães e italianos. (ROCHA, 1999).

Costa (1988) ressalta que os maiores municípios também são os mais antigos do Estado e que suas emancipações ocorreram até o final do séc. XIX. Associando densidade demográfica, estrutura fundiária e vegetação evidenciam-se contrastes muito nítidos. Metade Sul com grandes e poucos municípios, contrapondo-se, a Metade Norte que apresenta uma malha municipal repleta de pequenas unidades territoriais a partir do norte de Porto Alegre e por todo o centro-norte do Estado.

¹⁴ Alguns autores consideram uma divisão do Rio Grande do Sul em Metade Norte e Metade Sul. Sendo que a Metade Norte engloba a Mesorregião Norte e Nordeste.



Mapa 6- Evolução do processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul.

2.2. Discussões sobre a desigualdade regional no Estado do Rio Grande do Sul

A Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul tem se destacado nas discussões sobre o desenvolvimento regional, sendo considerada menos desenvolvida em relação a Mesorregião Nordeste e Norte do Estado. Os principais problemas estão associados às características de base econômica, ligada a atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva, além da estrutura fundiária concentrada existente na Metade Sul (LÜBECK e SCHNEIDER, 2003).

O imigrante foi um dos elementos decisório nas desigualdades regionais que assolam a Metade Sul na visão de Bandeira :

A imigração criou, na maior parte da metade norte do Estado (...) uma sociedade bastante distinta da do sul. A pequena propriedade, aliada a uma agricultura diversificada, gerou uma distribuição de renda menos concentrada. Ao invés de um grupo diminuto de grandes proprietários ricos e de um contingente relativamente reduzido de assalariados de baixa renda, no norte havia um número grande de pequenos proprietários que, algum tempo após o assentamento, passavam a ter uma renda monetária relativamente expressiva, oriunda da venda da produção que excedia suas necessidades de subsistência. O padrão mais concentrado de assentamento rural resultava, além disso, em uma densidade demográfica muito maior. A rede urbana era, por sua parte, também muito diferente da do sul, sendo constituída por um número expressivo de centros pequenos, situados à escassa distância uns dos outros (BANDEIRA, 2003 p.523).

Conforme o autor, além da imigração, o tipo de propriedade que foi dado os imigrantes foi outro fator determinante para o sucesso, que depois de um certo período assentado, este conseguiu extrair uma renda expressiva da pequena propriedade tornando um modelo capitalista de produção, pois vendia o excedente de sua produção.

A população da Mesorregião Sul já representou mais da metade do Estado na virada do século XIX para o século XX e hoje não chega a um quarto (Tabela 2). A sua participação na produção industrial do Estado, que já foi de 35% na década de 30, na década de 1990 se aproximou de 10%, a participação no PIB do Estado que já esteve entre 38% e 39% no final da década de 30, chegou a 17% no final da década de 90.

Conseqüências dessas diferenças podem ser explicadas pelo assentamento dos imigrantes europeus na Metade Norte, que colaboraram para ilustrar as taxas mais elevadas de crescimento que eram apresentadas por esta região, assim, esta imigração criou uma sociedade bastante distinta da Metade Sul, por que nela existia a pequena propriedade privada, aliada a uma agricultura diversificada, gerando assim uma distribuição de renda menos concentrada (BECKER e BANDEIRA, 2003).

Sobre a grande aglomeração entre os assentamentos dos imigrantes, Andreoli (1989, p. 102) diz que “O resultado foi um crescimento extensivo da produção agrícola e artesanal com base na pequena produção familiar rural produtora de bens agrícolas e artesanais, refazendo-se assim, com razoável grau de aproximação à via histórica de desenvolvimento do capitalismo europeu”.

Tabela 2 - População total e participação percentual de cada Mesorregião do Estado no período de 1920-2002.

	Pop. Total	Nordeste	(%)	Norte	(%)	Sul	(%)
1920	2.182.713	599.591	27,5	703.488	32,2	879.634	40,3
1940	3.320.689	849.100	25,6	1.287.099	38,8	1.184.490	35,6
1950	4.164.821	1.111.174	26,7	1.689.668	40,6	1.363.979	32,7
1960	5.448.823	1.670.609	30,7	2.137.573	39,2	1.640.641	30,1
1970	6.755.458	2.315.771	34,3	2.511.003	37,2	1.928.684	28,5
1980	7.773.837	3.125.860	40,2	2.602.680	33,5	2.045.297	26,3
2002	10.398.133	5.022.298	48,3	2.827.252	27,2	2.548.583	24,5

Fonte: FEE, IBGE.

A diminuição da participação populacional da Mesorregião Sul no total do Estado, reflete das políticas migratórias ocorridas na Metade Norte, a pequena distância entre os centros urbanos de municípios vizinhos dinamizam os processos socioeconômicos, ou seja, todos processos das dinâmicas demográficas, o que Bandeira (1994) destaca como sendo a variável migração um fator determinante para a diferença populacional no Rio Grande do Sul (Gráfico 3).

Essa política migratória teve como objetivos básicos criar mão-de-obra livre nas áreas de produção para a exportação e um mercado interno consumidor, além de povoar estrategicamente as regiões periféricas do território, com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo (KLIEMANN, 1986).

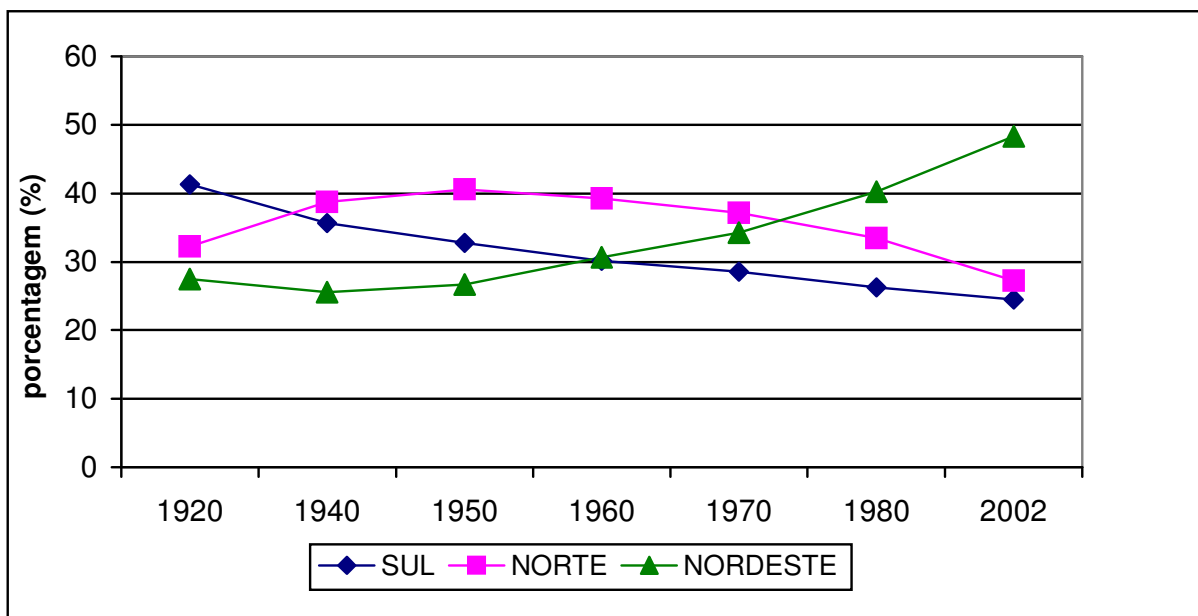


Gráfico 3- Percentual de cada Mesorregião na população total no período 1920-2002, no Rio Grande do Sul.

O modelo mais aglomerado de assentamentos rurais derivava em uma densidade demográfica muito maior na Metade Norte, tendo uma rede urbana constituída por um número grande de pequenos centros situados numa pequena distância uns dos outros. Enquanto que na Metade Sul o padrão das ocupações foram feitas em latifúndios, alguns com mais de dez mil hectares, gerando uma distância muito grande entre os centros urbanos.

Bandeira (1994) ainda sobre a imigração e as diferenças populacionais no Rio Grande do Sul afirma que:

(...) decorreram da ação conjunta de diversos fatores, cuja influencia é difícil de distinguir de forma precisa. Dentre eles, os principais parecem ter sido as migrações internas e o padrão de assentamento dos imigrantes oriundos do exterior que entraram no Rio Grande do Sul a partir das últimas décadas do século XIX, embora se possa cogitar da ocorrência de diferenças regionais quanto à fertilidade, à mortalidade e à nupcialidade (BANDEIRA, 1994 p.11).

Sobre a questão da imigração e da população da Metade Norte, Becker e Bandeira (2003) trazem a avaliação de capital social e a identidade regional como elementos das diferenças sócio-culturais e conseqüentemente das diferenças econômicas da Metade Sul com relação a Norte.

Outro elemento que contribuiu para que ocorresse a desigualdade regional no Rio Grande do Sul, foi o capital social, que é um conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou

sua classe social. Assim o capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é ao mesmo tempo acúmulo e base de um processo de unificação que permite as pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social (BOURDIEU, 1980).

Desse modo, o capital social, segundo Becker e Bandeira (2003, p.15) são “os traços culturais que são relevantes para fazer com que os membros de uma localidade se tornem propensos a colaborar para a solução de problemas de interesse comum”. Ou seja, na Mesorregião Nordeste o capital social é mais significativo que na Mesorregião Sul, pois devido aos traços sociais e culturais, obviamente, ligados a estrutura fundiária e maior dinamismo demográfico, foi preponderante para o êxito socioeconômico desses assentamentos.

Assim como o capital social, esses autores dão importância à identidade regional constituída de um local. Para Becker e Bandeira (2003, p.20) “A identidade regional (...) é condição essencial para que um determinado território possa, de forma significativa e não-arbitrária, ser denominado de região”. No Rio Grande do Sul se percebe claramente uma diferença de culturas, o que o geógrafo francês Raymond Pebayle (1975) definiu como dois tipos de indivíduos no espaço rural gaúcho no século XX.

Para melhor entender a dualidade das sociedades rurais que se constituíram no sul, revisou-se os estudos de Pebayle (1975) nos quais o autor descreve que até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos “campos” e os “policultores” da pequena propriedade foram raros, ou melhor, nada parecia anunciar, então, novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. A aristocracia local foi sempre constituída pelos “estancieiros”. Esses homens rudes e fatigados das violentas técnicas da pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos da região do Rio da Prata, rejeitaram o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta.

Ainda seguindo Pebayle (1975), o pequeno agricultor era a antítese do gaúcho das campinas, era o homem das florestas, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário. Assim assiste-se a uma expansão do pequeno produtor nas terras dos criadores, resultado de um forte gradiente

demográfico entre as colônias relativamente superpopulosas e o quase vazio humano das regiões de pecuária.

Sobre a identidade regional Becker e Bandeira (2003) ressaltam a sua importância e a definem sendo:

A identidade regional, assim como o capital social, é um produto da história. Ela surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais que fazem com que os habitantes de um determinado território consolidem a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências que possam dividi-los, também têm fortes afinidades e muitos interesses em comum. (BECKER e BANDEIRA, 2003 p.20).

Portanto, a construção de uma identidade regional fortalece as bases para um desenvolvimento regional, uma vez que os membros participantes dessa região estarão em busca de um interesse comum. Os elementos sociais e culturais são fundamentais para a eficácia de uma região, pois eles fazem parte de um sistema que age em conjunto, sendo peças-chave para um resultado favorável.

2.2.1. Estrutura Fundiária

No que diz respeito às disparidades regionais existentes no Rio Grande do Sul, o elemento crucial para tal diferença é sem dúvida a **estrutura fundiária** da Mesorregião Sul, que pouco evoluiu, conservando propriedades extensivas, em boa parte grandes propriedades, alargando ainda mais as diferenças socioeconômicas dessa parte do Estado.

Analisando os dados dos Censos agropecuários de 1940 a 1995-1996 relativos a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, constata-se uma desigualdade entre o número de pequenas propriedades¹⁵ e da área destinadas a elas (Tabela 3).

¹⁵ Neste diagnóstico, no sentido de estabelecer um padrão, pequena propriedade refere-se a estabelecimentos menores que cinquenta hectares (50 ha).

Tabela 3- Número e área de pequenas propriedades da Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, entre 1940 a 1995-1996.

Ano	Propriedades < 50 ha (%)	Área (%)
1940	19,78	20,11
1950	14,30	15,33
1960	16,49	18,09
1970	16,75	19,47
1975	17,77	19,95
1980	17,17	19,74
1985	17,27	20,24
1995-96	17,70	20,26

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE -1940 a 1995-1996.

Observando os dados dos Censos agropecuários constata-se a dualidade em termos fundiários no Rio Grande do Sul. A Mesorregião Sul apresentando apenas um quinto de sua área destinada às pequenas propriedades, enquanto que o restante de sua área (aproximadamente 80%) está associado à média ou grande propriedade.

A perda de dinamismo regional da Metade Sul é demonstrada nos indicadores populacionais pelo conservadorismo dos proprietários de terras, que não diversificam a produção, concentrada na pecuária extensiva e rizicultura. Sendo que todos os municípios do Rio Grande do Sul com mais de 60% da área ocupada por propriedades acima de 500 hectares estão na Metade Sul (TEIXEIRA, 2001).

Ao estudar o tamanho médio dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul (Tabela 4) demonstra-se a heterogeneidade da estrutura fundiária, com uma discrepância evidente entre o tamanho médio encontrado na Mesorregião Sul em relação à média estadual.

Tabela 4- Tamanho médio dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul e na Mesorregião Sul no período de 1940-1996 (em hectares).

ANO	RS	MESORREGIÃO SUL
1940	88,60	191,01
1950	76,97	203,63
1960	56,97	142,88
1970	46,47	113,88
1975	50,18	116,59
1980	50,62	122,06
1985	47,91	114,44
1995-96	50,70	118,61

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE -1940 a 1995-1996.

A partir da década de 1940 houve uma queda quase que contínua no tamanho médio dos estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul, partindo de 88 hectares chegando a aproximadamente 50 hectares em 1996.

Na Mesorregião Sul houve um declínio no tamanho médio das propriedades, mas há que se notar, a diferença entre o tamanho médio das duas classes. Na Mesorregião Sul a média dos estabelecimentos rurais corresponde a aproximadamente o dobro da média estadual.

A Mesorregião Nordeste é uma região baseada em pequenas propriedades rurais, onde se destaca o setor industrial, assim como, uma agricultura diversificada e voltada para subsistência, desse modo, esta aglomeração de pequenas propriedades policultoradas atraiu o crescimento industrial, diferentemente da região meridional do Rio Grande do Sul onde a:

Diferença, no entanto é que na Região Nordeste a urbanização foi, na maior parte do período, concomitante a um processo de rápido crescimento industrial, que gerava oportunidades de emprego para os migrantes oriundos das zonas rurais. Na Região Sul, ao contrário, o reduzido crescimento da indústria fez com que fosse muito menor a oferta de postos de trabalho nas cidades. Não sendo capazes de gerar empregos suficientes, os centros urbanos da Região Sul passaram, paulatinamente, a expulsar parte de sua população, que migrou em busca de oportunidades em áreas mais dinâmicas. (BANDEIRA, 1994 p.15).

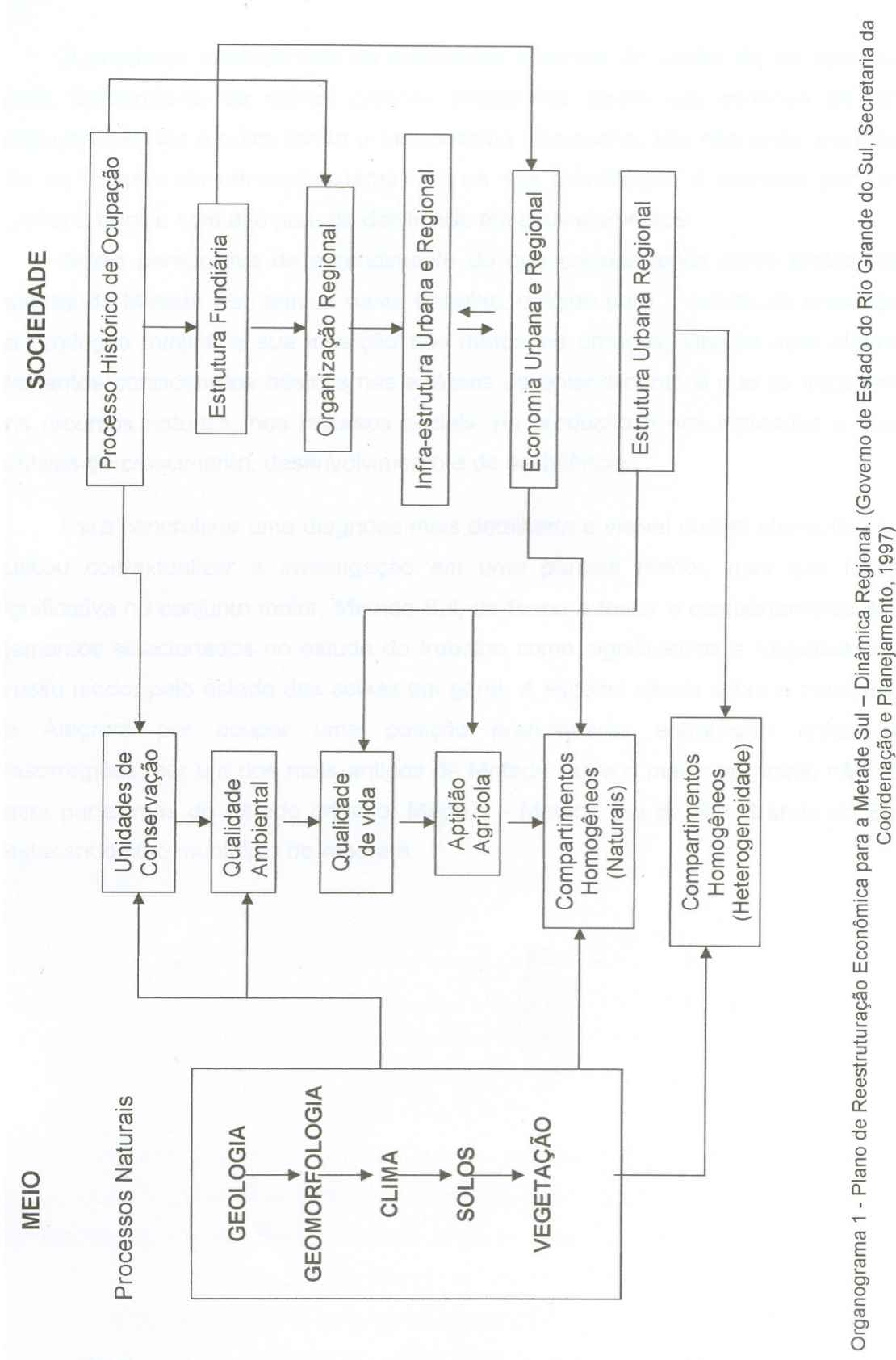
A maior concentração de renda e fundiária da Mesorregião Sul agravou o desequilíbrio das regiões do Estado, pois na parte norte, a estrutura fundiária menos concentrada e mais distribuída, juntamente com a proximidade de Porto Alegre

foram fatores preponderantes para o avanço socioeconômico da Mesorregião Nordeste, em especial a porção nordeste (eixo Caxias do Sul - Porto Alegre).

A partir disso, surge em 1997, um Plano de Reestruturação Econômica (Organograma 1), no qual esse relatório define a Metade Sul como um espaço regional inserido na região de fronteira brasileira com o Uruguai e Argentina e que sofreu ao longo das últimas décadas, principalmente a partir de meados da década de 80, um profundo processo de perda de dinamismo econômico, resultante das dificuldades de inserção nos ciclos de expansão da economia brasileira.

E em 2001, surge o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul tendo como objetivo principal articular a política de desenvolvimento regional, resgatando estudos, propostas e projetos, sistematizando-os para otimização de recursos e ações na resolução de problemas e para a criação de novas iniciativas. As ações desse Programa objetivam a promoção da integração e do desenvolvimento sustentável com melhoria da qualidade de vida da população, mediante a implantação de um modelo de gestão que fortaleça a cooperação intermunicipal, estadual e federal. Pressopundo:

- o fortalecimento da base sócio-econômica local e mesorregional;
- a inclusão social, o estímulo à participação e a capacidade de organização social;
- a capacitação dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento e o manejo racional dos recursos naturais.



Organograma 1 - Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul - Dinâmica Regional. (Governo de Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Coordenação e Planejamento, 1997)

Este Plano destaca a estrutura fundiária como sendo o cenário da organização regional e, por conseguinte, base da economia urbana e regional. Cabe então, reestruturar a base fundiária, pontuando a reforma agrária como um meio de recurso para romper com esta estagnação. Nesse sentido Alonso e Bandeira (1994) reforçam a idéia de que a concentração fundiária é elemento fundamental pela desigualdade regional no Rio Grande do Sul:

(...) traço histórico-econômico fundamental é a estrutura fundiária caracterizada pela concentração da posse da terra, formada a partir das sesmarias doadas nos últimos tempos do período colonial (...). Pode-se afirmar que dessa estrutura fundiária decorrem, em última análise, outros aspectos que caracterizam a sociedade local até o presente, como a concentração de renda, os centros urbanos esparsos, a reduzida densidade da população rural e o predomínio da pecuária. (ALONSO e BANDEIRA, 1994 p.224).

A estrutura fundiária de um país espelha diretamente a sua estrutura social. A divisão e concentração de terra é a expressão física das divisões sociais e da concentração do poder existentes na sociedade. Hoje em dia, muitos ainda esperam o momento no qual as unidades familiares no país tenham finalmente se esvaziado pela migração aos centros urbanos e restam no campo apenas alguns poucos proprietários de vastas áreas de “agricultura moderna” e seus peões (BROSE, 1999).

A valorização da agricultura familiar é fundamental para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, conforme Teófilo (2002) o estímulo histórico à agricultura patronal baseada no latifúndio, na monocultura de exportação, no trabalho escravo e, posteriormente, na superexploração do trabalho assalariado, reflete na atual concentração de renda, exclusão social e em uma economia voltada excessivamente para o mercado externo.

Desta maneira, é necessário reestruturar a base produtiva e a base social da região devendo realizar ações e intervenções de todos os níveis na perspectiva de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico regional.

Nesse sentido, a reforma agrária surge como uma alternativa para a redistribuição da terra e de novas dinâmicas socioeconômicas, de tal modo os assentamentos rurais são peças chaves para essa mudança.

3- AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NA AGRICULTURA E A QUESTÃO AGRÁRIA

Neste capítulo abordar-se-á a questão agrária e o desenvolvimento do capitalismo no campo através de autores clássicos sobre a problemática agrária. Em um primeiro momento, serão discutidas as transformações na agricultura baseadas nas teorias de Kautsky (1972) originadas em 1899, de Lênin (1985) originadas em 1899 e na obra de Chayanov (1974) originada em 1925, esses autores estudaram a introdução do modo de produção capitalista no campo e suas as conseqüências para o campesinato europeu.

A análise dessas obras e das teorias a respeito da influência do capitalismo no campo são bases para o entendimento do processo de modernização do campo, da concentração fundiária, da integração indústria-agricultura, exclusão do homem do campo no processo capitalista, êxodo rural, ou seja, o maior entendimento sobre a questão agrária.

Em seguida, traremos reflexões sobre a questão agrária brasileira debatendo a criação dos Complexos Agroindustriais frente aos Complexos Rurais, a partir da década de 1960, e os aspectos da modernização da agricultura.

Será trazido um breve panorama do novo dinamismo da agricultura gaúcha após a modernização da agricultura, citando algumas conseqüências socioeconômicas e territoriais desse processo, como o surgimento do movimento de agricultores sem-terra.

3.1. - Contribuições Teóricas dos Clássicos Rurais sobre a Questão Agrária e o Capitalismo no Campo

Nesta seção da pesquisa será visto uma idéia geral das obras clássicas de Kautsky, Lênin e Chayanov no que diz respeito à questão agrária, a fim de elucidar as questões capitalistas na agricultura, principalmente, em relação aos pequenos proprietários rurais.

3.1.1. - A superioridade da grande propriedade na obra de Kautsky

Em sua obra *“A Questão Agrária”* publicada em 1899, Kautsky descreve a influência do capitalismo sobre a agricultura, as transformações que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX, além de fazer prognósticos para o novo século que se aproximava, com relação à introdução do capitalismo no campesinato.

A idéia central de Kautsky em sua obra é a tese de que a grande propriedade agrícola é superior tecnicamente em relação à pequena propriedade e tem como causa a penetração do capitalismo no campo e como conseqüência, a “industrialização da agricultura”. Nesse sentido, a grande propriedade é a melhor “unidade” para desenvolver as atividades capitalistas, logo, a pequena propriedade tende a diminuir ou desaparecer.

Kautsky relata as conseqüências diretas e mais evidentes dos desequilíbrios da produção capitalista, as oscilações e inseguranças que os camponeses enfrentavam ao se inserirem nos moldes do sistema capitalista.

Como conseqüência do capitalismo no campo, ou sinais de sua evolução, pode-se citar o processo de integração indústria-agricultura, extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, aumento do êxodo rural, aumento de empregos nos centros urbanos que oferecem melhores remunerações e melhores condições de vida. Esse processo determina um novo ritmo na vida do camponês e Kautsky (1972, p.26) afirma que “quanto mais esse processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica (...) e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês”, ou seja, a obrigação cada vez maior do camponês ter capital para realizar suas atividades.

Kautsky mostra-se plenamente consciente do fato de que no campo as formas de produção capitalista avançam **inexoravelmente**, e tem bem claro o problema das repercussões que a concorrência transoceânica tivera nos mercados agrícolas europeus.

Já prevendo a inserção do capitalismo na agricultura e sua produção sendo regida pela dinâmica industrial, Kautsky afirma que: “A grande exploração agrícola é a que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, cria-a” Kautsky (1972, p.124). Desse modo, se cria uma integração indústria-agricultura, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista, e deixa de ser camponês tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado e ficando

dependente de atributos que antes não o tinha e deixa de ser o ator principal da produção, pois a tecnificação o suprime em grande parte. Após essas mudanças, o camponês para Kautsky:

(...) deixa portanto de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (...) lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação a cooperativa (KAUTSKY, 1972, p.128-129).

Mas Kautsky, não deixou de lado as formas pré-capitalistas e não-capitalistas da agricultura, e questionou qual a função destes no interior de uma sociedade capitalista. O que fazer com esses camponeses que não estariam integrados totalmente no sistema? E qual função deles dentro do sistema?

Nesse sentido, ele faz um contraponto entre a pequena e a grande exploração e afirma que “quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração” Kautsky (1972, p.129). E faz previsões sobre a pequena propriedade, no qual esta condenada a desaparecer diante da superioridade da grande fazenda capitalista.

As transformações que ocorrem na agricultura com a integração com a indústria torna o agricultor mais vulnerável e dependente do capital, dessa forma Kautsky ao mencionar a transformação na agricultura ressalta que:

Qualquer progresso nesse sentido terá necessariamente como resultado o agravamento do estado de crise em que se encontram os agricultores, o aumento da sua dependência em relação à indústria, a diminuição da segurança da sua existência (KAUTSKY, 1972, p.160).

Kautsky sinaliza para a evolução do modo capitalista na agricultura e que a grande exploração tem melhores condições para satisfazer as necessidades da indústria contrariamente da pequena produção. Mas, não significa o fim da pequena propriedade, pelo contrário, a grande exploração necessita de um número de pequenas propriedades para a exploração industrial, no qual forneçam matéria prima e que vendam para a indústria para ela revender posteriormente e ainda, como reserva de mão-de-obra para os períodos que a grande exploração precisar de assalariados (KAUTSKY, 1972).

O autor também enfoca o processo de diferenciação social, e, apesar de admitir a superioridade da grande empresa, deixa claro a possibilidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, sobretudo se esta for capaz de se associar e cooperar.

Para isso, Kautsky sugeriu que os camponeses se organizassem, em ligas, para superarem essas dificuldades, ou seja, uma organização coletiva do campo, somente uma organização socialista da produção, no qual poderá um dia resolver seus problemas. Através da socialização entre os camponeses, em uma organização social forte para enfrentar o capitalismo agrário.

Para encerrar, a obra a *“A Questão Agrária”* trás alguns pontos importantes sobre o avanço do capitalismo na agricultura e que ficam perguntas a serem feitas:

- Quais transformações ocorreram na agricultura ao longo do processo capitalista?
- Quais implicações trouxeram aos camponeses, o processo industrial à agricultura?
- Qual tipo de padrão fundiário favoreceu a agricultura capitalista industrial?
- Qual o destino dos camponeses que não conseguirem acompanhar o ritmo do capitalismo na agricultura?

Essas questões serão abordadas posteriormente, com o caso brasileiro e gaúcho da modernização da agricultura.

3.1.2. - A desintegração do campesinato de Lênin

Outra obra que marca o estudo do processo de penetração do capitalismo na agricultura é *“O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”*, publicada em 1899, sob autoria de Vladimir Ilich Lênin, onde é analisada a formação do mercado para o capitalismo, e mostra que a desintegração do campesinato é um processo determinado pelas relações de produção em direção ao capitalismo, e faz ainda uma análise das conseqüências mais importantes da inserção desse sistema na agricultura.

Lênin realizou seu estudo na Rússia e indicou que o processo capitalista estava provocando uma “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” Lênin (1985, p.83), ou seja, a

modificação do padrão de produção das propriedades e a necessidade do capital para a sobrevivência do homem no campo.

No capítulo II de sua obra, intitulado “*A Desintegração do Campesinato*” Lênin aborda a situação do camponês frente ao processo capitalista, onde o camponês na economia mercantil fica inteiramente subordinado ao mercado, dependendo tanto para seu consumo próprio como também, para sua atividade agrícola. Essa transformação da desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo.

O processo de desintegração do campesinato foi conseqüência de diversos fatores, no qual Lênin pesquisou em um conjunto de dados sobre “arrendamento, compra de terras, implementos agrícolas aperfeiçoados, atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado” Lênin (1985, p.94). Desse modo, através dessas informações ele formula a tese da desintegração do campesinato na Rússia, que ocasiona um empobrecimento do camponês e afirmou que esse:

Não era antagônico ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. A mais profunda porque é no seu interior mesmo, (...) que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, (...) é aí que a ação transformadora do capitalismo se manifesta mais lenta e mais gradualmente (LÊNIN, 1985, p.113).

Essas transformações decorrentes do processo capitalista no campo faz com que ocorram mudanças nas classes sociais rurais, nesse sentido Lênin afirma que:

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LÊNIN, 1985, p.114).

Portanto, o estudo de Lênin mostra que a inserção do capitalismo na agricultura provocou um antagonismo nas classes sociais rurais. Havendo uma oposição de classes, de um lado a burguesia rural e de outro, operários agrícolas. Então “os agricultores se metamorfoseiam cada vez mais depressa em produtores submetidos às leis gerais da produção mercantil” Lênin (1985, p. 202). Assim, a tese leninista se baseia na desintegração do campesinato, que cria um mercado interno para o capitalismo ocasionando a diferenciação social no campo.

3.1.3. - A Unidade Econômica Camponesa de Chayanov

No contexto de reprodução e existência camponesa destaca-se o estudo de Alexander Chayanov na obra *“A Organização da Unidade Econômica Camponesa”*, publicada em 1925, que constitui um importante referencial sobre a questão camponesa e coloca como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica. Chayanov (1974), não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês, é considerada “marginal” na sua compreensão. O autor parte da necessidade de consumo, subsistência da família para entender o trabalho camponês.

A teoria da organização da unidade econômica camponesa de Chayanov está baseada nos estudos realizados nas economias de produção familiares russas, no início do século XX. Essa teoria fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital. Nesse caso, Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não-capitalista, pelo fato, da ausência do trabalho assalariado.

A dinâmica em que a relação consumo-produção em uma unidade familiar seria aumentada, deve considerar o número de trabalhadores da família, a expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades básicas de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio (CHAYANOV, 1974).

A explicação da racionalidade camponesa para Chayanov é referente a uma diferenciação demográfica, ou seja, o número de trabalhadores - consumidores da família camponesa como nexos explicativos da sua existência. A questão está deslocada para o consumo e número de membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês, um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor.

A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo.

Chayanov reconhece que o campesinato está fora do modo de produção capitalista, ele afirma que o campesinato é um modo de produção, pois suas características são: a força do trabalho familiar - unidade econômica camponesa -, pequena propriedade como local das atividades, a própria família produz seu meio de produção, às vezes, devido a diversos fatores, membros da família se vêem obrigados a empregarem sua força de trabalho em atividades rurais não-agrícolas. Assim, a atividade econômica camponesa não se assemelha a de um empresário rural no qual investe seu capital recebendo uma diferença entre a entrada bruta e os gastos gerais de produção, gerando lucro. Mas sim, apenas uma simples remuneração que o permite ao mesmo, determinar o tempo e a intensidade do trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar. Nesse sentido, a lógica da organização da unidade econômica camponesa está baseada na racionalização entre quantidade e qualidade de terra, força de trabalho e capital. Qualquer distorção nesta relação é compensada pela ocupação da força de trabalho em atividades não-agrícolas complementares ou pela intensificação do trabalho (CHAYANOV, 1974).

Para concluir, Chayanov vê nas cooperativas coletivas as únicas alternativas para introduzir a exploração camponesa no ambiente da industrialização agrícola em grande escala. Assim, para continuar no modo de produção camponesa o meio é através da unidade econômica camponesa familiar e caso ingresse no capitalismo, indústria-agricultura, os camponeses devem se aliar e unir-se em cooperativas.

3.1.4. - Discussões sobre campesinato e agricultura familiar

Após as leituras das obras clássicas de Kautsky (1972), Lênin (1985), Chayanov (1974) faz-se uma breve consideração sobre as definições terminológicas

de camponês e agricultor familiar baseadas no sentido econômico, social e histórico. Mas vale ressaltar, que aqui será exposto apenas uma sucinta apreciação sobre as terminologias, porém ficará latente que ao decorrer do trabalho, o termo utilizado será o agricultor familiar ou pequeno produtor, não será considerado aqui o mérito da questão conceitual e sim na diferenciação com o grande produtor empresarial.

O termo camponês / campesinato está ligado à formação no meio rural europeu, local onde surgiu esse termo, sua marca preponderante é ausência das relações capitalistas, sua existência e sobrevivência não depende do capital, dos mercados, indústrias entre outros, como visto em Chayanov (1974).

O camponês produz para as necessidades básicas da família, planta para o autoconsumo, sua preocupação é em alimentar os membros da família e ter uma boa qualidade de vida. Os materiais que são utilizados por ele na agricultura são produzidos por ele ou por artesões, a aquisição desse material é realizada por trocas. O dinheiro não é a preocupação fundamental desse indivíduo, sua função é a produção de subsistência.

O agricultor familiar / agricultura familiar é um termo que ganhou força na década de 1990, incentivado pelas políticas públicas para a inserção das pequenas propriedades no mercado. Esse indivíduo está integrado ao mercado, necessita de dinheiro para poder produzir (na aquisição de insumos, máquinas agrícolas, entre outras benfeitorias) e conseqüentemente **precisa** vender sua produção para pagar financiamentos em bancos, e todos insumos e implementos agrícolas adquiridos (ABRAMOVAY, 1992). Esse agricultor pode contratar mão-de-obra em certos períodos do ano, pagando em dinheiro, ou seja, torna-se dependente do mercado e do capital para realizar suas atividades.

Chayanov (1974) ficou com a produção camponesa em sua base, já os estudos marxistas (Kautsky e Lênin) apontam para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não como um modo de produção. Lênin (1985) destacou o conceito de formação econômico-social ao estudar o contexto do desenvolvimento capitalista russo e a presença do campesinato, como visto anteriormente.

Lênin e Kautsky defendem que os pequenos proprietários familiares são conduzidos ao empobrecimento e assalariamento com o desenvolvimento do capitalismo no campo, tendo como conseqüência a falência da pequena exploração em benefício da grande exploração agrícola capitalista, pois essa organização se

ajusta melhor no modo de produção capitalista, devido ao tamanho da propriedade e a produção em escala.

Chayanov (1974) diferencia-se de Lênin (1985) com relação à base demográfica do rural. O primeiro não via o desaparecimento dos camponeses com a inserção ou penetração do capitalismo no campo, pelo contrário, vislumbrava um aumento dos estabelecimentos de economia familiar. Diferentemente de Lênin (1985), no qual, sua teoria baseava-se na desintegração do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, seu desaparecimento no decorrer do processo capitalista (Quadro 1).

Quadro 1- Comparação das obras de Kautsky, Lênin e Chayanov acerca da questão agrária.

	KAUTSKY	LÊNIN	CHAYANOV
Obra	A questão agrária	O desenvolvimento do capitalismo na Rússia	A organização da unidade econômica camponesa
Lançamento da obra	1899	1899	1925
Idéia central	Superioridade técnica da grande propriedade.	Desintegração do campesinato.	Teoria da unidade econômica camponesa.
Conseqüências do capitalismo para as pequenas propriedades	Expansão das grandes fazendas capitalistas, mas não o desaparecimento total da pequena propriedade.	Desaparecimento total do campesinato em conseqüência da grande exploração capitalista.	Aumento de unidades familiares.
Destino / Saída para a pequena propriedade no capitalismo.	Formação de cooperativas.	Desintegração dos camponeses pobres em favor da burguesia rural.	Manutenção da unidade econômica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas.

Fonte: Kautsky (1972), Lênin (1985) e Chayanov (1974). Organização: Flamarion Dutra Alves.

3.2. - Modernização da Agricultura Brasileira: do Complexo Rural ao Complexo Agroindustrial (CAI)

O debate acerca da questão agrária brasileira passa fundamentalmente por dois pontos chaves, o primeiro diz respeito à estrutura fundiária e o outro ponto refere-se à mudança no modo de produzir da agricultura. Neste trabalho algumas considerações são realizadas sobre esses assuntos baseadas em discussões de vários autores, que não concordam com a profunda concentração de terra e renda no Brasil. Este cenário se agravou, a partir da segunda metade do século XX, com a adoção da modernização da agricultura no País.

3.2.1. - Estrutura Fundiária

A importância de discutir a situação agrária brasileira é crucial, para que possamos entender os problemas socioeconômicos e territoriais do campo, para tal, o fator preponderante para essa análise passa pelo entendimento da dinâmica da estrutura fundiária, pois o fator que deve estar “em primeiro e principal lugar, é a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” Prado Júnior (1981, p. 18).

A concentração de terra é um agravante das condições sociais no Brasil (Tabela 5), visto que essa concentração exclui uma maioria de agricultores, Prado Júnior (1981, p.15) sobre esse assunto ressalta que:

(...) por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta e indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria.

Tabela 5- Número de imóveis rurais e área ocupada em estratos no Brasil, 2003.

ESTRATOS DE ÁREA (Ha)	IMÓVEIS	% DOS IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (Ha)	% DE ÁREA
<10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8
10 A 25	1.102.999	26	18.985.869	4,5
25 A 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7
50 A 100	485.482	11,5	33.630.240	8
100 A 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8
500 A 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4
1000 A 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1
> 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6
TOTAL	4.238.421	100	420.345.382	100

Fonte: Cadastro do INCRA, 2003.

Ao analisar a estrutura fundiária brasileira (Gráfico 4), a forma de distribuição e acesso a terra, verifica-se que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual socialmente. Primeiro foram às capitâneas hereditárias e seus donatários, depois foram às sesmarias. As sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial (OLIVEIRA, 1994).

A desigualdade na distribuição de terras no Brasil é um elemento das disparidades socioeconômicas e a ausência da correção desse problema aliado a um modelo moderno de produção agropecuária favorece a crescente exclusão social no País.

As grandes propriedades rurais no Brasil, acima de 1000 hectares, correspondem a 43,7% da área total do País, sendo que apenas 1,7% dos imóveis ocupam essa extensão territorial comprovando a desigualdade fundiária no Brasil.

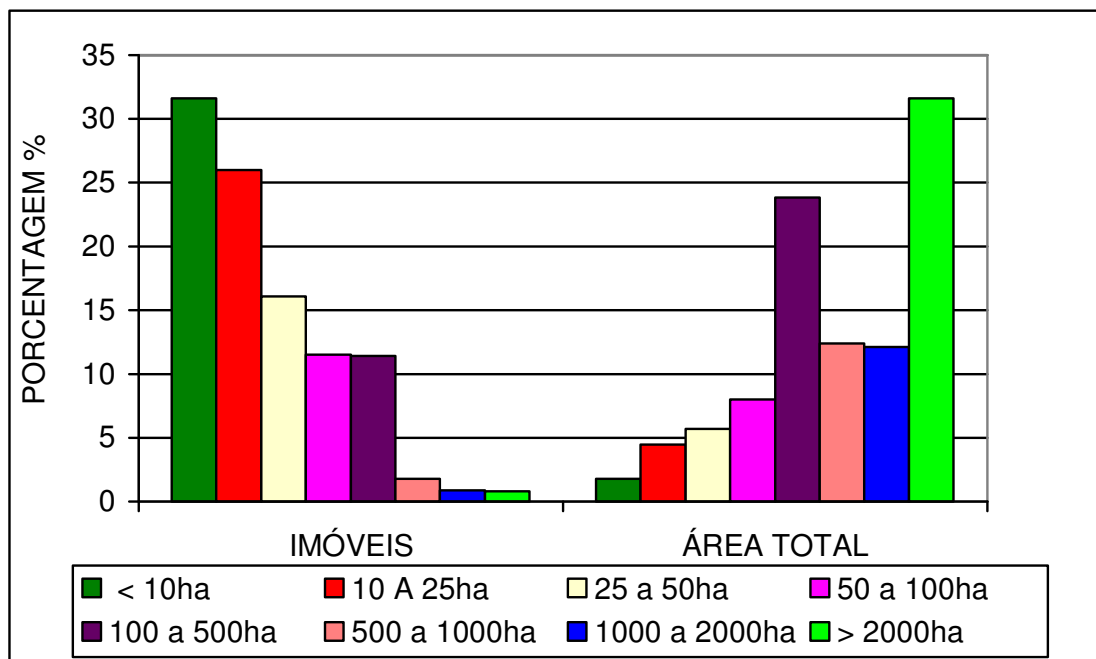


Gráfico 4- Número de imóveis rurais e área ocupada em estratos no Brasil, 2003.
Fonte: Cadastro do INCRA, 2003.

A agropecuária brasileira nada tem de homogênea, no que diz respeito a posse e divisão, muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados que são, de uma lado, uma pequena minoria de grandes proprietários, de outro lado, a grande maioria da população que vive em péssimas condições, ou seja, um considerável desnível entre dois setores essenciais da agropecuária brasileira: grandes proprietários e fazendeiros; trabalhadores sem terra, ou com insuficiente quantidade de terra (PRADO JÚNIOR, 1981).

Nesse sentido, Romeiro (1994) descreve que essas diferenças fazem parte da história brasileira, sendo que:

As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial de culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão-de-obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão-de-obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta (ROMEIRO, 1994, p.118).

A concentração da propriedade fundiária tem assim o duplo efeito “o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a

realização de seus objetivos (...) e assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de-obra indispensável de que necessita” Prado Júnior (1981, p.43).

Portanto, a estrutura fundiária brasileira é desigual social e economicamente beneficiando uma minoria em detrimento de uma grande maioria de agricultores sem ou com pouca terra. Dentro desse contexto desigual, na década de 1960, se instaura um modelo agrícola que tinha como objetivo dinamizar e modernizar a agropecuária brasileira.

3.2.2. - Modernização agrícola e aumento das desigualdades sociais e econômicas no espaço rural

As transformações na agricultura brasileira são discutidas por diversos autores, no que tange a utilização de novas técnicas e o aumento da divisão social do trabalho. O espaço agrário começa a se modificar a partir do ano de 1850, com o fim do Tráfico de Escravos e em 1888 com a abolição da escravatura, pois esses fatos determinaram uma mudança nas relações de trabalho, além da inserção de bases industriais no processo de produção agropecuária, culminando, na década de 1950 com o fim do Complexo Rural.

De acordo com Müller (1989,p.20) no Brasil houve três padrões agrários principais “entre 1870 e 1930 predominou o padrão latifúndio-minifúndio, entre esta última data e 1960, (...) surgimento de conexões mais acentuadas entre agricultura e agroindústria. Entre 1960 e 1980 passou a predominar o padrão agrário moderno, industrializado”.

O Complexo Rural era determinado pelas flutuações do comércio exterior, onde a produção agrícola ocupava apenas parte dos meios de produção existentes. Nas próprias fazendas se produziam não só as mercadorias para exportação, mas também manufaturas e equipamentos simples para produção, transportes e habitação, ou seja, o Complexo Rural não dependia da compras de insumos (sementes, adubos, fertilizantes, etc) e não estava interligado com a indústria havia uma separação dos setores da economia. Esse tipo de agricultura também se denomina de tradicional, onde se caracteriza pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a mão-de-obra direta (BRUM, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1996).

As transformações ocorridas no campo brasileiro a partir de 1960, com a modernização tecnológica da agricultura, influenciou decisivamente no que toca a questão agrária. Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal¹⁶) era necessário modernizar o setor e elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em um mercado consumidor para as indústrias emergentes, eliminando o arcaico do meio rural para desempenhar eficazmente o papel da agricultura promovendo matéria-prima para a indústria nacional que nascia e alimentando a crescente população urbana no Brasil.

Então, o padrão agrícola brasileiro, começa a mudar através de políticas de financiamento para compras de insumos e máquinas, além de uma integração entre os setores primário e secundário. Essas mudanças causaram alguns impactos socioeconômicos para a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores.

Esse processo de modernização da agricultura (Figura 4) surgiu junto com a Revolução Verde¹⁷, para proporcionar aumento de produtividade nas propriedades. Essas modificações obtiveram resultados positivos em países que fizeram uma reforma agrária, e significativamente negativa em países que não fizeram uma reforma agrária. Brum (1987) expõe de forma clara sobre a Revolução Verde e a reforma agrária:

Nos países em que, concomitantemente à 'Revolução Verde', foi implantada a reforma da estrutura agrária, com redivisão e redistribuição das terras, ou se fez alguma alteração estrutural na forma de propriedade, posse e uso da terra, os resultados foram significativamente positivos, com benefícios sensíveis para a maioria da população. Porém, nos países, como o Brasil, em que a 'Revolução Verde não foi acompanhada de uma reforma agrária, mas apenas um sucedâneo desta, resultaram graves conseqüências, tanto de ordem econômica como principalmente sociais (...) uma minoria apenas dos agricultores, aqueles que se estruturaram de forma empresarial - a nova

¹⁶ CEPAL é o organismo da ONU responsável para a promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina, criado no ano de 1948, que teve como premissas de atividades os seguintes pontos:

Anos 1950: Industrialização; Anos 1960: "reformas para desobstruir a industrialização"; Anos 1970: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e para a diversificação pró-exportadora; Anos 1980: superação dos problemas da dívida externa mediante o "ajuste com crescimento"; Anos 1990: transformação produtiva com equidade.

Fonte: <http://www.eclac.org>

¹⁷ Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (Brum, 1987, p.44)

burguesia rural - foram mais ou menos favorecidos, enquanto os mais fracos - os pequenos proprietários rurais - foram e vão sendo progressivamente marginalizados do processo. (BRUM, 1987, p.50).

Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4.504), dentro do Regime Militar onde se estabeleceu uma nova ordem econômica, vinculada ao capital oligopolista internacional consolidando o processo de modernização conservadora, mantendo a grande propriedade e obstaculizando o processo de transformação fundiária e reforma agrária (BRUM, 1987; TAMBARA, 1985).

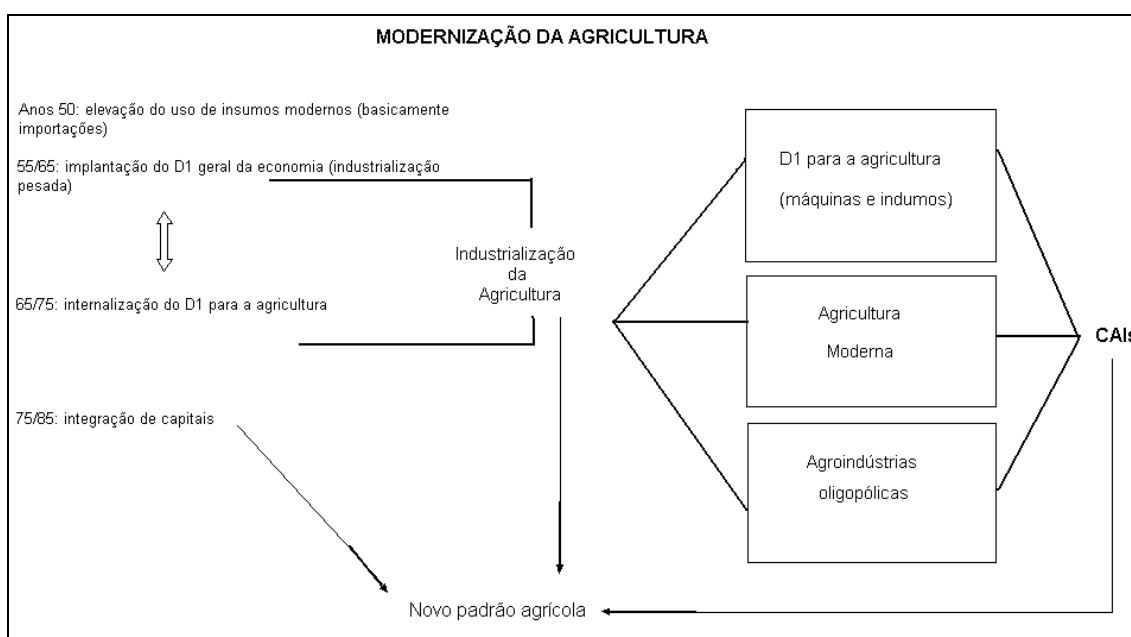


Figura 4 - Processo de Modernização da Agricultura.

D1: Departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura.

Fonte: Graziano da Silva (1998).

Historicamente, no latifúndio¹⁸ a terra foi sempre considerada “reserva de capital”. Nessa visão, não se incluía a preocupação em tornar o latifúndio produtivo, com a modernização da agricultura, substitui-se essa visão pela empresarial, em que a terra é fator fundamental de produção, latifúndio passa a ser o atraso e o passado e a empresa rural modernizada, a prosperidade e o futuro. Assim, o rompimento do

¹⁸ Para Graziano Neto (1996, p. 48) Latifúndio é a grande propriedade improdutiva, baseada nas relações “feudais” de produção, dominada pela oligarquia rural. Grande empresa é a propriedade capitalista, com elevada produtividade, baseada na mão-de-obra assalariada, gerenciada por empresários.

Hoje, a empresa rural representa a agricultura profissionalizada diferentemente do latifúndio, mas há uma semelhança básica: ambas significam a grande propriedade, que permanece ainda dominando o campo, agora sob nova dinâmica.

complexo rural, e o paralelo processo de industrialização, significaram o desenvolvimento da divisão do trabalho e a constituição do mercado interno. (BRUM, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O Estado atuou com força para a integração indústria-agricultura, sobre tudo através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e a toda bateria de políticas incentivadoras das exportações. Dessa forma, o processo de integração indústria-agricultura foi designado por Müller (1989) de Complexo Agroindustrial, onde o padrão agrário brasileiro entra em transformação:

A produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústrias que têm nas atividades agrárias seus mercados. A dupla dependência destas atividades implica na mudança de padrão agrário (MÜLLER, 1989, p.18).

O Complexo Agroindustrial no entendimento de Müller (1989, p.23) “é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias”, assim, para se produzir nas atividades agropecuárias deve ser de forma dinâmica e moderna.

Antes os Complexos Rurais eram de certa forma independente, a agricultura produzia os seus próprios adubos, hoje são adquiridos de fora, antes se criava os próprios animais para a tração, hoje os animais foram substituídos por tratores. Mudou-se também as atividades produtivas dos complexos, onde se passou a criar vários complexos, como o da soja, canavieiro, ou seja, não se pode mais falar de agricultura para o mercado interno ou para mercado externo, pois cada complexo passou a ser tanto exportador como para consumo interno no país (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

O processo de modernização eleva o consumo intermediário na agricultura, indicando uma crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias. O processo da constituição dos Complexos Agroindustriais e a dinâmica da modernização da agricultura, causou dois efeitos latentes para a sociedade, conforme argumenta Graziano da Silva:

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc e apresentaram graus menores de evolução,

especialmente da sua produtividade (...) Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não foi só desigual como também foi excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final desse processo (1994, p. 138-139).

A moderna agricultura esconde alguns “desequilíbrios” inevitáveis e indesejáveis, como a concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados e a concentração da renda. Pois, “o desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria” Graziano da Silva (1994, p.139).

Quando se fala da superioridade econômica do Complexo Agroindustrial, Graziano da Silva (1999, p.116) afirma que “é preciso ressaltar que essa inequívoca superioridade decorre, em grande parte, dos privilégios com que a grande produção agrária foi contemplada durante os 20 anos da ditadura militar”. A modernização da agricultura beneficiou o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total.

Para Romeiro (1994, p.125) o grande problema da “modernização conservadora” é que:

O aumento da produção agrícola acompanha necessariamente o processo de crescimento econômico, mas não é condição suficiente para que haja desenvolvimento socioeconômico, entendido este último como um processo que eleva a qualidade de vida da população como um todo.

Nesse contexto, “a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador e excludente ao longo dos anos 1970, no sentido de evitar qualquer tipo de acesso a terra aos trabalhadores rurais brasileiros” Graziano da Silva (1999, p.117). E ainda mais, o Estado foi o “suporte” para o aumento dessa desigualdade socioeconômica, com políticas de crédito e financiamento. A política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização até o final dos anos 1970.

Dentro dessa situação, as políticas agrícolas, beneficiaram a expansão da modernização da agricultura, favorecendo uma minoria, excluindo uma parcela de agricultores, concentrando terra e renda. Com relação às políticas agrárias, Graziano

da Silva (1999) afirma que há duas grandes vertentes, uma social e outra produtivista. E que a reforma agrária pode às vezes tender mais para um lado social ou para um lado produtivista. O autor afirma que a:

Reforma Agrária brasileira nos anos 1980 se justifica como uma política social, independentemente dos reflexos produtivos que possa vir a ter. Isso significa que, antes de resolver a problema do feijão e do arroz, precisamos decidir se os milhões de trabalhadores rurais deste País têm direito ou não de ser cidadãos brasileiros (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p.101).

Graziano da Silva ressalta a importância de manter o trabalhador rural no campo para evitar problemas de marginalização nos centros urbanos e que a “solução é evitar sua vinda para a cidade, segurando o trabalhador rural no campo num trabalho produtivo, se possível. Senão, que lhe permita, ao menos, produzir sua subsistência ou parte dela” (1985, p.35). Acredita ainda que não há outra maneira de reverter o processo de concentração - não de propriedade, mas de renda - no campo sem fazer uma Reforma Agrária.

Um dos problemas da modernização da agricultura é que ela criou um problema a mais em termos sociais, quando expulsa os agricultores do campo para cidade, marginalizando, residindo em favelas. Nesse caso, “a modernização da agricultura não foge a regra: os seus efeitos perversos ameaçam esvaziar os campos e inchar as cidades, transformando a crise agrária em crise urbana” observa Graziano da Silva (1999, p.135).

Em relação ao padrão tecnológico, percebe-se que os pequenos produtores não foram totalmente absorvidos pelo processo, que:

(...) o fator limitante da modernização no setor camponês parece residir, fundamentalmente, na incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida pelo novo padrão tecnológico e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte daquele setor (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.138).

Observa-se que a pequena propriedade familiar é a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente devido à monocultura. Como há necessidade de plantar máximo para garantir o lucro, a pequena propriedade acaba por abdicando a lavoura de subsistência.

Portanto, a exigência de escala mínima de produção é fator determinante para os pequenos agricultores abandonarem suas atividades levando milhares de agricultores a sua ruína. Como expõe Graziano da Silva (1999, p.135) “Se a

modernização da agricultura tende a agravar as já agudas desigualdades sociais, deve-se, então, tentar abrandar seus efeitos freando o próprio processo? A “solução” é uma agricultura tecnologicamente atrasada, porém, socialmente justa?”.

3.3. – As transformações capitalistas no campo gaúcho com a criação dos Complexos Agroindustriais

O processo de modernização da agricultura, iniciado na região do Planalto Gaúcho após a Segunda Guerra Mundial, foi primeiramente centrado na produção de trigo. Através da triticultura começava a implantar-se um processo de transformações profundas nas técnicas de cultivo e manejo do solo, bem como nos demais aspectos da economia e da sociedade. E nos anos 60 e 70, as lavouras mecanizadas de trigo e soja expandiram-se para toda região do Planalto Gaúcho, bem como para outras áreas do Rio Grande do Sul.

A ênfase dada à expansão da monocultura da soja, através dos vários incentivos, levou, contraditoriamente, ao abandono de grande parte das culturas tradicionais de subsistência, obrigando o País a importar volumes apreciáveis destes produtos para abastecimento interno. A atividade agrícola tradicional realizada pelo agricultor da pequena propriedade tinha como objetivo produzir alimentos para alimentar a população, mas na agricultura modernizada o objetivo primeiro não é atender as necessidades alimentares da população, mas gerar lucros (BRUM,1987).

Miorin (1982) em seu estudo a respeito do processo modernizante na atividade agropecuária na região centro-noroeste do Rio Grande do Sul, destaca três conseqüências de ordem econômica, social e física:

A primeira conseqüência, decorrente do processo de modernização caracterizado pelo uso do capital na forma de grandes investimentos, atende muito mais aos setores não-agrícola cujas implicações são entendidas a partir do processo capitalista (...) a modernização dessa forma tem levado privilégio a alguns em detrimento de uma significativa maioria (1982, p.159-160).

O primeiro argumento, diz respeito às desigualdades de oportunidades entre os agricultores, principalmente de ordem financeira acarretando uma maior concentração de renda para poucos, conseqüentemente, uma desigualdade social.

Seguindo o pensamento de Miorin, ela argumenta que a:

A segunda conseqüência (...) determinou algumas mudanças na ordem social da região onde uma maioria, inserida no processo de modernização, mas à margem da dinâmica capitalista, viu-se “forçada” a adotar novos cultivos e novas tecnologias que, ao invés de proporcionarem o tão esperado desenvolvimento rural, têm resultado em um endividamento tão grande restando apenas como alternativa a liquidação da propriedade ou o arrendamento aos grandes grupos agrocomerciais. Com isso aumenta o êxodo rural e problemas urbanos (socioeconômicos) (1982, p.160-161).

O outro argumento reflete o entrave ocorrido com os pequenos agricultores, que não conseguiram acompanhar o processo de modernização, pois para produzir *commodities* é necessário escala, área para produzir em quantidade suficiente a fim de suprir os gastos com insumos e máquinas e ainda obter lucro. O insucesso nesse processo resulta da venda ou arrendamento da propriedade, e, por conseguinte o êxodo rural, conforme afirma Tambara (1985, p.77) “(...) há uma correlação positiva entre o crescente processo de urbanização do estado e a crescente penetração capitalista no campo”.

A última conseqüência da modernização da agricultura no centro-noroeste gaúcho para a autora, diz respeito a:

(...) constatação da existência de uma agricultura praticada em moldes tradicionais coexistindo com uma agricultura moderna (...) Ao mesmo tempo, o moderno alimentado pela existência do tradicional avança sobre o espaço criando condições para que o processo modernizante evolua (MIORIN, 1982, p.162-163).

Por fim, certas propriedades rurais não entram no processo modernizante fazendo com que o grande proprietário ou empresa rural pressione o agricultor tradicional para sua venda.

Evidentemente, o forte êxodo rural dos tempos modernos se iniciou nas regiões onde o processo de capitalização e mecanização do campo ocorreu primeiro e de forma mais intensa, como por exemplo no Rio Grande do Sul. Essa superpopulação relativa expulsa do campo veio se aglutinar em volta das cidades e torna desnecessária a reserva de mão-de-obra que era representada pela pequena produção (GRAZIANO DA SILVA, 1994;1999).

Dessa forma, a mecanização da agricultura expulsa os pequenos agricultores dando lugar ao Complexo Agroindustrial altamente tecnológico e mecanizado, que dispensa uma quantidade relativa de trabalhadores rurais. Assim, a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de 1960/1970:

(...) foi ainda muito mais acelerada do que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outros milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte de sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.12).

Esse processo de modernização do Centro-Sul resultou na desapropriação de pequenos produtores, em especial aqueles que tinham formas precárias de acesso a terra, como os posseiros, parceiros e pequenos.

A maneira tradicional de produzir estava empobrecendo a fertilidade do solo por sua utilização intensiva e sem um projeto de recuperação. Surge uma alternativa em curto prazo, incentivada pela existência abundante de crédito agrícola, afim de modernizar o modo de produzir do agricultor, com o emprego de sementes selecionadas e melhoradas, mecanização, fertilizantes, etc. Assim, a produção foi centralizada em um único produto, por temporada, utilizando intensamente o capital em detrimento da força de trabalho ocasionando uma aceleração do fluxo migratório campo-cidade.

O processo de modernização nos campos gaúchos tem como conseqüência “a expulsão de milhares de agricultores das terras que ocupavam, configurando a cristalização de focos de movimentos sociais reivindicatórios, como é o caso dos agricultores sem-terra” (TAMBARA, 1985, p.62).

O desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul, principalmente com a modernização da agricultura a partir das décadas de 1960/70, agravou as condições sociais de ocupação e emprego rural, a elevação dos preços das terras, a mecanização dos processos produtivos, contribuíram para a formação de uma “população sobranete” em áreas rurais, especialmente na região norte do Estado (MEDEIROS & LEITE, 1999).

A emergência por novas áreas para esta “população sobranete”, vem junto com os ideais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que através da reforma agrária, seria o caminho para romper com o padrão latifundiário existente em algumas regiões brasileiras, povoar e produzir em áreas estagnadas, como no caso da Mesorregião Sul.

Os integrantes do movimento sem-terra constituem-se de pessoas oriundas tanto do processo de expulsão do homem do campo pela mecanização da lavoura

quanto ao processo de subdivisão das terras que não permitia mais seu assentamento em suas regiões de origem (TAMBARA, 1985).

No estado do Rio Grande do Sul se observou o mesmo processo ocorrido no restante do Brasil, a concentração da terra e renda. Pois, “outra consequência da penetração capitalista no campo é a concentração da propriedade. Na medida em que há uma inviabilização econômica das pequenas propriedades estas são adquiridas por pessoas de posses que assim aumentam seu patrimônio”. (TAMBARA, 1985, p.86).

O processo de aglutinação das propriedades no Planalto Gaúcho se acelera na modernização da agricultura, devido principalmente pela expansão da lavoura de soja como enfatiza Brum:

Na década de 1970, com a grande expansão do ciclo da soja, o preço das terras cresceu extraordinariamente. A terra passou a ser cada vez mais cobiçada. Ocorre, a partir de então, um crescente processo de aglutinação de propriedades rurais, principalmente através da incorporação, por compra, de minifúndios pelos médios proprietários que vão açambarcando sempre mais parcelas de terras, consolidando sua presença no cenário agrícola da região. Está em andamento um processo seletivo, com a progressiva eliminação dos pequenos produtores rurais autônomos. Os mais “eficientes”, isto é, os que têm melhores condições ou talvez mais visão, empenho e propensão ao risco se afirmam frente aos demais (BRUM, 1987, p.123).

Desta forma, o desenvolvimento agrícola e a miséria rural são duas faces do mesmo processo. Enquanto, por um lado, há um processo de tecnificação e modernização baseada no crédito relativamente abundante, de outro lado nota-se a existência ainda de uma agricultura tradicional de subsistência subordinada e explorada pelos interesses do setor mais desenvolvido (TAMBARA, 1985).

Deve-se procurar estabelecer um equilíbrio entre a penetração capitalista no campo, que de certa forma é inevitável, e a utilização de força de trabalho, abandonando as técnicas exageradamente poupadoras de mão-de-obra, Nesse sentido:

Há, portanto, necessidade de uma reorientação no processo de desenvolvimento da política agrícola e agrária atualmente em vigência (...) A primeira medida realmente efetiva e de significação econômica e social necessário é a ‘reforma agrária’; isto é, uma alteração na estrutura fundiária que transforme as relações sociais atualmente existentes no campo (TAMBARA, 1985, p.90).

Não há dúvida para Moro e Rückert (2004) que a sojicultura proporcionou maior riqueza para a região do Planalto Gaúcho, porém há uma distribuição pouco

eqüitativa dos ganhos entre os vários estratos sociais. Além disso, os indicadores sociais acusam a latência de crise, pois essa é a região onde mais se evidenciam as contradições criadas pelo modo de avanço do capital no campo.

Com relação à estrutura das propriedades rurais, o cenário atual se mantém cada vez mais concentrado, aonde as pequenas e médias propriedades familiares vem perdendo, há décadas, cada vez mais espaço para a cultura da soja, como o caso das regiões do Médio Alto Uruguai, Missões, Noroeste Colonial, Planalto Médio, ou seja, o Norte do Estado (ILHA et.al. 2002 ;JARDIM e BARCELLOS, 2004 ; BATISTA et.al., 2006).

Desse modo, a reforma agrária surge como uma alternativa na diminuição da concentração de renda e terra, para diminuir as absurdas desigualdades sociais e econômicas. Graziano da Silva argumenta a respeito da importância da reforma agrária:

A reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo às formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. Em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento da mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras (1980, p.92-93).

Conforme Romeiro (1994, p.131) o sentido atual da reforma agrária é “ampliar as oportunidades de emprego no campo de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial”.

4 - ASSENTAMENTOS RURAIS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

O processo de luta pela terra, através de ocupações e invasões, na busca de uma reforma agrária e uma redistribuição fundiária no País não se trata como uma opção de vida para esse elemento excluído da sociedade brasileira, revelando muito além, uma estratégia de luta acreditando ser possível à construção de uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e menos desigualdade.

Nesse sentido, buscou-se uma breve conceituação dos termos assentamentos rurais, uma definição do processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, além de uma discussão teórica a respeito da categoria território na geografia.

4.1 - O Assentamento Rural como Território Conquistado

O termo assentamento rural para Bergamasco et.al. (1997, p.11), no contexto da reforma agrária brasileira, diz respeito a um espaço preciso em que a população será instalada, por um longo período. “É uma transformação num referido espaço físico, contendo assim, o aspecto de um território realmente habitado e trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração deste espaço”.

No Brasil a definição de assentamento rural “esteve atrelada a uma atuação estatal direcionada ao controle e à delimitação do novo ‘espaço’ criado, e, por outro lado, às características dos processos de luta e conquista de terra, encaminhados pelos trabalhadores rurais” (LEITE, 2005,p.43). Para esse autor a definição do Estado está relacionada como uma colonização dirigida e regularização fundiária e para os agricultores a definição está mais fortemente ligada a uma reforma agrária.

Seguindo uma definição sobre assentamento rural, Zimmermann (1994, p.205) destaca que “O assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas”. Assim, o processo de territorialização da luta pela terra promove uma homogeneidade dos indivíduos em uma meta comum, a reforma agrária. E isto, é um fator que marca a identidade simbólica do movimento social.

Sobre esse assunto Bergamasco et.al. (1997) afirma:

O debate entre pesquisadores com formações diferentes exige também que os assentamentos sejam apreendidos em tempos e espaços diferenciados. Parte-se de concepções capazes de retratar a complexidade, diversidade e multidimensionalidade, a fim de ser captada a pluralidade das questões que envolvem um estudo sobre assentamentos (BERGAMASCO et. al., 1997, p.19).

Para a mesma autora a história dos assentamentos é também uma história de lutas e conflitos sociais com sua repercussão na reorganização do espaço, o que pode revelar a força dos grupos sociais em conflito, na busca de uma reestruturação fundiária e na reforma agrária. Além de transformar o espaço, pois os “assentamentos formam ilhas de policultura em via de modernização rodeadas de grandes explorações monocultoras cuja produção está orientada em direção aos complexos agroindustriais” (1997, p.44).

Portanto, o assentamento é um espaço que expressa conteúdos históricos, resultantes de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde materializam as relações sociais. Partindo dessa definição, o assentamento rural é o *locus* das atividades dos trabalhadores rurais que conquistaram esse espaço e transformaram em um território com uma identidade própria, uma identidade simbólica do MST.

4.2 -Territorialização dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul

Os conflitos fundiários são constantes no Brasil. Fazem parte de uma luta histórica que nas décadas de 1970 a 1990 assumiram novas características, em virtude das transformações capitalistas no campo brasileiro. É nesse cenário de desigualdade social e econômica, concentração de renda e fundiária que surgem os movimentos sociais no campo, em especial o MST, pois esse é a “principal força propulsora dos processos sóciopolíticos que resultaram na constituição dos assentamentos rurais e seus impactos” (NAVARRO et.al., 1999, p.27).

No Rio Grande do Sul o principal motivo do surgimento dos movimentos sociais rurais no campo emergiu do processo de modernização da agricultura, conforme nas palavras de Navarro:

O agravamento das condições sociais de ocupação e emprego rural, a elevação dos preços das terras, a intensa mecanização dos processos

produtivos, entre outros impactos da “modernização conservadora”, contribuíram para a formação de uma “população sobranter” em áreas rurais, alvo dos esforços de organização e mobilização dos nascentes movimentos sociais rurais, especialmente na região norte (NAVARRO et. al., 1999, p.21).

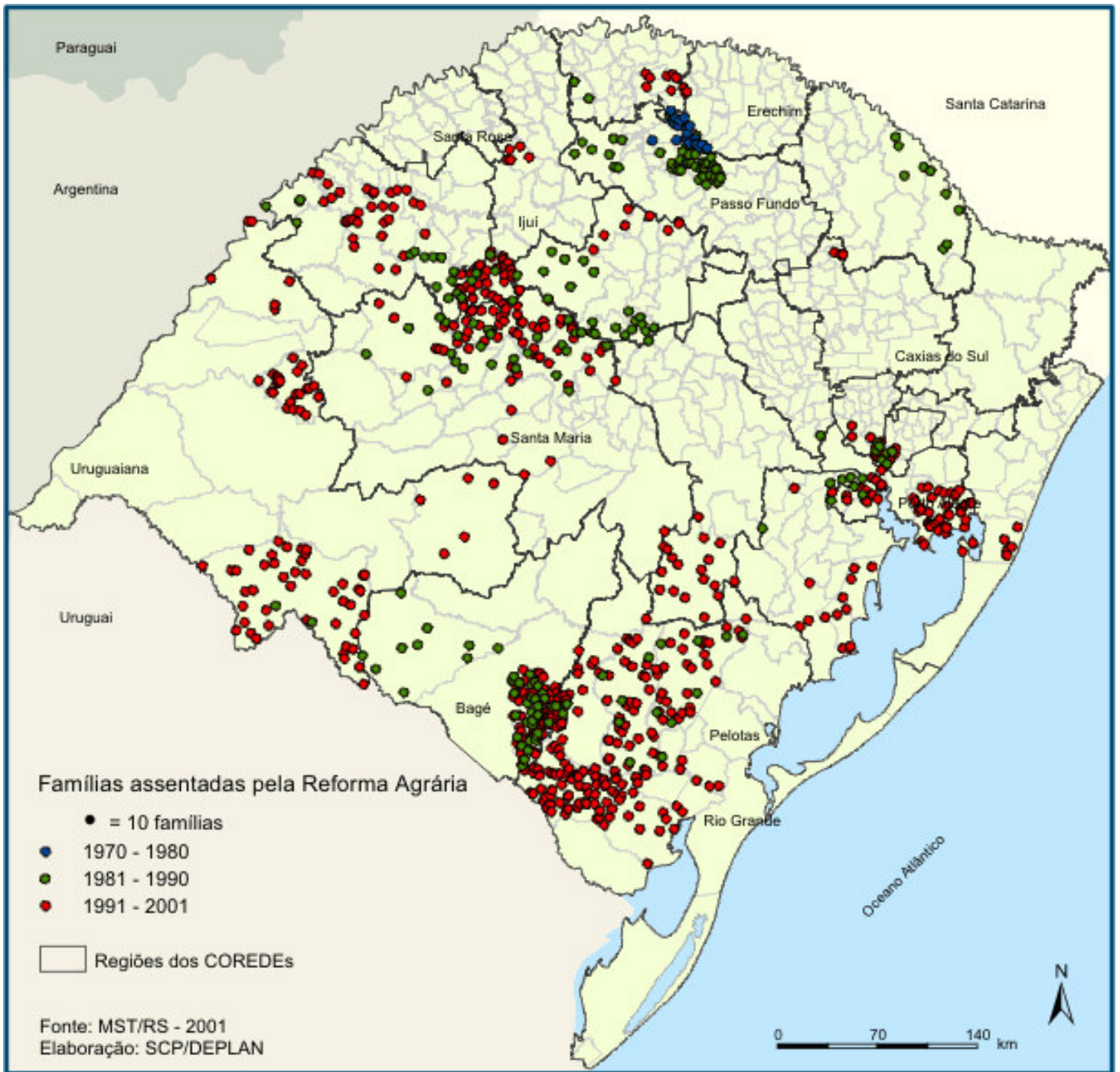
O tradicional latifúndio de baixa produtividade, produção extensiva e de grande dominação política vem diminuindo no estado devido ao processo de modernização, porém como afirma Navarro “Hoje são poucas as regiões onde é possível identificar propriedades com tais características: o triângulo Cruz Alta-Santiago-São Gabriel, além de muitos municípios da fronteira com o Uruguai” (1999, p.25). Sendo assim, a região Sul do estado ainda concentra uma parcela de latifúndios de baixa produtividade em atividade, fator que gera grandes conflitos na luta pela terra.

Porém, a partir da década de 1990, observou-se um deslocamento geográfico na implantação dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul dirigindo-se para duas regiões (Mapa 7), a metropolitana de Porto Alegre e a Campanha Gaúcha, isso por causa da falta de áreas para desapropriação na metade norte. Assim, Da Ros (2002, p.39) afirma que:

(...) a história da implantação dos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul nos permite a percepção de que tais momentos operam de maneira decisiva nas diferentes estratégias políticas adotadas pelas várias agências de mediação, envolvidas neste *campo de lutas* configurado pela reforma agrária, tais como: o MST, os órgãos dos governos federal, estadual e municipal (MDA, INCRA, Cera's, secretarias estaduais e municipais etc.).

A emergência por novas áreas para esta “população sobranter”, vem junto com os ideais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que através da reforma agrária, seria o caminho para romper com o padrão latifundiário existente em algumas regiões brasileiras, povoar e produzir em áreas estagnadas, como no caso da Mesoregião Sul.

Com relação às condições produtivas e das formas de organização dos assentamentos rurais Medeiros e Leite (1999, p.15) confirmam que “apesar da precariedade das condições da maior parte dos assentamentos nos estados (...) se tem apresentado algum resultado significativo, em termos de renda e condições de vida”. Emergindo desses assentamentos um perfil de agricultura de caráter familiar, baseado em configurações associativas, no qual é verificado “um processo de reconversão de trajetórias de vida e reelaboração de relações sociais” (p.15).



Mapa 7 - Localização das famílias assentadas pela reforma agrária (1970-80-90-2001), RS.

No Rio Grande do Sul durante o período de 1985 a 1988, verificou-se uma crescente dificuldade de localizar áreas passíveis de desapropriação na região do Alto Uruguai, onde foram feitas as primeiras desapropriações, provocando um deslocamento espacial, para as regiões centrais do Estado. E a partir de 1989, o governo federal, reduziu fortemente as desapropriações, passando ao governo estadual, 1988 a 1994, o principal foco de pressões por parte do MST (MEDEIROS e LEITE, 1999).

O deslocamento geográfico dos assentamentos rurais, a partir de 1988 teve novo rumo, a Campanha Gaúcha, que se situa na Metade Sul do Estado (Mapa 8), ambiente histórico das grandes propriedades que tem sua economia dedicada à pecuária extensiva.

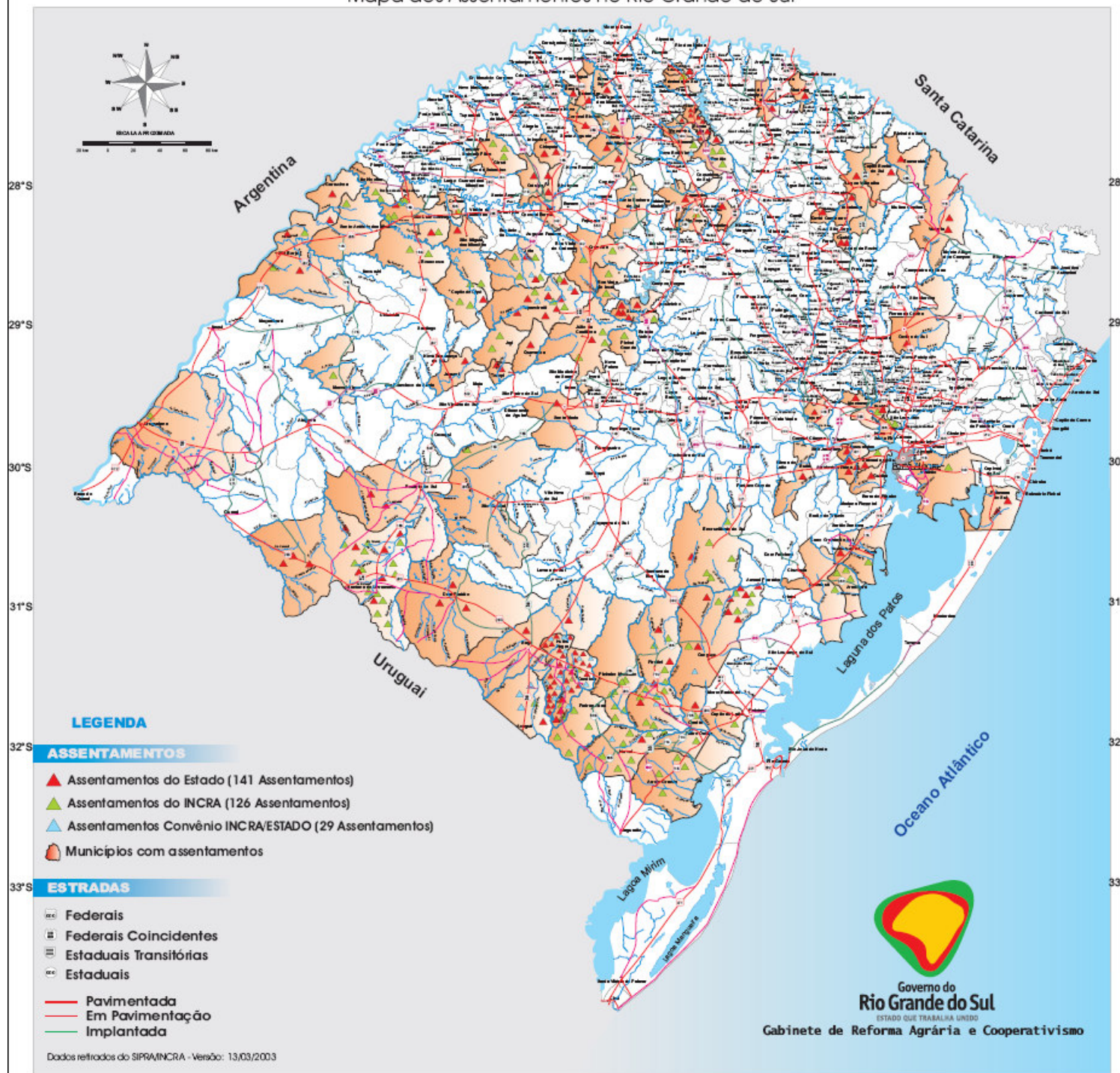
Segundo o estudo realizado por Navarro; (1999) sobre a instalação de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, "... no período de 1992 a agosto de 1997, o total de 54 novos assentamentos formados, 40 são da região da Campanha Gaúcha... e de 1996 a 1997, nasceram 33 novos assentamentos e destes 31 são da região citada" (p.42-43).

A implantação de assentamentos rurais surge como uma nova estratégia para solucionar estes entraves socioeconômicos. A criação destes redistribui a terra e dinamiza a economia, criando novos atores e alterando o espaço.

Com a implantação de um assentamento rural não se conclui a reforma agrária, pois se deve dar as condições iniciais necessárias e suficientes para que se efetive a função social da terra. Segundo Ferreira (1994, p.43) "a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva".

As condições de infra-estrutura nos assentamentos e seu reflexo sobre a população assentada e a produção realizada têm implicações diretas no que comumente é chamado de "sucesso/insucesso" dos programas de reforma agrária (LEITE, 1994, p.289).

Mapa dos Assentamentos no Rio Grande do Sul



Mapa 8 - Localização dos municípios com assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.

4.3 - Espacialização dos Movimentos Sociais no Campo

Os movimentos sociais, ao construir a sua forma de organização, produzem o seu próprio espaço. Esse espaço social possui múltiplos significados que podem ser compreendidos por sua dimensionalidade. A respeito da produção desse espaço Fernandes argumenta que:

O espaço social é produzido pela sociedade, que nele se reproduz, nos diversos níveis de relações sociais e, assim, se desenvolve por meio da política, da economia e da cultura etc. (...) e se concretiza em lugares sociais, construídos/conquistados na interação do movimento tempo/espaço, em que são geradas as formas de organização dos movimentos sociais, que se desenvolvem nas ações reveladas pelas ocupações de terra. São essas ações que levam a conquista de frações do território (FERNANDES, 1999, p. 22-23).

O processo de espacialização da luta pela terra, ou seja, entendendo o espaço social como realidade produzida pelas relações sociais entre as classes e o lugar social, onde se desenvolvem as experiências que constroem o movimento em questão. Esse processo cria e recria a possibilidade da conquista de fração do território: a terra. A conquista de uma fração do território é um trunfo na luta. Ela viabiliza o processo de territorialização da própria luta (FERNANDES, 1999).

A luta pela reforma agrária não é apenas pela distribuição de terras, se busca a construção de novas formas de organização social que possibilitem a conquista da terra pelo trabalho, ou seja, a propriedade familiar. Esse processo é entendido por Fernandes (1999) como espacializar, que nada mais é que:

(...) registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É 'escrever' no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (FERNANDES, 1999, p.136).

A espacialização da luta e do movimento é resultado de um projeto de mudança, para a conquista da condição de cidadãos. O espaço de luta e resistência é outra dimensão no processo interativo de construção do espaço de socialização política durante a formação do Movimento. Lembrando Lefévre, o espaço "não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social)". (FERNANDES, 1999, p.238).

O MST espacializou-se em contrapartida à contínua concentração de terras, do aumento da violência no campo, da miséria dos trabalhadores rurais, a expulsão dos camponeses de suas terras, da perspectiva da não realização da reforma agrária pelos sucessivos governos e, por fim, espacializou como esperança de vida para uma parte significativa dos trabalhadores rurais em todo Brasil.

4.4 - O Conceito de Território e (Des)-(Re)-Territorialização

Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o Movimento traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade - um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1999).

Para Raffestin (1993, p.59-60) “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, o movimento de luta pela terra conquista esse trunfo, ou seja, essa fração do território possibilitando uma territorialização na espacialização da luta pela terra.

O assentamento como um território conquistado na luta constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais que, ao se manifestarem, denotam a diversidade de um público que, no momento da luta, *se via e era visto* unificado em torno da identidade de *sem-terra*. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de *assentado* traz à tona expectativas individuais no tocante a *viver e produzir* na terra (DA ROS, 2002).

Classificando e conceituando o território se observam que sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano onde cada território é particular apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc. O território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade no qual exercem um poder sobre essa área.

Segundo Raffestin (1993, p. 143) à medida em que o :

Espaço e território não são termos equivalentes (...) É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

O espaço é sim um trunfo em si mesmo, ou seja, esta em si e para si, possui possibilidades infinitas, e constitui, principalmente, a condição da existência da matéria. Quando o espaço é dominado, pelo homem, o espaço torna-se território. Um elemento importante, que não se deve descuidar, na formação do território é a totalidade das relações realizadas.

Conforme Raffestin (1993):

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Deste modo o território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo flexível, dinâmico e contraditório, por isso dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no próprio território. O território é a produção humana a partir do uso dos recursos que dão condições a nossa existência. O primeiro destes recursos é o espaço, por isso precisamos dominá-lo.

Nesse caso, Raffestin define o espaço e o território:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria prima. Preexistente a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não o é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993,p.144).

A territorialização é parte superior da espacialização, é um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização). O assentamento é o lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta.

Desse modo o assentamento pode ser o espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais. É a territorialização do movimento de luta pela terra, é o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuar sendo respeitado e existindo. Pode ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de acender a partir de suas próprias potencialidades.

No universo dos assentamentos se constroem novos atores políticos, novas forças produtivas de contestação da ordem vigente, um desenvolvimento de forças sociais e populares, ou seja, é um espaço marcado pela divergências das forças capitalistas existentes e as relações sociais.

Dessa forma, a luta pela terra não tem somente o sentido de conquista, mas uma luta por sobrevivência, para produzir e comercializar, para reivindicar direitos e políticas agrárias voltadas aos trabalhadores do campo. Essa luta começou a se concretizar com as ocupações e hoje com os assentamentos, em busca de uma sonhada reforma agrária.

Para Souza (2003, p.78) o território é fundamentalmente “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ainda para esse autor o território existe e é construído e desconstruídos em diferentes escalas (tamanho) e tempo, podendo durar séculos, décadas, anos, meses ou dias e também ter um caráter permanente, cíclico ou periódico, além de que todo território pressupõe um espaço social, mas nem todo espaço social é um território.

Na Geografia Política, o surgimento do território se dá através da apropriação e ocupação do espaço por um grupo social, bem como afirmou Souza (2003) a respeito desse assunto:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido em que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, “paisagem”). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis (...) mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, como o poder controlador desse território (SOUZA, 2003, p.84).

A respeito das relações culturais e políticas da sociedade Souza (2003, p.86) discute essa relação no território que “será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros (...)) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos)”. Ainda para Souza, o território deve ser controlado para que haja uma justiça social:

O controle do território deve ser elevado a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é,

que contribuam para uma maior justiça social e não se limitam a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 2003, 100-1).

Na obra de Souza (2003) fica claro que o território contém dois elementos chave: o primeiro é o espaço, a área onde o ator, o indivíduo a conquista e organiza suas transformações, e o segundo elemento é o poder, no qual através dessa capacidade de se apropriar se territorializa no espaço.

Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente o ator 'territorializa' o espaço, através do trabalho, assim conforme Raffestin (1993, p.144) "o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder".

Para Raffestin (1993, p.143) o território é uma fração conquistada do espaço, desse modo para ele:

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (pela representação, por exemplo) o ator 'territorializa' o espaço.

Este território é composto por uma identidade, que o diferencia de outro, pois tem um sentido histórico, temporal e de apropriação distinto. E nesse sentido Santos (2002) afirma que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 10).

Em relação à perspectiva do território Santos (1996) alerta que não seja feita uma análise em um processo de desterritorialização apenas pelo aspecto cultural e político, mas também de forma associada aos processos econômicos, principalmente a dinâmica capitalista do "meio técnico-científico informacional".

Moraes (2000, p.19) analisando a obra do geógrafo Friedrich Ratzel em relação ao tema território, afirma que "na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial".

A conceituação de território para Cox (2002, p.3) apud Haesbaert (2004, p.68) é definido como "espaços que as pessoas defendem pela exclusão de algumas

atividades e inclusão daquelas que realçam mais precisamente o que elas querem defender no território”.

Com relação à apropriação do território, Godelier (1984) define como uma a ”apropriação simbólica”, pois:

(...) o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a delas própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (GODELIER, 1984, p. 114 apud HAESBAERT, 2004, p.69).

O território não pode ser percebido apenas como uma posse ou como entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço, o território é visto como um contrutor de identidade, talvez o mais eficaz de todos. (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996 apud HAESBAERT, 2004, p.72-3).

Haesbaert (2004, p.235) define o território ou os processos de territorialização sendo “fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”.

Nessa perspectiva a identidade territorial para Haesbaert (2004) deve ser analisada de forma integradora, ou seja, levando em consideração a dimensão simbólica, cultural, material, econômico, político, social e histórico. Conforme o mesmo autor (p.79) “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

Para Haesbaert (2004, p.339) “não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico”.

Haesbaert (1997) discutindo a relação de apropriação e dominação do espaço afirma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (...) e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (p.42).

A construção de um território provoca um arranjo por área, uma demarcação de fronteiras levando a um controle determinado aos que estão dentro e fora do território, sobre esse aspecto Haesbaert (2004,p.89) afirma:

(...) toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Para Haesbaert (2004, p.96) “cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo”. Ainda o autor destaca que “enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo” (p.96).

Dessa forma, territorializar-se para Haesbaert (2004, p.97) significa:

Criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também como indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo.

A respeito sobre a apropriação do espaço Lefébvre (1986, p.192) afirma:

De um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria dele. A posse (propriedade) não foi senão uma condição e mais freqüentemente um desvio desta atividade “apropriativa” que alcança seu ápice na obra de arte.

Com relação à exclusão (ou inclusão precária) de indivíduos ou grupos na ordem socioeconômica capitalista, Haesbaert (2004, p.251) afirma que se deve utilizar “o qualificativo ‘desterritorializado’”. Isso por que o capitalismo globalizado aponta para uma exclusão de um número expressivo de pessoas que buscam alternativas de melhores condições de vida fora dos seus lugares de origem.

A definição e o processo de desterritorialização para Haesbaert (2004) não deve ser desvinculado do processo de (re) territorialização e deve ser aplicada:

A fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitando de construir

e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (p.312).

Para Fernandes (2005,p.473) a territorialização da luta pela terra é:

o processo de expansão e ou multiplicação das áreas conquistadas pelos trabalhadores rurais (...) os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento.

Então, o território é uma reordenação do espaço, ocorrendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades. O processo de desterritorialização ocorre conjuntamente com a reterritorialização, no qual esses dois procedimentos são partes do processo sucessivos de territorialização.

O MST através dos assentamentos se territorializou, ou seja, ocupou-se de uma fração do espaço transformado pelo trabalho, sendo uma produção humana, de lutas de classes.

5- OS IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTAS: NOVOS AGENTES E NOVAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS

Através da situação municipal de Candiota se fez uma análise de alguns itens que se consideram importantes para constatar os impactos dos assentamentos rurais. A idéia de alteração deve ser avaliada de forma sistêmica, na medida que ocorre uma mudança outras se dão de forma direta ou indiretamente.

Buscou-se compreender informações socioeconômicas, culturais e territoriais para mostrar a evolução dos impactos dos assentamentos rurais na estrutura municipal.

5.1 - Estrutura fundiária e a territorialização: processo histórico de ocupação

A situação do município de Candiota em relação à estrutura fundiária demonstra uma melhoria na distribuição das terras e no incremento no número de propriedades. De acordo com a afirmação do ENTREVISTADO 1:

Em relação ao meio rural, a partir de 1996, houve um aporte muito grande de pessoas, mudando a matriz produtiva, por que antes era uma região formada de fazendas e cada unidade de fazendas tinham de 2 a 4 empregados, alguns outros agregados com um rancho no fundo do campo, e só, era uma situação de paupa mesmo. E quase que de repente em questão de dois anos a maioria dessas fazendas, senão todas desse lado sul da BR 193 foram transformadas em assentamentos rurais em lotes de 20 a 24 ha, onde moram 4 ou 5 pessoas talvez.

Conforme a afirmação do ENTREVISTADO 1, em Candiota existia um grande vazio demográfico, no espaço não havia uma dinâmica social fortemente estabelecida, existia um território pecuarista de pouca atividade econômica e concentradora. De acordo com o Gráfico 5 e Tabela 6, pode ser observada essa mudança na estrutura fundiária de Candiota.

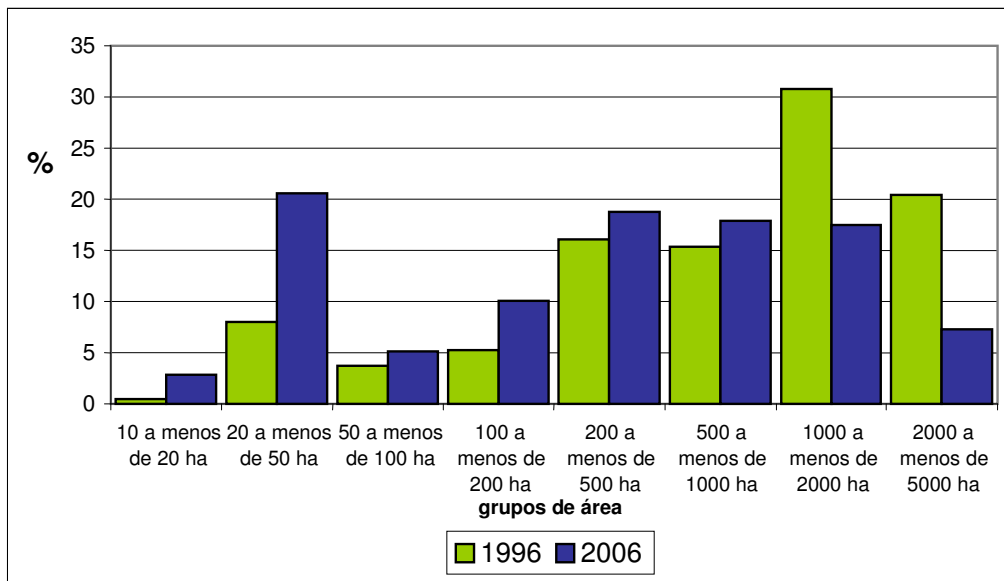


Gráfico 5- Porcentagem da área ocupada por estratos em Candiota 1996 -2006.
 Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 e levantamento na Prefeitura de Candiota, 2006.

Em 1996, a área ocupada pelas propriedades com menos de 50 hectares correspondia a 8,5% da área municipal, e em 2006 após a implementação dos vinte e cinco assentamentos, a área ocupada pelas propriedades com menos de 50 hectares corresponde a 23,4 % da área total do município, passando de 5.465 hectares para 25.346 hectares.

Outro dado interessante é com relação à área ocupada pelas propriedades com mais de 1000 hectares, que de 1996 ocupava 31,2% da área total do município passou a ocupar em 2006, 17,5% da área total do município de Candiota.

Houve uma mudança nos tipos de estabelecimentos rurais que ocupam a área do município, a pequena propriedade está mais presente com a chegada dos assentamentos rurais alterando o cenário anterior, no qual a grande propriedade predominava.

Tabela 6 – Área das propriedades, em hectares, no município de Candiota-RS (1996-2006)

Grupos de área total	1996	%	2006	%
Menos de 1 ha	2	0,003	3	0,002
1 a menos de 2 ha	7	0,01	22	0,02
2 a menos de 5 ha	31	0,04	180	0,16
5 a menos de 10 ha	104	0,16	530	0,49
10 a menos de 20 ha	189	0,29	2.357	2,17
20 a menos de 50 ha	5.132	7,99	22.254	20,56
50 a menos de 100 ha	2.374	3,69	5.562	5,14
100 a menos de 200 ha	3.374	5,25	10.858	10,03
200 a menos de 500 ha	10.303	16,04	20.312	18,77
500 a menos de 1000 ha	9.869	15,36	19.387	17,91
1000 a menos de 2000 ha	19.732	30,76	18.880	17,45
2000 a menos de 5000 ha	13.100	20,40	7.848	7,30
TOTAL	64.217	100	108.193	100

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 e levantamento na Prefeitura de Candiota, 2006.

O número de propriedades aumentou com a chegada dos assentamentos ao município de Candiota (Gráfico 6 e Tabela 7) confirmando assim uma melhoria na distribuição das terras, ou seja, mais famílias tem acesso a terra.

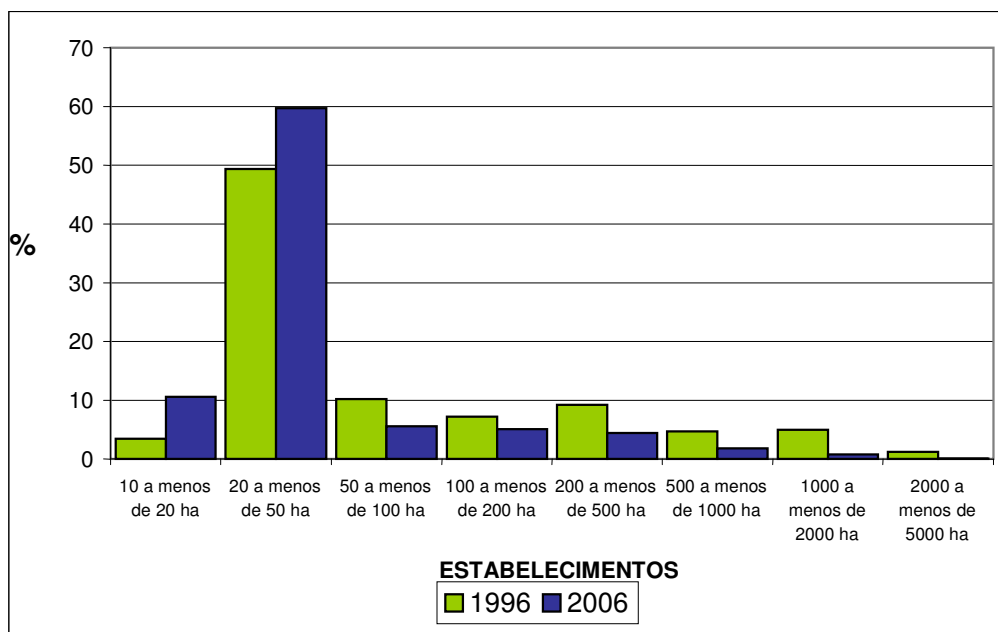


Gráfico 6- Porcentagem de estabelecimentos por estrato de área, Candiota 1996 -2006.

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 e levantamento na Prefeitura de Candiota, 2006

Houve um aumento nas propriedades com menos de 100 hectares no período estudado, passando de 72% em 1996 para 88% do total, ou seja, eram 291 propriedades familiares em 1996 passou a ser de 1.336 propriedades provocando um acréscimo nos estabelecimentos de agricultura familiar no município.

Tabela 7 – Número de propriedades no município de Candiota-RS (1996-2006)

Grupos de área total	1996	%	2006	%
Menos de 1 ha	5	1,25	3	0,19
1 a menos de 2 ha	6	1,49	22	1,44
2 a menos de 5 ha	11	2,74	68	4,46
5 a menos de 10 ha	16	3,99	87	5,71
10 a menos de 20 ha	14	3,49	161	10,57
20 a menos de 50 ha	198	49,37	910	59,75
50 a menos de 100 ha	41	10,22	85	5,58
100 a menos de 200 ha	29	7,23	77	5,05
200 a menos de 500 ha	37	9,22	67	4,40
500 a menos de 1000 ha	19	4,74	28	1,84
1000 a menos de 2000 ha	20	4,98	13	0,85
2000 a menos de 5000 ha	5	1,28	2	0,16
TOTAL	401	100	1523	100

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 e levantamento de dados na Prefeitura de Candiota, 2006.

As propriedades acima de 1000 hectares sofreram uma redução, onde correspondiam a 6,26% do total, ou 25 propriedades, em 2006, esse estrato de propriedades corresponde a 1% do total de propriedades, porém vale ressaltar que apenas esse 1% detém 24,75% da área total do município, são quinze propriedades pertencentes a grandes grupos de empresas que dominam 25% da área territorial de Candiota. Apesar de todo processo de reforma agrária no município de Candiota, a concentração fundiária ainda existe, mas não com a mesma intensidade que existia há alguns anos atrás.

Conforme a classificação do INCRA (anexo 1) em relação ao tamanho das propriedades rurais, estabelece que no município de Candiota, o módulo rural equivale a 28 hectares, ou seja, qualquer propriedade que tenha até 28 hectares é considerada como **minifúndio**, de 1 até 4 módulos corresponde a pequena

propriedade, assim de 28 a 111 hectares é pequena propriedade segundo o INCRA. De 4 até 16 módulos, ou seja, de 112 a 447 hectares se classifica como média propriedade, e acima desse valor de 16 módulos é considerada grande propriedade, no caso de Candiota correspondendo acima de 447 hectares (Tabela 8).

Tabela 8 - Estrutura fundiária em Candiota conforme a classificação do INCRA, 2006.

Classificação	Módulo Rural	nº de propriedades	%	área (ha)	%
Minifúndio	<28 ha	1.145	75,18	21.568	19,93
Pequena Propriedade	28 – 111 ha	207	13,60	10.974	10,15
Média Propriedade	112 – 447 ha	128	8,40	29.536	27,30
Grande Propriedade	> 448 ha	43	2,82	46.115	47,62
TOTAL		1.523	100	108.193	100

Fonte: Levantamento de dados na Prefeitura de Candiota, 2006.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

De acordo com a classificação do INCRA mais de 75% das propriedades de Candiota são considerados minifúndios (Gráfico 7 e 8), a maioria provenientes dos assentamentos rurais e menos de 3% das propriedades são consideradas grandes.

Em 2006, 1.145 propriedades pertencem à classe minifúndio, correspondendo a 75,18% dos estabelecimentos rurais e ocupando 19,93% da área ocupada. Isso representa, praticamente, todos lotes dos assentamentos rurais, que ficam entre 20 a 28 hectares em média. Mesmo com esse reduzido espaço para poder produzir para subsistência e comercializar, os assentados conseguem com sua agricultura e pecuária familiar obter condições básicas para uma vida digna, segundo os entrevistados.

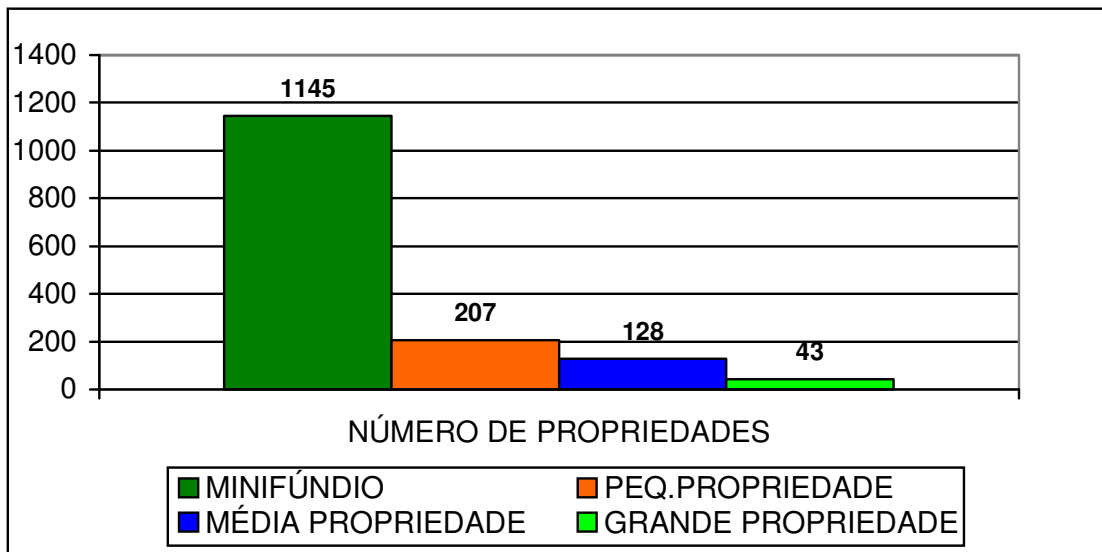


Gráfico 7- Número de propriedades conforme a classificação do INCRA no município de Candiota-RS. Fonte: Levantamento de dados na Prefeitura de Candiota, 2006.

A área ocupada pelos 1145 minifúndios em Candiota representa 19,93% da área total do município, ainda assim, a concentração fundiária existe e somando a área das médias e grandes propriedades, se percebe que as 171 propriedades ocupam 74,92% da área total do município. Essa classificação do INCRA mostra a evidente concentração de terras no município de Candiota, mesmo após a implementação de 25 assentamentos rurais (Tabela 9) que ocupam 17.663 hectares, ou ainda, 16,3 % da área total do município.

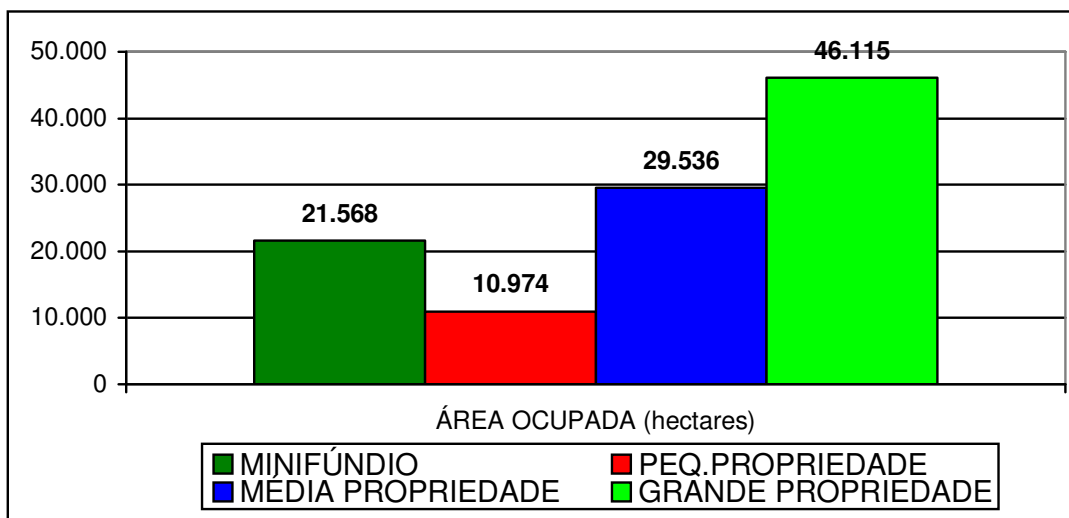


Gráfico 8- Área ocupada conforme a classificação do INCRA no município de Candiota-RS. Fonte: Levantamento de dados na Prefeitura de Candiota, 2006.

Tabela 9 - Número de assentamentos, área ocupada, famílias, origem e órgão de ATER em Candiota.

Nº	Assentamento	Área(Ha)	Famílias	Origem	ATER
1	Santa Lúcia	929	37	1989	COPTec ²⁶
2	Nossa Senhora Aparecida	566,2	22	1989	COPTec
3	São José	358,1	13	1989	COPTec
4	Nova Vitória	399,1	14	1989	COPTec
5	São Miguel	297,4	12	1992	COPTec
6	Fazenda São Francisco / 08 de Agosto	1180,1	49	1992	COPTec
7	Vitória São João (HN)	152	07	1995	COPTec
8	Santa Fé	755,8	30	1996	COPTec
9	São Pedro II	586,6	25	1997	COPTec
10	Estância dos Fundos	2135,9	81	1997	COPTec
11	Madrugada	1143	45	1997	COPTec
12	Vinte e Dois de Dezembro	964,82	37	2000	EMATER
13	Vitória 2000	235,72	09	2000	EMATER
14	Boa Vista Do Butiá	96,8	05	2000	EMATER
15	Os Pioneiros	458,26	22	2000	EMATER
16	São Sebastião do Marmeleiro	220,47	11	2000	EMATER
17	Seis Das Acácias	138,69	06	2000	EMATER
18	Santa Marta	177,73	07	2000	EMATER
19	Companheiro de João Antônio / Jaguarão	833,37	28	2001	EMATER
20	Conquista do Paraíso	1327,64	53	2001	EMATER
21	Conquista dos Cerros	1.845,39	72	2001	EMATER
22	Roça Nova	717,26	24	2001	EMATER
23	Santo Antônio II	1340,98	53	2001	EMATER
24	Pátria Livre / Estancinha	461,49	18	2002	EMATER
25	Pitangueiras II	313	13	2002	EMATER
TOTAL		17.633,8	693		

FONTE: EMATER e COOPTec.

²⁶ Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos.

Onze assentamentos são atendidos pela COPTec, totalizando 335 famílias, esses assentamentos rurais são os mais antigos, no qual foram implementados pelo governo federal. Os outros catorze assentamentos são atendidos pela EMATER, correspondendo a 358 famílias, esses assentamentos são os mais recentes e foram implantados pelo governo estadual e estão sob a assistência técnica do estado.

Os assentamentos rurais em Candiota estão territorializados numa área de 17.633,8 hectares, correspondendo a 693 famílias integrantes ao MST. A conquista por essa terra começou na década de 1980, quando as primeiras famílias chegaram a Candiota em condições precárias, pois não havia uma infra-estrutura preparada para atender a demanda que chegava. Os primeiros se territorializaram na localidade do Jaguarão, que segundo o ENTREVISTADO 1 “era uma área inóspita, um deserto verde, fazendeiros que moravam aí, vendiam a troco de nada, quase de graça, eram terras devolutas”.

O problema da falta de recursos básicos no início da implementação dos assentamentos foi um fator limitante para as condições de sobrevivência, pois não houve um planejamento entre os diversos órgãos governamentais, MST e comunidade.

A evolução dos assentamentos rurais começou a partir de 1989 com a implantação de 4 assentamentos (Gráfico 9) e em seguida em 1992 com mais 2 assentamentos. O ano em que o MST se territorializou com mais força em Candiota foi em 2000 com o total de 7 assentamentos rurais e em 2001 com o total de 5 assentamentos rurais.

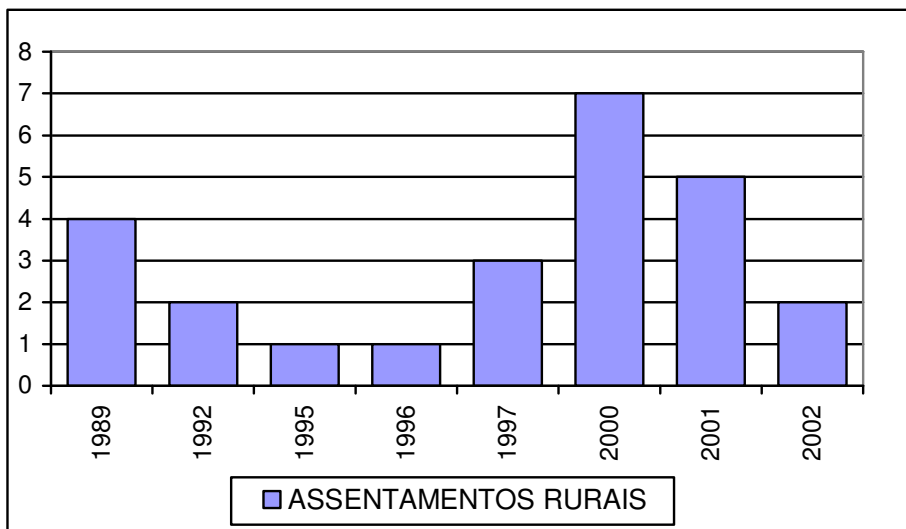


Gráfico 9 - Distribuição temporal dos assentamentos rurais em Candiota, 1989-2002.
Fonte: EMATER, COOPTEC.

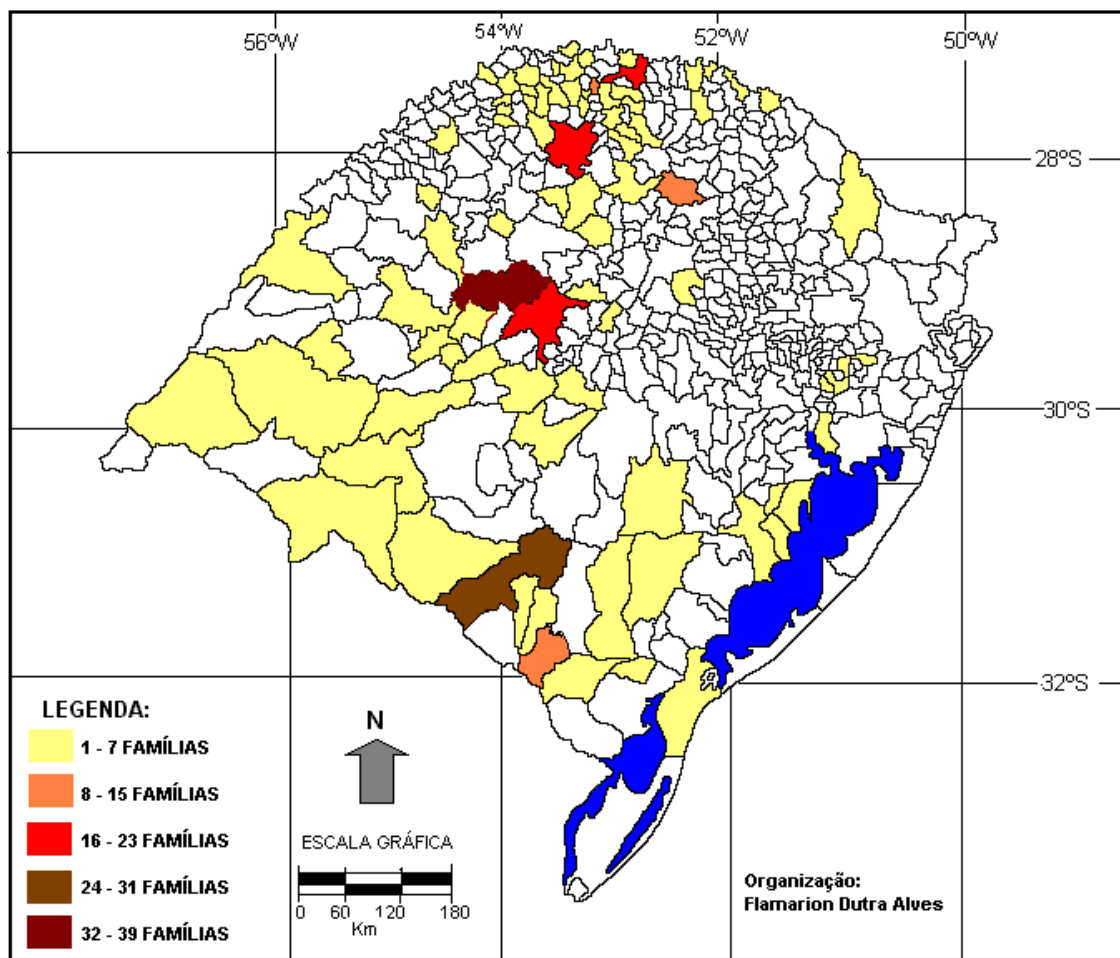
5.2 - Aspecto Cultural e Tecnológico

A procedência das famílias que se territorializaram em Candiota são de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul (Mapa 9) e de outros estados da federação. Segundo a origem das famílias assentadas em Candiota o ENTREVISTADO 2 afirma que “o pessoal que veio ser assentado aqui foram os excluídos, os marginalizados da cultura da soja no norte do estado. Por que a terra foi super valorizada nessa região”. Aqui se identifica os excluídos do processo de modernização da agricultura que se deu no Planalto Gaúcho, no qual buscaram no MST a aspiração de voltar a ter uma terra para produzir, ou seja, a busca pela conquista de um território para poder voltar a ser agricultores familiares.

Porém, houve uma miscigenação de culturas e identidades na região da Campanha com a implementação dos assentamentos rurais que foi um obstáculo inicial em termos de culturas agrícolas. Conforme o ENTREVISTADO 3:

Esse pessoal veio pra uma região onde não se assemelhava com a sua região de origem, pois a cultura do local é diferente, a terra (solo) é diferente, culturas agrícolas diferentes... Esse pessoal teve tremenda dificuldade, somado a isso a precariedade de condições e recursos que eles tinham, chegaram aqui como se diz na gíria “com uma mão na frente outra atrás”. Isso na chegada.

Apesar da dificuldade encontrada pela ausência de infra-estrutura básica, as primeiras famílias conseguiram obter êxito com as conquistas adquiridas, no decorrer dos anos e mantêm um nível considerável de comercialização. A melhoria da infra-estrutura básica, eletrificação, água, estradas, crédito entre outros, foram fundamentais para obtenção dessas conquistas.



Mapa 9 - Origem das famílias assentadas em Candiota.

Nos catorze assentamentos rurais que são atendidos pela EMATER, 70,8 % das famílias são oriundas da região norte do Rio Grande do Sul, 14% são procedentes da Campanha, 8,3% são oriundos da Serra do Sudeste, 5% da região metropolitana de Porto Alegre, 1,3% são provenientes fora do estado e 0,6% são da região nordeste do Rio Grande do Sul.

A população assentada que vem da região norte do Rio Grande do Sul, onde a modernização da agricultura se espalhou e concentrou as propriedades e as rendas, com o binômio trigo-soja, ou seja, o processo de modernização agrícola com o trigo-soja se territorializou no norte do Estado, desterritorializando os agricultores familiares que ali viviam.

Dentro desse contexto cultural, houve uma dificuldade entre os assentados e os moradores de Candiota e da Campanha Gaúcha, por que:

A cultura é totalmente diferente, a comida, a língua, a roupa, a música, isso não se levou em conta, à maioria tem raízes indígenas, e a grande dificuldade foi que antes eles viviam na floresta e hoje no pampa. Aqui é bem mais seco que no norte do RS (ENTREVISTADO 3).

Essa falta de planejamento inicial teve que ser superada no decorrer dos anos, já que as famílias estavam assentadas, assim foram realizadas diversas melhorias na infra-estrutura, criação de programas de crédito, abertura de escolas, postos de saúde entre outras benfeitorias.

5.3 - Aspectos Socioeconômicos e Político

Visto que as dificuldades iniciais das famílias assentadas em Candiota em relação a uma infra-estrutura social básica eram precárias além da carência de recursos financeiros para atender essa população foram agravantes para que os assentamentos rurais pudessem, em um primeiro momento, produzir para comercialização e obtenção de renda.

Agregada a essa dificuldade inicial da infra-estrutura está a questão do solo, clima e vegetação com relação à atividade agrícola e a produção agropecuária. A procedência das famílias assentadas indicava um tipo de cultura agrícola praticada, no qual não se adapta a região da Campanha Gaúcha, em sua grande parte.

Uma alternativa agrícola para as condições climáticas da região é a produção de sementes de hortaliças, no qual várias empresas têm como fornecedores os agricultores familiares dos assentamentos. Através da organização de uma Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL), criada em 1992, onde buscou atrair empresas de sementes de hortaliças e leguminosas (olerícolas) para dentro dos assentamentos na tentativa de geração de renda.

Cinco grandes empresas de sementes de renome nacional trabalham na região, inclusive uma tem uma unidade de produção em Candiota (anexo 2) no qual, boa parte dos agricultores que produzem para essas empresas é oriunda dos assentamentos rurais.

Segundo o ENTREVISTADO 4, com relação a parceria entre a cooperativa e as empresas de sementes:

A cooperativa se articulou com empresas de sementes para que os agricultores assentados produzissem para elas, desde que fosse uma atividade a mais na propriedade, e não uma monocultura ou um produtor especializado em sementes. No decorrer dos anos, houve uma seleção de

agricultores pelas empresas, onde os que melhor se desenvolveram prosseguiram com elas e os que não obtiveram sucesso foram sendo excluídos. A COOPERAL nesse processo faz um contrato com uma empresa, mas não é satisfatório, por alguns motivos: produção convencional com insumos químicos, pequena margem de lucro entre agricultores e cooperativa. Dessa forma, em 1996 surge uma proposta de trabalho diferenciado para que a produção fosse de forma agroecológica.

Em um encontro regional de assentados no final de 1996, discutiu-se uma alternativa para romper com a forma tradicional de produção das sementes, uma forma que não se utilize insumos químicos e que não torne o agricultor dependente de produtos químicos. Neste momento em torno de 35 produtores de Hulha Negra e Candiota trabalhavam dessa forma. No ano de 1997 surge a Bionatur sementes agroecológicas, começando um novo trabalho com 12 famílias de Hulha Negra e de Candiota, num primeiro momento a forma de produção foi de caráter experimental, onde não se teve uma questão de mercado bem constituída, porém, os resultados foram satisfatórios:

Porém no decorrer da primeira etapa, viu-se que deu certa a produção e na segunda etapa mais ainda e pensou-se em uma visão mercadológica, ou seja, a busca por mercados. Pois, no inicial não estava bem interligado essa proposta de produção e comercialização teve limitações, havia uma unidade beneficiamento precária, mas existia (ENTREVISTADO 4).

Hoje a demanda, a procura por produtor é muito maior do que a capacidade que a Bionatur tem de congregar, são mais de 120 produtores incorporados nos municípios de Candiota e Hulha Negra, que produzem mais de 50 variedades de sementes.

Segundo o ENTREVISTADO 4, a procura para a produção agroecológica se deve por:

- uma viabilidade econômica razoável, resultado satisfatório;
- Não utiliza produtos químicos, apenas biofertilizantes, não há risco de se contaminar;
- No início ele não tem, às vezes, um lucro considerável, porém não se corre o risco, pois, não polui seu lote, além do mercado estar em ascensão para os produtos agroecológicos.

Para a inserção nesse sistema agroecológico, os assentados devem construir um processo de transição entre o convencional e o agroecológico, o ENTREVISTADO 4 ressalta essa transição:

A agroecologia tem um limitante, pois não é tão simples produzir agroecológico, precisa-se construir um processo de transição, pois a maioria trabalha num processo convencional. Além de ter cursos de capacitação para a construção do conhecimento, a partir do entendimento das pessoas, a transição, às vezes, é demorada, para limpar o solo e ter um solo, um ambiente equilibrado, ou seja, tem que transformar toda propriedade em agroecológica e essas questões são limitantes para alguns produtores. Não se pode produzir numa mesma propriedade sementes agroecológicas e convencionais, pois se pode pensar em ter uma horta tradicional e outra orgânica numa propriedade, mas isso não é agroecológico, o agroecológico é o todo, ou seja, todo sistema produtivo, o sistema humano, todo ambiente, relações sociais.

Desse modo, existem em Candiota duas linhas de produção de sementes, os que optam pela forma tradicional, onde há mais empresas trabalhando nessa linha e os que optam pela forma agroecológica vinculada a cooperativa e dentro dos ideais do MST.

Outra atividade que predomina nos assentamentos é a pecuária leiteira, por melhor se adaptar a região da Campanha e também pela geração de renda constante, conforme Navarro (1999, p.24) “A produção de leite ao menos traz a vantagem de uma renda permanente, em contraposição à renda sazonal da produção agrícola”.

A produção de leite nos assentamentos rurais em Candiota é repassada para a COOPERAL, que é transportada para uma grande fábrica de laticínios da região sul do Estado.

Nesse sentido, as duas formas de renda mais significativas nos assentamentos em Candiota são as produções de sementes de hortaliças e leguminosas, no qual se dividem nas formas tradicionais e agroecológicas, e a outra geração de renda significativa é a pecuária leiteira, através da cooperativa dos assentados.

Com relação ao crédito e assistência técnica aos assentados a mudança é significativa, a criação de vários programas de crédito aumentam o capital que circula no município, de acordo com o ENTREVISTADO 5:

Aumentou o capital circulante no município, de 2000 a 2001 circulou em torno de 9 milhões de crédito, crédito para as famílias, fora para saúde, estrada. Candiota apesar de toda crise no estado e no país, apresenta uma situação de pujança (potência) a partir do advento dos assentamentos, melhoria e abertura de estradas, infra-estrutura, expansão da rede elétrica e outros serviços.

Esse acréscimo de serviços de infra-estrutura somado ao trabalho realizado pelos órgãos de assistência técnica da EMATER e da COOPTEC da um suporte

fundamental para a manutenção dos assentamentos rurais. O ENTREVISTADO 6 descreve a situação inicial da EMATER em Candiota: “Quando se emancipou tinha aproximadamente 100 famílias assentadas, existia uma equipe formada por um técnico veterinário, agrônomo e bem estar social. Uma equipe razoável, dentro dos padrões”.

Porém, com a chegada de mais assentados para Candiota necessitava-se de um aumento no número de profissionais para dar a assistência técnica básica, além no aumento de crédito para as famílias assentadas (anexo 3). O ENTREVISTADO 6 descreve esse momento:

Em 1997 venho mais 150 famílias, a EMATER não estava trabalhando em assentamentos no governo estadual de 1995-1998, quando foi criado o LUMIAR, no governo estadual seguinte (1999-2002), a EMATER voltou com os assentados. A principal mudança foi o incremento do crédito, a partir de 1998, era o PROCERA (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária), agora há o PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), RS RURAL outros programas (Viabilização Socioeconômica dos Assentamentos), de moradia, FUNTERRA (Fundo Estadual de Terras do Estado), surgiram a partir de 1999, além do PAC (Programa de Consolidação de Assentamentos) que vai ser investido R\$ 18 milhões na região.

Esse aumento de crédito e de programas que garantem uma estabilidade para os agricultores familiares faz com que todo o município ganhe com a consolidação dos assentamentos rurais. A ENTREVISTADA 7 mostra em sua fala a consolidação dos assentamentos rurais no município:

Foi impressionante ver aqueles campos antes vazios, imensos apenas com os gados e de repente aquelas casas no meio do campo. Os assentados tiveram dificuldades no início, o pessoal da cidade não aceitava ou via com receio para eles. Hoje não, os assentados estão presentes em todas as atividades na cidade, na igreja, mercado, lojas. Hoje o pessoal da cidade não tem mais aquele receio, não vêem problemas.

Esse aumento de pessoas no município gerou um aumento nas atividades comerciais e de prestação de serviços (Gráfico 10), gerando uma maior circulação de capital.

Para um assentado que reside desde 1989, ano do primeiro assentamento, foi difícil no início, pois:

Não tinha luz, a estrada era precária, no início não tinha assistência técnica, mas a partir de programas de crédito, melhoria na infra-estrutura como estradas, eletrificação, água, comercialização a realidade é bem diferente. A qualidade de vida hoje em relação ao início em 1989, de uma escala de 1 a 10, hoje tá 8 a 9, é outra coisa, as estradas estão boas tudo tá bom.

Apesar de todas as dificuldades iniciais encontradas para produção, condições básicas de saúde, educação, estradas e outros aspectos de ordem técnica e creditícia, os assentamentos rurais ampliam a produção e mantém o homem no campo, além de diminuir a concentração fundiária.

Nos últimos assentamentos rurais implementados em Candiota, a situação já estava bem diferente existindo uma infra-estrutura boa, pois, desde a implementação do primeiro assentamento rural faz 23 anos. E o assentado do último diz que “os primeiros sofreram mais por que não tinham infra-estrutura. Hoje os últimos têm mais recursos, como estrada, luz, assistência técnica”. Com relação à produção ele diz que “a maioria dos assentados produz para subsistência, havendo uma evolução no lote em relação à produção quando não tem seca ou geada”.

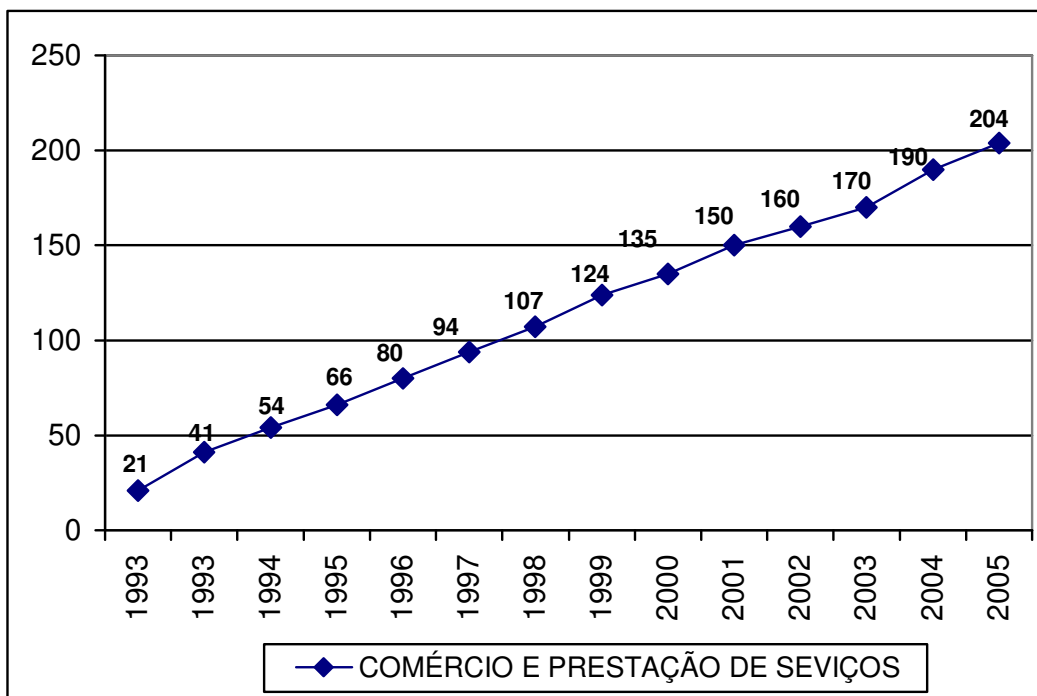


Gráfico 10 - Evolução dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em Candiota, 1993-2005.

Fonte: Prefeitura Municipal de Candiota, Secretaria de Finanças.

Houve um crescimento considerável de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, desde a emancipação até 2005. Pode ser entendido esse crescimento pelo aumento natural da população, e pelo aumento de capital entre os assentados, além da geração de empregos pelas indústrias de mineração, que somado esses elementos desenha-se um fator favorável ao setor terciário.

5.3.1 - Educação e Saúde

O sistema educacional em Candiota não estava preparado para receber o contingente populacional que chegava com a implementação dos assentamentos rurais, a criação de escolas por parte do Estado e da Prefeitura foi fundamental para atender essas famílias (Tabela 10).

Tabela 10 - Escolas municipais e estaduais no município de Candiota.

ESCOLA	CRIAÇÃO	ALUNOS	NÍVEL	LOCALIDADE
E.E.E.F.Seival	1940	150	Fundamental Completo	Seival
E.E.E.F. Dario Lassance	1954	362	Fundamental Completo	Dario Lassance
E.E.E.M. Jerônimo Mércio da Silveira	1962	380	Médio Completo	Vila Residencial
E.M.E.F. Santa Izabel	1978	132	Fundamental Completo	Zona Rural
E.E.E.F. Santa Lúcia	1980	51	Até 5ª série	Zona Rural
E.E.E.F Francisco Assis Rosa de Oliveira (FARO)	1986	285	Fundamental Completo + EJA	Vila Operária
E.M.E.F. Nely Betemps	1993	399	Fundamental Completo + EJA	João Emílio
E.M.E.I. Pingo de Gente	1993	25	Pré-escola	Dario Lassance
E.M.E.I. Gente Miúda	1993	39	Pré-escola	Dario Lassance
E.E.E.F.08 de Agosto	1996	280	Fundamental Completo	Zona Rural
E.E.E.F.20 de Agosto	1997	66	Fundamental Completo	Zona Rural
E.M.E.F Santa Fé	1998	49	Até 4ª série	Zona Rural
TOTAL		2.218		

Fonte: Secretaria de Educação de Candiota, 2006.

Antes da vinda dos assentamentos rurais no município existiam duas escolas no espaço rural de Candiota, após essa chegada foram construídas outras três escolas onde aproximadamente 400 alunos freqüentam e praticamente todos são oriundos dos assentamentos rurais.

O município de Candiota apresenta cinco postos de saúde e um hospital, quatro desses postos situam-se nos núcleos urbanos e um no assentamento rural 08 de agosto. Porém, antes da emancipação a população de Candiota dependia do atendimento médico das empresas vinculadas a mineração.

Quando se emancipou toda referência era Bagé, havia 1 posto de saúde em Dario Lassance (sede), que atendia os funcionários da CRM e tinha um hospital, que hoje não é mais caracterizado como tal, mas na época era, que atendia os funcionários da CEEE (usina), mas a população também podia utilizar, mas não era um hospital público. Esses localizavam na sede do município, e não havia postos de saúde no meio rural. Candiota não tinha um atendimento de saúde necessário que vinha de Bagé, e por isso também se buscou a emancipação. Por que quem dava o atendimento era a empresa privada como a CRM (ENTREVISTADA 8).

Com a chegada das famílias precisou criar uma estrutura básica para atender essa população, a ENTREVISTADA 8 afirma que:

Houve uma demanda considerável na saúde, após a chegada dos assentamentos, o município tinha uma estrutura para atender seus moradores, só que com o processo dos assentamentos a administração da prefeitura não estava preparada para receber os assentados.

Esse posto de saúde foi criado no ano de 2001, para atender a demanda do meio rural, localizado no assentamento 08 de agosto, conta com um médico, um psicólogo, um odontólogo, um nutricionista, além da primeira equipe do Programa Saúde da Família (PSF) na zona rural no Rio Grande do Sul, tendo um médico e enfermeiro que vão até as famílias, no qual, esse serviço acabou desafogando os postos de saúde. O sistema de PSF foi implantado em 2005 e atende todo município, somado aos agentes de saúde que abrangem boa parte do meio rural de Candiota.

5.4 - Aspecto Ambiental

Na Campanha Gaúcha, um espaço com uma baixa atividade antrópica, uma baixa densidade demográfica mantém com pouca alteração o ecossistema natural. A presença humana em um espaço altera a paisagem transformando em um espaço

social, e os assentamentos rurais através das lavouras de subsistência e comerciais modificam o ecossistema, porém, não degradando o meio ambiente, conforme descreve a ENTREVISTADA 8:

Na visão ambiental sempre onde há o povoamento, um aglomerado de pessoas, há uma degradação do meio ambiente. Há problemas de queimadas, no verão, às vezes pela falta de consciência de pessoas. Problema com a fauna local, caça predatória intensificada, pássaros silvestres agravado pelas pessoas que vêm da cidade, aquelas que não têm vocação.

A agricultura familiar diversificada não agride o meio ambiente de uma forma com que os impactos sejam negativos para o sistema. Em Candiota como em muitos municípios da Campanha Gaúcha, está havendo um crescimento de área cultivada por eucaliptos, acácias e pinus por grandes empresas nacionais e multinacionais de celulose, que estão tornando os campos da Campanha em florestas, ou seja, uma monocultura, no qual gera pouca mão-de-obra, concentrando terras e alterando o ecossistema nativo, fauna e flora.

Desse modo, o ENTREVISTADO 9, expõe a importância do assentamento rural no aspecto ambiental “nesse aspecto, os assentamentos rurais não degradam o ambiente nessa proporção, pois não cultivam uma monocultura, não tem uma área significativa e a pecuária familiar mantém o equilíbrio ambiental”.

A opção de uma agricultura e pecuária familiar, além da produção agroecológica vem diminuir os impactos da territorialização do espaço pelos assentamentos rurais no aspecto ambiental dos ecossistemas. A agropecuária familiar conserva melhor a situação original do ecossistema, em contrapartida a opção por uma monocultura de eucaliptos deixa o ecossistema numa situação particular alterando o campo nativo, sua fauna e flora, por uma floresta.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço rural de Candiota, antes da presença dos assentamentos rurais mantinha um estado de estagnação socioeconômica, com algumas dezenas de grandes propriedades concentrando as terras do município e mantendo uma estrutura fundiária secular de domínio e poder na região. Com a chegada dos assentamentos rurais altera-se esse padrão concentrador fundiário re-distribuindo para milhares de pessoas a terra movimentando a economia do município, inserindo novos atores no cenário social de Candiota.

Por Candiota estar situado em uma região tradicionalmente pecuarista, de baixa densidade demográfica e com grandes propriedades rurais, o município não tinha uma estrutura pronta para receber um contingente populacional tão elevado e também não estava habituada com a agricultura familiar e suas dinâmicas. Pois a idéia do estancieiro, o fazendeiro, está no imaginário das pessoas que moram nessa região, os trabalhadores dos estancieiros, peões, almejam um dia em ser o estancieiro, em ter sua grande propriedade com seu rebanho de gado, ao contrário do agricultor familiar.

A reforma agrária na região sul do Estado vem minimizar a desigualdade fundiária que surgiu nas sesmarias e doações a militares e pessoas com prestígio, no século XVIII, tentando assim, redistribuir a terra e dinamizar uma região estagnada pela falta de uma infra-estrutura básica ocasionada pelos vazios demográficos entre os municípios.

As pessoas que foram assentadas encontram dificuldade em produzir para comercialização por dois motivos: pelas condições de solo e clima, que limitam a produção e a diversidade das atividades agrícolas e pelo tamanho dos lotes, haja vista que o módulo rural em Candiota, segundo o INCRA equivale a 28 hectares, ou seja, para ser considerado pequena propriedade o lote deve ter no mínimo 29 hectares para poder tirar o melhor proveito da propriedade, tanto para subsistência como para comercialização, porém os lotes dos assentamentos estão entre 20 a 25 hectares na média.

Apesar dessa dificuldade no tamanho do lote das famílias assentadas, o processo de consolidação dos agricultores é lento, mas existe, verificando os primeiros assentamentos no município, se constatou a dificuldade inicial para

produção e comercialização, nos anos seguintes com o aumento nos programas de crédito e integração dos órgãos de assistências técnica, os agricultores familiares conseguem produzir para subsistência e ter um nível de comercialização.

Verificou-se que existem duas grandes matrizes econômicas agropecuárias no município, em relação aos assentamentos rurais: a primeira é produção das sementes de hortaliças e legumes, que conta com a participação de várias empresas junto aos assentamentos rurais. A segunda e, a mais importante, cultura agropecuária realizada em praticamente todos os assentamentos rurais é a produção de leite, que garante uma produção constante e uma renda fixa. Além de melhor se adequar com as condições físicas da região da Campanha.

Analisando o aspecto fundiário do município, a implementação dos assentamentos rurais gerou um maior dinamismo no espaço rural, a criação de vários minifúndios exigiu a construção de estradas que interligassem os assentamentos, o aumento na rede de energia elétrica, a necessidade de ter um transporte coletivo que ligasse o meio rural com a sede do município, a instalação de postos de saúde para a população rural, criação de escolas, ou seja, a construção de um espaço rural dinâmico.

Com as grandes propriedades que existiam no município de Candiota, o espaço rural era dominado pela monotonia dos campos, o latifúndio pastoril caracterizado pela carência demográfica e socioeconômica, que determinavam um espaço concentrador de renda e terra, não contribuindo para uma melhoria social, apenas agravando as desigualdades existentes no Rio Grande do Sul e no País.

É importante destacar que esta reforma agrária cumpriu sua função social, as famílias assentadas plantam para subsistência e têm uma ocupação, entretanto, o item econômico da reforma agrária não contempla todas famílias assentadas, pelas dificuldades da região citadas anteriormente. Mas as famílias mais antigas conseguem produzir para subsistência e comercialização, enquanto que a maioria das famílias assentadas recentemente plantam apenas para subsistência.

Um questionamento a ser levantado é com relação à origem das famílias assentadas em Candiota. Primeiramente, se constata que o processo de modernização da agricultura realizado no centro-norte gaúcho no início da década de 1960 expandiu as lavouras de trigo e, principalmente, soja levando muitos agricultores a abandonarem o campo buscando uma vida melhor nos centros

urbanos. Posteriormente, viram no MST a possibilidade de retornar ao campo e conseguir uma vida melhor do que estavam levando na cidade.

Em segundo lugar, as famílias oriundas de centros urbanos e sem vocação para a agricultura são questionadas quando se indaga, o MST é dos trabalhadores rurais sem terra ou de trabalhadores urbanos? A reforma agrária é para agricultores sem terra ou é um processo de aprendizagem de pessoas que não sabem plantar e viver no campo?

A idéia de ter pessoas no MST que não tiveram oportunidade nos centros urbanos, que vivem em favelas ou em condições precárias de vida e atendimento é válida, na medida em que pessoas que sempre viveram no meio rural vão morar nos centros urbanos, lugares que nunca tiveram contato antes e conseguem ter êxito nesse novo espaço. Nesse caso, é melhor uma família viver com as condições básicas sociais tendo onde tirar seu sustento, do que ter uma família situada na miséria total, sem emprego ou com sub-empregos, sem programas que o auxiliem no seu desenvolvimento pessoal e familiar.

Nesse conjunto de fatores, o MST consegue territorializar o movimento, através da criação dos assentamentos rurais e de marcar por meio das lutas e conquistas o espaço que a população deve ter, sem concentração de terras, sem domínio de uma maioria, ou seja, a distribuição da terra para a população, os agricultores familiares sendo os atores principais do processo agrário.

A criação de uma identidade cultural nos assentamentos rurais é difícil, pela diferentes origens das famílias, mas todas têm um elemento em comum, a (re) conquista da terra, esse elemento é que diferencia o espaço dos assentamentos rurais.

Uma das alternativas para o desenvolvimento local seria uma maior integração entre os assentamentos rurais do município, uma troca de serviços e de matérias-primas entre os agricultores, para depender cada vez menos do capital externo, ou seja, não ficarem reféns das oscilações econômicas e dos preços do mercado.

Desse modo, os agricultores assentados devem se unir para fortalecer o dinamismo interno das atividades rurais no município e assim consolidar uma identidade regional entre os assentados.

Em Candiota, ainda há a presença de grandes propriedades confrontando o desenvolvimento econômico *versus* desenvolvimento social, a monocultura *versus*

policultura, patronal / empresarial *versus* familiar, essas dualidades existem devendo ser minimizadas promovendo uma maior equidade socioeconômica e fundiária.

Outro ponto relevante dos assentamentos rurais em Candiota é com relação à produção agroecológica, que diversifica a produção, favorece um número razoável de agricultores familiares, preserva o meio ambiente, gera renda entre os agricultores, fortalece a importância da reforma agrária e dos projetos de assentamento, além dos agricultores familiares depender cada vez menos do capital e das variações econômicas que geram incertezas.

O incentivo a essas atividades agroecológicas deve ser incrementada, pelas vantagens a médio e longo prazo, para os agricultores familiares que se inserem e também ao meio ambiente pelo menor impacto. Essa atividade está cada vez mais em expansão, pela preocupação do consumidor com o produto que está ingerindo e outro fator, se devem pela independência com relação aos insumos utilizados na produção agrícola convencional, a não utilização de pacotes químicos no processo produtivo.

O estudo realizado em Candiota (Figura 5) revelaram as alterações que os assentamentos rurais provocaram nos diversos segmentos do município. As dificuldades encontradas serviram como experiência para fortalecer o movimento e os assentados. Os êxitos das famílias assentadas servem de modelo para que a reforma agrária contemple outros espaços estagnados pelos grandes vazios demográficos, diminuindo as diferenças sociais, econômicas e fundiárias no Rio Grande do Sul e no Brasil.

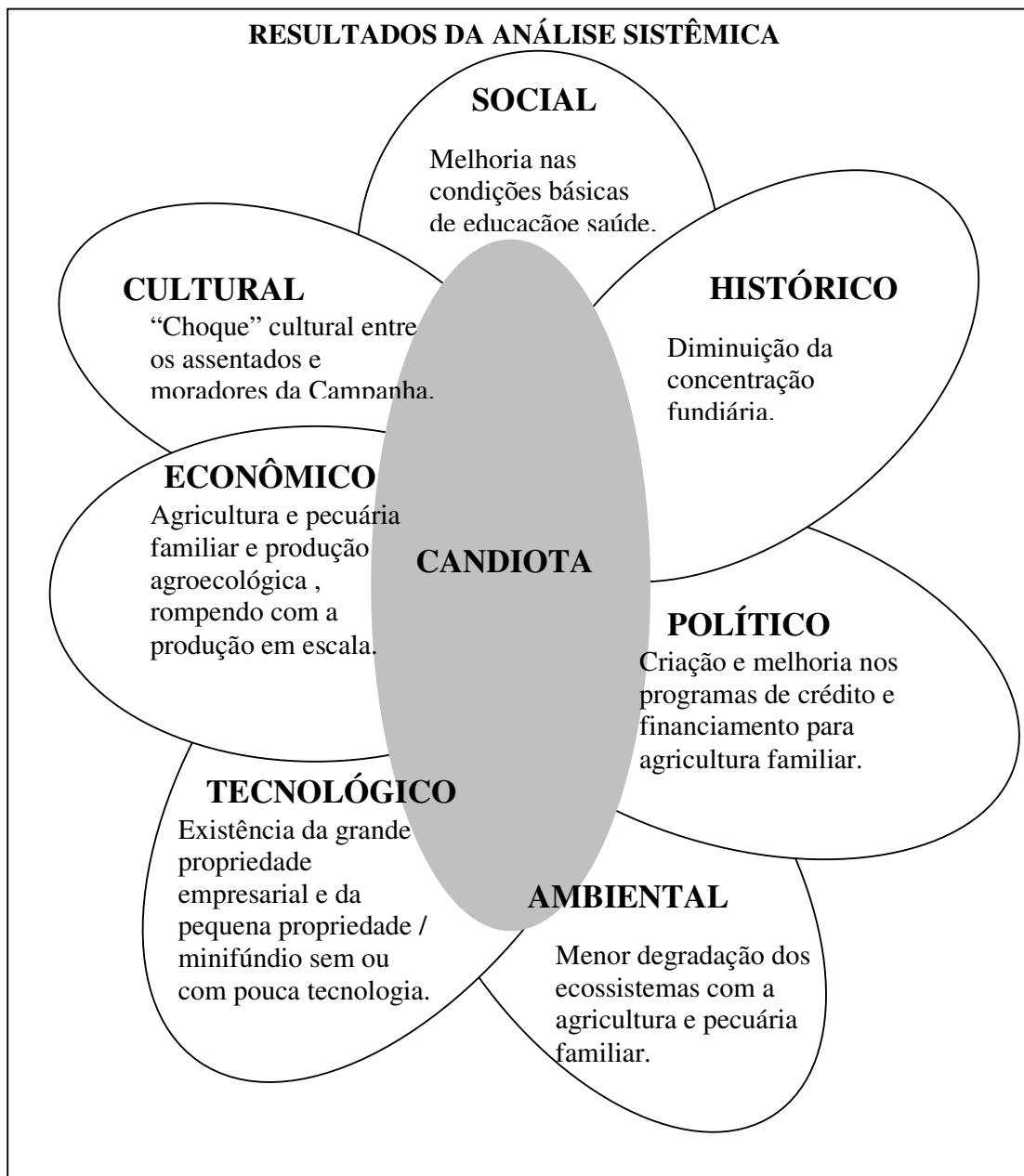


Figura 5 - Resultados da análise sistêmica.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Portanto, um projeto de assentamento ideal, se busca ajustar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integrando produtividade com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência. Criando assim condições para que o modelo agrícola possa ser modificado introduzindo uma maior preocupação com a distribuição de renda, a ocupação e o emprego rural. Possibilitando segurança alimentar, mantendo o meio ambiente em equilíbrio, e também que o homem do campo tenha acesso a direitos fundamentais, para que se consiga obter um desenvolvimento sem desigualdades sociais.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALONSO, J. A. F., BANDEIRA, P. S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80. *In*: ALMEIDA, P. F. C. de. **A Economia Gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul** : Causas e Perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.

ALVES, F.D. **O Processo de Desigualdades Regionais do Rio Grande do Sul e as Perspectivas de Reversão para a Metade Sul**. Monografia de Graduação. (Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDREOLI, D. **As Desigualdades Regionais do Rio Grande do Sul**. Indicadores FEE v.17, n.2, Porto Alegre, 1989.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL -SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO RS. Disponível em: www.scp.rs.gov.br. Acesso em: 12/12/2005.

AZEVEDO, T. **Italianos e Gaúchos**: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/IEL-DAC/SEC, 1975.

BANDEIRA, P. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. *In*: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C.F.

(Orgs.) **Regiões e Cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

BATISTA, I. M. ; SILVEIRA, V. C. P. ; ALVES, F. D. As Desigualdades Econômicas Regionais e o Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul. **XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. Fortaleza, 2006.

BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. Participação Social e Cidadã no Desenvolvimento Regional Contemporâneo. *In*: LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

BERGAMASCO, S. ; PAMARD, C. B. ; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.

BERTALANFFY, L. von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

BOURDIEU, P .Le capital social: notes provisoires. *In*: **Actes de la recherche en sciences sociales**, volume 31, pp. 2-3. 1980.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2000 (reimpressão).347p.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1987.p.200.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

CLAVAL, P. **A Nova Geografia**. Coimbra: Livraria Almedina, 1978.

COSTA, R. H. da. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. 104p. (Documentada 25)

DA ROS, César Augusto. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. CPDA Ruralidades. n.4,out.2002. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** *Cad. Pesqui.*, mar. 2002, no.115, p.139-154.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Planejamento de reestruturação para a Metade Sul do Rio grande do Sul.** Porto Alegre: ENGEVIX, 1997.

FAO – INCRA. **Análise diagnóstico de sistemas agrários. Guia metodológico.** Brasília: PCT INCRA/FAO (UFT/BRA/051/BRA), 1997.

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. p. 29-48. *In: MEDEIROS, L. S. et. al. Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar.* São Paulo: ED.UNESP, 1994.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Territorialização da luta pela terra. p.473-473. *In: MOTTA, M. (Org.). Dicionário da terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FORTES, A. B. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul.** 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE-
Disponível em: <www.ibge.gov.br> . Acesso em 05/12/2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRON, L. S. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. *In: DACANAL, J. H. (org.). RS: imigração e colonização.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GRAZIANO NETO, F. **Qual Reforma Agrária?** Terra, Pobreza e Cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **A Modernização Dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. p.137-143. *In:* STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio:** geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ILHA, A.S., ALVES, F.D., SARAIVA, L.H.B. Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: O Caso da Metade Sul. **1º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE.** Porto Alegre, 2002.

JARDIM, M. de L.. ; BARCELLOS, T. M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra regional através dos Conselhos Regionais de

Desenvolvimento (Coredes). **2º Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre, 2004.

KAUTSKY, K. A Questão Agrária. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

KLIEMANN, L.H.S. **RS: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 176 p. (Documentada 21)

LEFÉBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Ed.62, 1976.

LEITE, S. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). p. 287-313. *In*: MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: ED.UNESP, 1994.

_____. Assentamento Rural. p.43-45. *In*: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. *In*: STÉDILE, J. P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDEIROS, L. S. de & LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

MIORIN, V. M. F. **Características da modernização da agricultura no centro-noroeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1982.

MORAES, A. C. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORIN, E. **O Método: A natureza da natureza**. Lisboa: Europa-América.v.1., 1977.

MORO, S. M. D.; RÜCKERT, A. A. A agricultura no processo de desenvolvimento no Planalto Médio rio-grandense. *In: SILVA, A. M. R. da; TEDESCO, J. C. ; BITENCOURT, L. R. de; FIOREZE, Z. G.(Orgs.). Estudos de geografia regional. O urbano, o rural e o rurano na região de Passo Fundo*. Passo Fundo, 2004, p. 26-68.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NAVARRO, Z. et.al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. p.19-68. *In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Orgs.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. p.45-67. *In: STÉDILE, J. P. (coord.). A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

PEBAYLE, R. *Os difíceis encontros de duas sociedades rurais*. *In: Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v.20,n.18,p.3-22,1975.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **História econômica do Brasil**. 31.ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R. **As missões: crise e redefinição**. São Paulo: Ática, 1993.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R., TAMANGUEVIS SANTOS, J. **Rio Grande do Sul: aspectos da história**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. p.105-136. In: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

ROCHA, J. M. **As raízes da crise da – “Metade Sul” – uma análise da exploração pecuária na formação econômica do RS**. Dissertação de Mestrado, Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. 9.ed. São Paulo: Record, 2002.

SEHN, P. S., ILHA, A. da S. Aspectos Históricos da Ocupação e Evolução da Estrutura fundiária no Rio Grande do Sul no período de 1940 a 1996. In: **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n.12. p.101-118, nov.2000.

SOUZA, M. J. L.. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. p. 77-116. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TAMBARA, E. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TEIXEIRA, P. C. **Tempo de dividir**. Disponível em: <<http://www.simpro-rs.org.br>>. Acesso em: 11/11/ 2005.

TEÓFILO, E. **A necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil**. Brasília: Abaré, 2002.

TORRONTÉGUY, T. As origens da pobreza no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto / Instituto Estadual do Livro, 1994.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAMBERLAM, J. Reflexões sobre algumas estratégias para viabilização econômica dos assentamentos. p.271-287. *In*: MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: ED.UNESP, 1994.

ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. p. 205-224. *In*: MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: ED.UNESP, 1994.

ANEXO A
CLASSIFICAÇÃO DO INCRA SOBRE MÓDULO RURAL E MÓDULO
FISCAL

O que é Propriedade Familiar?

O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) , define como "Propriedade Familiar" o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros

O que é Módulo Rural?

O conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar, e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. Definir o que seja Propriedade Familiar é fundamental para entender o significado de Módulo Rural.

Qual é a aplicação do Módulo Rural?

O Módulo Rural , atualmente, é utilizado para:

- definir os limites da dimensão dos imóveis rurais no caso de aquisição por pessoa física estrangeira, residente no País. Neste caso, utiliza-se como unidade de medida o módulo de exploração indefinida (Ver ZTM).
- Cálculo do número de módulo do imóvel para efeito do enquadramento sindical.
- Definir os beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, de acordo com o inciso II, do parágrafo único do art. 1º, da Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998.

O que é Módulo Fiscal?

Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores:

- tipo de exploração predominante no município;
- renda obtida com a exploração predominante;
- outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e
- conceito de propriedade familiar.

Qual é a aplicação do Módulo Fiscal?

O Módulo Fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

- Pequena Propriedade - o imóvel rural de área compreendida entre 1(um) e 4(quatro) módulos fiscais;

- Média Propriedade - o imóvel rural de área de área superior a 4 (quatro) e até 15(quinze) módulos fiscais.
- Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até 4(quatro) módulos fiscais).

§ 3.º A fixação do Módulo Fiscal de cada município levará em conta, ainda, a existência de condições geográficas específicas que limitem o uso permanente e racional da terra, em regiões com:

- a) terras periodicamente alagáveis;
- b) fortes limitações físicas ambientais; e
- c) cobertura de vegetação natural de interesse para a preservação, conservação e proteção ambiental.

FONTE: www.incra.gov.br

ANEXO B
FOTOGRAFIAS DO MUNICÍPIO DE CANDIOTA



Fotografia 1 - Unidade de Produção de uma empresa de sementes em Candiota.



Fotografia 2 - Sede da Cooperativa dos Assentados em Candiota.



Fotografia 3 - Espaço rural modificado pelos assentamentos rurais em Candiota.



Fotografia 4 - Diversidade na produção agrícola em um lote de assentamento rural.



Fotografia 5 - Monocultura de eucalipto em uma grande propriedade de uma empresa de celulose.



Fotografia 6 - Produção de sementes dos assentados.

ANEXO C
PROGRAMAS DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO

- O RS RURAL visa melhorar o gerenciamento e preservação dos recursos naturais, através uma estratégia integrada de adoção de práticas sustentáveis de uso da terra e conservação do solo e da água. O projeto também visa melhorar as condições de vida e renda das comunidades rurais pobres. Esse programa é fruto do Acordo de Empréstimo nº 4148-BR, firmado, em 11 de julho de 1997 até 30 de dezembro de 2005, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 100 milhões para o estado do Rio Grande do Sul. Fonte: www.estado.rs.gov.br

- O PROAGRO foi criado pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e serve como um instrumento de política agrícola instituído para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para pagamento do seu custeio agrícola, em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações. Além disso, o programa garante a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrer perdas por essas razões.

O PROAGRO é custeado por recursos provenientes de um prêmio pago em cada contrato de custeio assinado pelos produtores rurais, por outros recursos especiais alocados ao programa e pelas receitas obtidas com a aplicação desses recursos. www.agricultura.gov.br

- O programa FUNTERRA objetiva proporcionar o acesso a terra como forma de melhorar a qualidade de vida do homem do campo, promovendo o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável e contribuindo para um melhor reordenamento da estrutura fundiária do Estado.

- O PROCERA foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. A partir de 1996, esse programa foi incorporado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

- O PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

Os beneficiários do PRONAF são os produtores rurais que se enquadram nos quatro grupos existentes, são eles:

O Grupo "A" é formado por agricultores familiares:

a) assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA);

b) amparados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.

O Grupo "B" é formado por agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;

b) residam na propriedade ou em local próximo;

c) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

d) obtenham renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;

f) obtenham renda bruta anual familiar até R\$ 1.500,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

O Grupo "C" é formado por agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

b) residam na propriedade ou em local próximo;

c) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

d) obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária;

f) obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 1.500,00 e até R\$ 10.000,00 , excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais;

g) sejam egressos do Grupo "A" ou do Procefa e detenham renda dentro dos limites estabelecidos para este Grupo.

O Grupo "D" é formado por agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

b) residam na propriedade ou em local próximo;

c) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

d) obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir;

f) obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 10.000,00 e até R\$ 30.000,00 excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais;

O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC) é fruto de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O PAC busca consolidar e desenvolver os assentamentos para que sejam independentes e integrados ao segmento da agricultura familiar.

O programa acelera o processo de emancipação dos projetos de reforma agrária através da elaboração de Planos de Consolidação de Assentamento (PCA's), que proporcionam investimentos em infra-estrutura sócio-econômica, assessoria técnica e treinamento, promovendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como sua estabilidade social e a conquista da cidadania. Com isso, o Incra espera criar um modelo de consolidação dos assentamentos descentralizado, ágil, organizado e eficiente, devidamente testado e aprovado.

Através do programa, desenvolvido via convênios estabelecidos entre o Incra, prefeituras e associações de agricultores assentados, estão sendo atendidas cerca de 12 mil famílias de 75 Projetos de Assentamentos distribuídos em sete Estados: Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Rio Grande do Norte; Minas Gerais; Paraná; e Rio Grande do Sul.

Fonte: www.bcb.gov.br

LICENÇA

OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTA – RS by <a xmlns:cc="http://creativecommons.org/ns#" href="http://creativecommons.org/ns#" property="cc:attributionName" rel="cc:attributionURL">Flamarion Dutra Alves is licensed under a Creative Commons Atribuição-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil License.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)